

Cadernos NIGS

Pesquisas



Núcleo de Identidades
de Gênero e Subjetividades

Parentesco e Parentalidades de Travestis em Florianópolis

Fernanda Cardozo

n.1, v.1, ano 2010

Cadernos NIGS
pesquisas

**Parentesco e parentali-
dades de travestis em
Florianópolis/SC**

Fernanda Cardozo



n. 1, vol. 1, ano 2010

Cadernos NIGS - Pesquisas é uma publicação do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, do Laboratório de Antropologia Social (LAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Reitor: Álvaro Toubes Prata

Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Roselane Neckel

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social: Miriam Pillar Grossi

Editora geral dos Cadernos NIGS: Miriam Grossi

Editores deste número: Miriam Grossi e Fernanda Cardozo

Revisão: Fernanda Cardozo

Editoração: Fernanda Cardozo e Rayani Mariano

Capa: Felipe Bruno Martins Fernandes (arte)
Thomas Pierre Castegnaro (fotografia)

Conselho editorial

Alinne Bonetti (UFBA)

Bernadette Grossi dos Santos

Carla Giovana Cabral (UFRN)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Elisete Schwade (UFRN)

Leandro Castro Oltramari (UNISUL/UNIVALI)

Marcelo José de Oliveira (UFV)

Marlene Tamanini (UFPR)

Miriam Adelman (UFPR)

Myriam Aldana Vargas (UNOCHAPECÓ)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Sonia Malheiros Miguel (SPM)

Esta é uma publicação realizada sob apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Governo Federal, através do projeto *Apoio ao Desenvolvimento do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades: pesquisas, publicações e extensão, sob o convênio 195/2009.*

(Catalogação na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC)

Cadernos NIGS: pesquisas / Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. -- v.1, n.1 (2010).-- Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade, 2010 -

Irregular

Resumo em português

ISSN

1. Pesquisas – trabalhos de campos. 2. Discussões. 3. Debates.
I. Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade. .

Cadernos NIGS *pesquisas*

Parentesco e parentali- dades de travestis em Florianópolis/SC

Fernanda Cardozo



Núcleo de Identidades
de Gênero e Subjetividades

NIGS - UFSC

Florianópolis

n. 1, vol. 1, ano 2010

APRESENTAÇÃO

A série *Cadernos NIGS*, cujos primeiros números foram publicadas no ano de 2004, consiste em uma iniciativa do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a divulgação de suas atividades de pesquisa, extensão e formação.

Criado em 1991, o NIGS, coordenado pela Profa. Miriam Pillar Grossi, vem desenvolvendo, nos últimos vinte anos, pesquisas e projetos relacionados à temática de gênero e seus entrecruzamentos com temas como violências, sexualidades, conjugalidades e parentalidades, masculinidades, movimentos sociais, educação, ensino de antropologia, ensino religioso, política, religiosidades, afetos, moralidades, trabalho, ciência e tecnologia e na produção de campos científicos. Além das pesquisas individuais dos diferentes pesquisadores do NIGS, apoiadas com bolsas de iniciação científica, extensão, permanência, mestrado, doutorado e pós-doutorado pelo CNPq, CAPES e UFSC, vários têm sido os projetos coletivos desenvolvidos com o apoio de diferentes órgãos e agências financiadoras¹, e em parcerias interinstitucionais com redes nacionais e internacionais de pesquisa, a exemplo da *Rede Conjugalidades e Parentalidades*, da qual fazem parte as equipes de pesquisa lideradas por Luiz Mello (UFG) e Anna Paula Uziel (UERJ) em diálogo com pesquisadores e pesquisadores latino e ibero-americanos.

Vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG), ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), à linha de gênero do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Hu-

¹ CNPq, CAPES, Développement et Paix, Fundação Carlos Chagas/Ford, Fundação MacArthur, Fundação Ford, Apoio a Teses Ford/ANPOCS, Metodologia de Pesquisa em Sexualidade IMS/UERJ/FORD, CEBRAP/PROSARE, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

manas (DICH) e ao curso de graduação em Ciências Sociais da UFSC², o NIGS realiza regularmente eventos acadêmicos, jornadas de estudos e oficinas em torno das temáticas de gênero, direitos reprodutivos e sexuais, violências contra as mulheres e outros temas correlatos. Dentre tais atividades, destacam-se as oficinas de gênero e sexualidade realizadas em escolas da rede pública da Região Metropolitana de Florianópolis a partir do projeto “Papo Sério” e o “Concurso de Cartazes sobre Lesbofobia, Transfobia e Homofobia nas Escolas”, realizado desde 2007 junto a instituições de ensino de Santa Catarina.

Os *Cadernos NIGS*, por sua vez, visam dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas por integrantes do NIGS no período de sua formação e à divulgação de reflexões oriundas dos projetos coletivos. A partir de três séries – *Metodologias*, *Pesquisas* e *Extensão* –, os *Cadernos NIGS* apresentam algumas das produções acadêmicas que são fruto dos diálogos desenvolvidos no núcleo de pesquisa.

Os *Cadernos NIGS Metodologias*, inspirados na primeira publicação do NIGS, *Trabalho de Campo e Subjetividades*, lançada em 1993³, contemplam debates acerca dos procedimentos, dos impasses e dos desafios metodológicos, éticos e subjetivos da pesquisa no campo das ciências humanas.

Por sua vez, a linha editorial *Pesquisas* retoma as publicações de trabalhos como trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações e teses realizados por pesquisadoras e pesquisadores integrantes do NIGS. As primeiras pesquisas lançadas pelos

2 E em breve aos cursos de Antropologia e Museologia, que foram criados na UFSC em 2010.

3 Os textos publicados em *Trabalho de Campo e Subjetividade* haviam sido apresentados na Reunião de Antropologia da Região Sul – ABINHA – em novembro de 1991 em Curitiba, evento que representou a primeira exposição pública das pesquisas e reflexões teóricas sobre metodologia que estavam sendo feitas no grupo de pesquisa que deu, então, origem ao NIGS, inicialmente chamado de Grupo de Pesquisa sobre Gênero e Subjetividades. Os textos desta publicação estão acessíveis online na página www.nigs.ufsc.br, no item publicações.

Cadernos NIGS foram as dissertações de mestrado de Flávio Luiz Tarnovski (*Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*), Rozeli Maria Porto (*Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no Município de Lages – SC*) e Juliana Cavilha Mendes Losso (*Histórias de Quartel: Um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*), todas publicadas em 2004.

Finalmente, a série *Extensão* destina-se a relatar experiências em atividades de extensão universitária, diálogos entre os conhecimentos produzidos no núcleo de pesquisa e suas inserções em meios não acadêmicos e propostas metodológicas para a abordagem de temáticas referentes a gênero e sexualidade no contexto escolar e de oficinas para jovens, educadores e pais.

Este número dos *Cadernos NIGS - Pesquisa* traz o Trabalho de Conclusão de Curso defendido no curso de ciências sociais da UFSC em abril de 2006. Fruto de uma inovadora pesquisa de iniciação científica apoiada com bolsa PIBIC do CNPq, a etnografia realizada por Fernanda Cardozo junto a travestis femininas e suas famílias em Florianópolis desconstrói preconceitos e ideias pré-concebidas sobre o parentesco e as parentalidades que fogem dos modelos normativos de família na sociedade brasileira. O texto aqui publicado mostra a importância que filhos, biológicos ou adotivos, e sobrinhos têm para os indivíduos desse universo social que, via de regra, foi abordado pela literatura brasileira com destaque em questões de sexualidade. O sensível trabalho de Fernanda nos mostra que ser travesti e ser mãe são identidades complementares e altamente valorizadas no universo estudado.

Miriam Pillar Grossi e Fernanda Cardozo
Florianópolis, dezembro de 2010.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Resumo.....	15
Introdução.....	17
Cap. 1 - Revisitando a Teoria.....	25
1. Gênero e sexualidade.....	27
1.1 O conceito de gênero.....	27
1.2 Sexualidades e identidades.....	28
2. Família e parentesco.....	29
2.1 Definição e estudos acerca de família.....	29
2.2 Discussões sobre homoparentalidade.....	32
3. Travestilidades em foco.....	35
3.1 A construção da feminilidade.....	35
3.2 A atividade da prostituição.....	45
3.3 A família das travestis nos trabalhos acadêmicos.....	48
Cap. 2 - Metodologia: construindo os caminhos da investigação.....	55
1. Abrindo as cortinas: contexto da pesquisa.....	57
2. Procedimentos e instrumentos de investigação.....	58
3. Ética em pesquisa.....	63
Cap. 3 - Conversas, cafés e visitas: o contato com as sujei- tas.....	67
1. Alice: sobrinhas, sobrinhos e afeto.....	69
2. Beatriz: educação dos sobrinhos e papel de autoridade.....	76
3. Cecília: filho biológico, irmão de criação.....	85
4. Daniela: adoção e devoção.....	87
Cap. 4 - Identidades: articulações entre gênero e parentes- co.....	93
1. Entre masculino e feminino.....	95
2. Nomenclatura e terminologias.....	101
3. Homo, hétero ou bissexualidade: a identidade sexual das traves- tis.....	107
4. O lugar social e profissional das travestis: a rua como empre- go.....	112
5. As travestis e as transexuais.....	121

Cap. 5 - Relações familiares segundo o retrato e o relato das sujeitas.....	125
1. Aceitação e posicionamento dos pais.....	127
2. Relação com irmãs e irmãos.....	132
3. Relação com as gerações posteriores: “eu ajudei a criar”.....	137
4. Filho de sangue e filho de coração: parentalidade de travestis.....	145
5. Paixões a viver e paixões a esquecer: amor, conjugalidade e namoro.....	153
6. Amadrinhamento entre as travestis.....	159
7. Memórias e trajetórias: as fotografias.....	162
Considerações Finais.....	167
Bibliografia.....	175

AGRADECIMENTOS

À medida que o tempo passa e as pessoas ganham responsabilidade social, vai-se tornando mais claro o caráter coletivo de nossas produções. Este é um texto construído não a duas nem a quatro mãos, mas a muitas delas, acompanhadas de sorrisos, de lágrimas, de corações pulsantes, de bandeiras e de trocas. É a esse conjunto de aspectos vivos e multicoloridos que pretendo esforçar-me por agradecer.

Primeiramente, agradeço a meus pais, Hilária e Manoel, que me apoiaram com forças incondicionais neste e em todos os momentos da minha vida. Agradeço ao meu irmão, Alexandre, um grande amigo de quem sempre recebi as oportunidades das quais ele sequer algum dia dispôs. Agradeço à minha irmã, Claudete, que sabe me fazer rir e que compartilha dos meus incômodos com o mundo. Agradeço aos meus sobrinhos e aos meus padrinhos, que compreenderam minha ausência e que me acolheram em todas as minhas escassas “voltas pra casa”. Agradeço eternamente a meu tio Pedro, que, em memória, me guia e me impulsiona a querer um mundo melhor.

Meus amigos e minhas amigas foram meu refúgio, minha alegria, meu colo. Agradeço a Bruno Cavalcanti, Elis Motta, Joana De Conti Dorea, Rafael Buti, Diego Ramos, Philippe Hanna, etc. Agradeço àquelas pessoas brilhantes e incomparáveis que me “aturaram” e me ensinaram a crescer com meus erros, que discutiram as maiores bobagens e as coisas mais sérias, que riram nos momentos de alegria e mesmo de desespero e que choraram comigo diante de impasses: Felipe Mattos Monteiro, Fernando Taques, Sílvia Fernandes e, especialmente, Danielli Vieira – minha grande amiga e grande interlocutora intelectual. Agradeço às amigas e aos amigos de fora do curso: Daniane Bergamini, Jaqueline Vanolli, Carlinha Boscatto, Léo Taschetto, Cauê Avila Clasen.

Agradeço às professoras e aos professores que me abri-

ram novas portinhas do universo para que eu conhecesse outros mundos – todos reais e fascinantes. Agradeço às Professoras Sônia Weidner Maluf e Miriam Furtado Hartung, que participaram de minha banca de qualificação e me orientaram para além dela, com apoio, carinho e interesse pela pesquisa. Agradeço também à Professora Gláucia de Oliveira Assis, que aceitou participar da banca de avaliação do meu trabalho e que contribuiu imensamente com suas observações.

Agradeço, acima de tudo, à Professora Miriam Pillar Grossi, que me socializou na vida acadêmica, que me ofereceu suporte e atenção, que me cercou de oportunidades e que sempre me ensinou o valor de nossos conhecimentos na vida das pessoas que se encontram do lado de fora da “bolha universitária”, estimulando-me a acompanhar e a compreender os processos políticos e sociais implicados em nossas pesquisas – além da infalível companhia na degustação de coloridas e deliciosas balinhas de goma.

Agradeço ao NIGS, sobretudo às pessoas com quem dialoguei ao longo de minha formação até a conclusão do curso – Rozeli Porto, Eduardo Saraiva, Marcelo Oliveira, Leandro Castro Oltramari, Kátia dos Santos, Ari Sartori, Simone Becker, Rita Müller, Rosa Oliveira, Flávia Motta e, principalmente, Juliana Losso e Karla Galvão, que nos acompanharam ao longo da disciplina Seminário de TCC, orientando-nos.

Por fim, agradeço à ADEH e à Luana Cotroffi, que sempre me receberam com simpatia, bom humor e me possibilitaram contato com minhas sujeitas. Agradeço, de todo o meu coração, às travestis entrevistadas e às suas famílias, cuja receptividade me foi valiosa não só em termos acadêmicos, mas, sobretudo, em termos humanos. Toda a boa vontade, todo o carinho, toda a atenção e todas as histórias maravilhosas que me contaram as tornaram coautoras deste trabalho – são suas vozes que ele contempla, é a suas vidas que ele se volta, é por meio de suas narrativas que ele se tece.

*Veja o olho que você não vê.
Toque a pele que não sente.
Ria o riso que chorava.
Fale, pois que emudecida.
Experimente se despir das idéias
e costurar outras.
Sofrerá
sangrará
acertará
errará
crescerá
mais humana.*

(Graça Coêlho)

RESUMO

Este trabalho diz respeito a um estudo sobre os laços de parentesco e de filiação que unem travestis de camadas populares a crianças pelas quais aquelas sejam, direta ou indiretamente, responsáveis. Nesse sentido, busca ampliar as compreensões sociais de terminologias e de papéis sociais associados às travestis a partir das relações com as gerações posteriores e com o entorno que se lhes apresenta como família.

Os objetivos da investigação foram mapear casos de travestis que possuem filhos ou que participam do cuidado de outras crianças da família, estudar as relações familiares que circundam essas sujeitas e as terminologias de parentesco e nomeações que as definem e as situam na rede familiar.

Por meio de observação participante e de entrevistas semi-dirigidas, a pesquisa observou aos pressupostos éticos do trabalho antropológico – proteção da identidade dos sujeitos por meio de nomes fictícios, negociação sobre as possibilidades de gravação, espaço para que a entrevista fosse interrompida quando julgasse necessário.

Quanto aos resultados obtidos, a nomeação das travestis segue uma espécie de divisão entre espaços públicos, nos quais se solicita um reconhecimento político de sua identidade feminina, e espaços privados, em que há permissão para que o nome masculino seja acionado. Ela também gera laços de “amadrinhamento” (PELÚCIO, 2005) entre as travestis que conferem um nome como identidade social e as que o recebem. A ambiguidade de posições de gênero é permeada por um jogo social que, de um lado, legitima o lugar das travestis no parentesco por meio da terminologia masculina e, de outro, torna socialmente inteligível e permissível o exercício do cuidado com as crianças por conta de sua identidade feminina. Há diferenças entre funções de afeto e de autoridade das travestis em relação às crianças, que parecem

seguir a natureza do laço que as vincula (adotiva ou biológica) ou a economia das relações familiares na distribuição de papéis dentre os membros do grupo, ou seja, elas ocupam o lugar de afeto se houver na família homens que assumam a autoridade. A aceitação por parte da família passa pela ideia de que ser travesti é um “mal menor” em relação às drogas ou ao crime.

Palavras-chave: famílias; travestis; parentalidades.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das relações familiares e das formas de parentalidades presentes entre travestis da cidade de Florianópolis/SC, tomando-se o contexto hodierno. É resultado de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC/UFSC)¹ iniciada no segundo semestre de 2004, como parte do projeto “Gênero e Parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil”, desenvolvido por Miriam Pillar Grossi e sob apoio institucional do CNPq, tendo sido realizada paralelamente a investigações sobre representações na mídia sobre homossexualidades e homoparentalidades. No segundo semestre de 2005, ela foi incluída no projeto “Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade”, de autoria de Miriam Pillar Grossi, Luiz Mello e Anna Paula Uziel, igualmente apoiado pelo CNPq, na categoria “Projeto Universal”.

O primeiro contato com as travestis se deu pela via institucional, antes mesmo do início deste projeto, no primeiro semestre de 2004, em virtude da realização de uma pesquisa, em parceria com o amigo e colega Fernando José Taques², sobre a ADEH Nostro Mundo (Associação das Travestis da Grande Florianópolis) ao longo da disciplina “Laboratório de Pesquisa em Movimentos Sociais”, ministrada pelas Professoras Dr.^a Ilse Scherer-Warren e Dr.^a Lígia Helena Hahn Lüchmann, no curso de Ciências Sociais da UFSC.

Na primeira etapa do campo (2004.2/2005.1), em que as *sujeitas*³ foram indicadas a partir dos contatos com a instituição,

1 A pesquisa foi realizada sob apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Fernando José Taques é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

3 Uma vez que não há, na Língua Portuguesa, o termo *sujeitas*, apenas *sujeitos*, faz-se necessário, aqui, explicar os motivos pelos quais uso tal categoria neológica. Em conversas com a Professora Miriam Grossi, era por ele que nos referíamos às travestis, considerando sua feminilidade. Sob a perspectiva da “guerrilha da

foram entrevistadas quatro travestis – todas pertencentes a camadas populares e, de modo geral, inseridas em uma trama residencial que abarca sua família extensa. Do universo em questão, duas delas participam e/ou participaram da criação de sobrinhos e sobrinhas; outra partilha com seus pais adotivos os cuidados com o filho biológico; e uma quarta adotou “à brasileira” (FONSECA, 2002; GROSSI, 2003; TARNOVSKI, 2004) o filho de uma conhecida sua.

As articulações entre masculino e feminino, mulher e homem, e a distribuição dos papéis de gênero na economia familiar – dados observados a partir do discurso das sujeitas – apontavam para um campo nas relações em que o gênero reordena posições na estrutura de parentesco. Assim sendo, os primeiros momentos da pesquisa indicaram que papéis feminino e masculino, bem como nomeações de parentesco, são negociados explícita e/ou implicitamente entre as travestis e seus familiares. As primeiras entrevistas com essas quatro travestis se mostraram, portanto, imensamente ricas, de maneira que surgiu o interesse por uma investigação mais concentrada nestes casos.

A partir das questões oriundas das informações coletadas – na ADEH, no caso de três delas, e na casa de uma das travestis –, a primeira etapa da pesquisa deu origem ao projeto do trabalho em questão. Coube à nova etapa não só tratar das relações de filiação e de cuidado das travestis em relação às crianças, mas também contextualizar esses processos na dinâmica familiar mais ampla. Desse modo, trabalhando-se com um universo de seis travestis e alguns familiares, os questionamentos centrais circundaram os papéis de gênero atribuídos às travestis na organização familiar e as nomeações e terminologias de parentesco pelas quais as mesmas são referidas neste contexto.

linguagem” (COULTHARD, 1991), optei por adotá-la durante minhas reflexões e durante o processo de pesquisa. Ao longo de todo o trabalho, é por sujeitas que me refiro às travestis e às demais interlocutoras da pesquisa.

Com quem vivem as sujeitas? Quais seus papéis sociais em relação às crianças? Qual o gênero com que são denominadas no interior da família? Que terminologias são acionadas para se designá-las? Quais seus lugares na distribuição das tarefas familiares? Como se dão as relações de conjugalidade desse grupo de travestis e com que identidades de gênero elas são operadas?

Neste trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, trago uma primeira análise dos dados recolhidos nesta pesquisa, analisando-os à luz da bibliografia sobre gênero, parentesco e sexualidade. Trata-se de apontamentos iniciais de uma pesquisa à qual espero poder dar continuidade nos próximos anos, feitos a partir de um *treino* do olhar antropológico.

Travestis se definem, segundo a literatura antropológica, como sujeitos que transformam e que ornamentam seu corpo com a finalidade de aproximá-lo, pela aparência, ao do sexo oposto (MELLO, 1999; PATRÍCIO, 2002). Portanto, de acordo com a literatura referente aos grupos investigados, travestis (de masculino para feminino, no caso) consistem em homens que produzem modificações em seus corpos com o objetivo de torná-los femininos e de fazê-los parecer com os de mulheres, sem, no entanto, visar à cirurgia de transgenitalização (BENEDETTI, 2000). Entretanto, travestis podem constituir-se através de uma identidade atribuída e de uma autoidentidade (HALL, 2004) que as identifiquem como tais, independente das diferenciações entre transfigurar-se de femininamente por período permanente ou não (PATRÍCIO, 2002), e entre realizar a cirurgia de transgenitalização ou não.

Início este trabalho buscando definir o que significa ser travesti no contexto estudado. Uma vez que a bibliografia brasileira sobre o tema – Silva (1993), Florentino (1998), Oliveira (1994; 1997), Benedetti (2000), Patrício (2002), Pelúcio (2006) – centrou seus estudos na forte presença pública, em ruas e avenidas urbanas, sobretudo no período noturno, minha pesquisa teve outro

foco: o de estudar estas sujeitas em seus espaços privados⁴ – a casa e a família.

Travestilidade não se trata apenas da tensão entre masculino e feminino que se vê na construção do corpo ou na atividade de prostituição. A tensão da travestilidade se estende a outros pares quando se observa o cotidiano de suas sujeitas de modo mais amplo e mais conectado ao mundo a que pertence aquele que teoriza. Travestis não se resumem a saltos e a decotes; elas têm famílias, crianças, amores, lares, vidas conjugais, alegrias, crenças religiosas... Creio na necessidade de um “deslizamento da alteridade” (PEIRANO, 1999) nos estudos *sobre* e *com* as travestis no mesmo sentido em que tal processo aconteceu no histórico das investigações antropológicas: do “exótico” para o “familiar” (VELHO, 1974). Assim sendo, defendo que o foco a respeito dessas sujeitas se desloque do exotismo da ambiguidade e da suposta marginalidade para os aspectos mais conhecidos e experienciados pel@s pesquisador@s: a família, a conjugalidade, o amor, o trabalho, os sonhos. É preciso que seu cotidiano seja compreendido e visibilizado em várias instâncias de sua vida social a fim de que as semelhanças existentes entre “elas” (as travestis) e “nós” (não travestis) se sobreponham aos aspectos que as apreendem numa dimensão distante, do desconhecido.

Este trabalho se estrutura em três partes (teoria, metodologia e campo), divididas em cinco capítulos.

No primeiro, *Revisitando a Teoria*, são discutidas as teorias e as produções sobre família, gênero, homoparentalidade e travestilidade que guiam a pesquisa. No segundo, *Metodologia: construindo os caminhos da investigação*, é feita a discussão sobre procedimentos metodológicos e questões éticas presentes nesta pesquisa.

4 Utilizo a categoria “privado” sabendo que a dicotomia público/privado já foi alvo de inúmeras reflexões teóricas no campo dos estudos de gênero (ORTNER, 1979; SCOTT, 2002).

No terceiro, *Conversas, cafés e visitas: o contato com as sujeitas*, a experiência de campo e a reflexão sobre ele começam a ser abordadas a partir da apresentação das sujeitas e dos agrupamentos familiares que representam. O quarto capítulo, *Identities: articulações entre gênero e parentesco*, trata da discussão sobre os tipos de identidades que o gênero e o parentesco possibilitam, como a hetero/homo/bissexualidade, as designações de gênero, as terminologias acionadas a partir dos lugares na estrutura familiar. As relações familiares entre as travestis e seus pais, irmãos, parceiros, filhos e sobrinhos constituem o tema do quinto capítulo, *Relações familiares segundo o retrato e o relato das sujeitas*.

Por fim, concluo o trabalho apontando para questões abertas por esta pesquisa, colocando inúmeras possibilidades de desenvolvimento desta investigação.

CAPÍTULO 1

Revisitando a Teoria

1. Gênero e sexualidade

1.1 O conceito de gênero

Relativamente novo no âmbito acadêmico, o termo *gênero* emerge como categoria de análise entre pesquisadoras norte-americanas com a finalidade de legitimar os estudos feministas garantindo-lhes o estatuto científico que o termo *mulheres* parecia não lhes assegurar diante do ponto de vista predominantemente masculino das ciências, como aponta Joan Scott (1990). Oriundo da língua inglesa – *gender* –, o conceito diz respeito “às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 1990, p. 7), indicando, portanto, o caráter sociocultural de atributos comumente associados a indivíduos fêmeos e a indivíduos machos para diferenciá-los socialmente. Desse modo, o gênero, concebido de modo relacional, confere sentido às diferenças biológicas entre os sexos ainda que se mostre construído historicamente com base nelas (GROSSI, 1998, p. 6).

Como discurso responsável por ordenar o mundo, o gênero delimita espaços, constitui identidades, constrói sujeitos. Masculinidades e feminilidades, construtos sociais e de caráter contextual, são atribuídos a machos e a fêmeas, e esse disciplinamento é tão sutil e eficaz que seus mecanismos são mascarados e tornam o processo e o produto coisas “naturalmente” pré-determinadas. Na contramão das naturalizações de atributos ditos masculinos e femininos, o conceito vem a desconstruir esses essencialismos que, no senso comum, promovem expectativas específicas em torno de cada sexo (macho/fêmea), como se eles contivessem atributos naturais, inerentes à anatomia dos corpos, concebidos *a priori*.

Para Scott, “o uso de ‘gênero’ põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (1990, p. 7). Tal afirmação, de um lado, descola o par

masculinidade/feminilidade – portanto o gênero – do sexo anatômico e, de outro, acaba por desvinculá-lo também do objeto de desejo dos sujeitos. Dessa forma, Miriam Grossi (1998) diferencia quatro categorias que, embora embaralhadas no senso comum, se apresentam diferenciadas no sistema de orientação da posição de sujeito de maneira que não se implicam sob um modo determinante: gênero, sexo, identidade de gênero e sexualidade.

A primeira delas, *gênero*, consoante o já exposto, refere-se à construção cultural de atribuições a feminilidades e a masculinidades que culminam em “papéis sexuais”. A segunda, o *sexo*, por sua vez, concerne à diferenciação fisiológica entre fêmeas e machos, entre homens e mulheres. A *identidade de gênero* diz respeito a uma localização dos sujeitos na cultura, na medida em que masculino e feminino dispõem de territorialidades no espaço social, marcadas por atribuições específicas; ela concerne à forma como os sujeitos se sentem, como se identificam e como se situam no mundo.

A *sexualidade*, por fim, designa a atividade sexual experienciada pelos indivíduos, as dimensões sentimental e prática com relação a seu objeto de desejo. Assim como a identidade de gênero, Miriam Grossi (1998) aponta que a sexualidade também diz respeito a uma regra culturalmente colocada aos indivíduos, o que tem sido evidenciado especialmente na medida em que as novas tecnologias reprodutivas têm aberto alternativas que descosturam as amarras tradicionais entre reprodução e sexo, reconfigurando e reordenando arranjos de família que se distinguem do modelo heterossexista.

William Siqueira Peres (2005, p. 8) toma “as sexualidades como processualidades que se constroem de forma permanente”.

1.2 Sexualidades e identidades

A homossexualidade, antes chamada homossexualismo

(termo posto em desuso em função de seu caráter patológico), é definida por Peter Fry e Edward MacRae como sendo “uma infinita variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo” (FRY & MACRAE, 1985, p. 7). Sob esta perspectiva, tais autores ressaltam a polissemia da prática homoerótica, uma vez que ela é nomeada ou não como homossexualidade – e seus atores podem ou não ser nomeados homossexuais –, dependendo do código cultural veiculado pelos agentes do recorte social específico.

Compreendida como construção a partir de relações de cunho afetivo e social, não concerne a uma cristalização da subjetividade, afinal os sujeitos se constituem dia a dia, num processo contínuo de experiências. Como indica Miriam Grossi, trata-se, pelo contrário, de “uma possibilidade erótica para muitos indivíduos” (GROSSI, 1998, p. 14), concepção à qual se torna perfeitamente aplicável o termo “homoerotismo”, divulgado por Jurandir Freire Costa e que opera no sentido de desconstruir as concepções que substancializam a homossexualidade como identidade fixa e engessada, capaz de cercar e de algemar o indivíduo a uma posição intransponível de sujeito pré-concebido, de sujeito sujeitado a um determinismo sexual. Conforme afirma Luís Otávio Rodrigues Aquino, “homossexuais não são as pessoas, mas suas práticas sexuais” (1995, p. 80); dessa maneira, a homossexualidade se configura, de fato, como possibilidade, não como substrato identitário cristalizado e determinista.

2. Família e parentesco

2.1 Definição e estudos acerca de família

Os estudos de parentesco constituem tema clássico da Antropologia. Concebido como uma relação social, e não reduzido à consanguinidade, o parentesco atua como mecanismo de organi-

zação social, como princípio de classificação. Para Lévi-Strauss (1972, p. 314), a família diz respeito a uma união relativamente duradoura entre homem, mulher e rebentos, efetuada sob a aprovação e reconhecimento sociais e permeada por obrigações, direitos, proibições e sentimentos psicológicos. Percebe-se, subjacente a essa definição, uma perspectiva heterossexista acerca das normas de parentesco.

O modelo de família, entretanto, longe de ser universal, mostra-se amplamente variável no tempo, no espaço e na experiência subjetiva. Françoise Héritier (1989) aciona uma série de exemplos etnográficos a fim de demonstrar que elementos característicos da família, tidos como “naturais”, diferem em outros contextos, como é o caso da diferença de sexo entre cônjuges, da união entre vivos e do estatuto de paternidade/maternidade ao par sexual reprodutivo.

Danda Prado (1985, p. 12) aponta que

[...] a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da História e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado.

Os estudos de Antropologia Urbana, ao realizarem o “deslizamento da alteridade” (PEIRANO, 1995), focaram a dinâmica e a diversificação das configurações familiares nas ditas “sociedades complexas”, contribuindo com novos elementos para se pensarem os fenômenos sociais desses contextos. Gilberto Velho (2002) argumenta que o casamento institui reciprocidade e relações entre grupos e que produz identidades, sendo que papéis, solidariedade, reciprocidade e sociabilidade se desenham e se redefinem a partir dos laços conjugais. A ideologia ocidental moderna do individualismo ressignificou o casamento como “escolha recíproca, baseada em critérios afetivos, sexuais e na noção de amor” (VELHO, 2002, p. 26), privilegiando a agência e a autonomia do sujeito. Nesse cenário, os filhos representam “um importante momento do

ciclo doméstico, fazendo com que, geralmente, haja uma reaproximação com a família de origem” (VELHO, 2002, p. 29).

A dinâmica social moderno-contemporânea tem, gradativamente, potencializado e tornado mais visíveis configurações familiares distintas do modelo padrão dominante – o da família nuclear, heterossexual, monogâmica, composta pelo pai provedor, pela mãe do lar e pelos filhos. Não só os desenhos familiares se têm modificado, como ainda o tem sido a própria qualidade dessa dinâmica doméstica. Nesse sentido, Sérvulo Figueira (1986) foca o sujeito para compreender o processo de modernização da família, marcado, comum e concomitantemente, pelo moderno e pelo arcaico; ele detecta dois modelos ideais de família, representados pela família hierárquica – caracterizada pela diferenciação intrínseca de gênero e de geração – e pela família igualitária – centrada na individualidade e na pluralidade de escolhas.

Gilberto Velho (1999) oferece categorias analíticas extremamente válidas à compreensão da permeabilidade das reconfigurações sociais pela disseminação da ideologia moderno-ocidental do individualismo. Acionando a dimensão da subjetividade, Velho defende que, nas sociedades complexas, os indivíduos operam dentro de um *campo de possibilidades*, a partir do qual elaboram seu *projeto* e no qual dispõem de uma *margem de manobra* (VELHO, 1999). Dessa forma, cabe-lhes optar por permanecer no universo de referência de seu espaço social ou por transformar-se, destacando sua biografia individual do projeto coletivo.

Claudia Fonseca (2002), por sua vez, evidencia modelos familiares encontrados em camadas populares, diferentemente dos estudos de Gilberto Velho (2002), focados nas camadas médias imbuídas da ideologia do individualismo moderno e psicologizadas (VELHO, 2002). Ao analisar a circulação de crianças em grupos populares da cidade de Porto Alegre, a autora revela a centralidade dos pequenos na dinâmica doméstica e na do bairro. Além de consolidarem o estatuto de adultos de seus cuidadores, consti-

tuem o mecanismo central que dinamiza a casa – mostrando-se o alvo de todas as atenções e cuidados – e ativam as redes sociais – vinculando sujeitos e famílias em torno de regras específicas de reciprocidade. Nessa lógica de circulação, as crianças acabam por somar várias mulheres que por elas se responsabilizam e a quem chamam *mãe*, diferentemente do modelo de adoção pressuposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual a adoção tem caráter substitutivo – integração do adotando à nova família mediante o rompimento total com a família consanguínea (FONSECA, 2002, p. 121). Desconstruindo, portanto, a suposta naturalização do modelo “hegemônico” de família, ensina a autora que a família popular, “longe de ser um mero antecedente à família ‘moderna’, cresce e se consolida simultaneamente com ela” (FONSECA, 2002, p. 74).

2.2 Discussões sobre homoparentalidade

No Brasil, o tema da filiação por casais homossexuais passou a receber destaque quando Martha Suplicy propôs, em 1995, um projeto de lei de reconhecimento à parceria civil entre homossexuais, face ao qual se reivindicou a inserção da legitimidade da adoção por parte desses casais (GROSSI, 2003). O novo desenho de parentalidade ganhou mais destaque na mídia e na opinião pública – bem como mobilizou, em outras dimensões, o movimento homossexual – com o caso envolvendo a guarda do filho de Cássia Eller após a morte súbita da cantora, em 2001 (GROSSI, 2003; TARNOVSKI, 2004); o direito de tutela garantido à parceira de Cássia Eller abriu espaços mais esperançosos aos casais homossexuais.

Ressalta Miriam Grossi (2003) que os estudos sobre parentesco costumavam levar em conta a sexualidade como dado natural e como ordenadora dos laços parentais, de maneira que a heterossexualidade foi universalizada nessas análises. Quanto às

nominações de parentesco, responsáveis por enunciar e instituir o lugar dos sujeitos no referido sistema, acionam-se termos correlatos para se referir aos parceiros dos pais e mães biológicos, uma vez que não há, na linguagem, lugar social para os mesmos em se tratando da trama parental, de maneira que a eles restam vocativos como *mãe 2*, *madrinha*, *padrinho*. Desse modo, só uma análise das categorias utilizadas pelos sujeitos envolvidos no processo pode apontar para nominações de parentesco possíveis para essa nova configuração familiar (GROSSI, 2003).

Anna Paula Uziel (2002) avalia as representações sobre famílias homoparentais tomando como objeto de análise o discurso de técnicos e de operadores de Direito que trabalham com os processos de adoção. A “naturalização” do modelo burguês repercute em uma desqualificação do estatuto de família no que diz respeito a outras configurações, tais como a recomposição, o recasamento, a chefia domiciliar feminina e a monoparentalidade, sendo que é sob este último desenho que se constituem as famílias encabeçadas por casais homoafetivos que acionam a adoção como mecanismo de filiação, uma vez que a lei não reconhece oficialmente a união civil entre indivíduos de mesmo sexo. Os discursos dos sujeitos vinculados às instâncias jurídicas permitem entrever receios igualmente marcados pela moral reacionária e pela normatização heterossexista: falta de referência do outro sexo, fantasias sobre perversões, danos à orientação sexual da criança. Tantas reservas se mostram equivocadas na medida em que a realidade experienciada pelos membros desses modelos familiares é bem diversa das preocupações normativas e bem menos dramática do que elas insinuam – a sociedade dispõe de múltiplos modelos com os quais a criança é socializada e por meio das quais concebe sua sexualidade; além disso, quanto às preocupações com a orientação sexual dos rebentos, basta salientar que a homossexualidade está longe de ser um “problema”.

Flávio Luiz Tarnovski (2004) analisa, através de um proce-

dimento metodológico ricamente descrito, os meios pelos quais se concretiza, no contexto brasileiro hodierno, a parentalidade no caso de homens que possuem vínculos afetivos e eróticos com outros homens. Apropriando-se de referenciais teóricos sobre parentesco, gênero e sexualidade e da literatura francesa, o autor busca compreender os desenhos familiares e as modelagens de parentesco desencadeadas pela conjugalidade homoerótica numa perspectiva que insere o fenômeno na especificidade cultural, social e política do cenário nacional. Ele lida com diferentes históricos de acesso à parentalidade: adoção legal, adoção “à brasileira”, casamento heterossexual anterior e acordo com alguma amiga. A paternidade, observa Tarnovski (2004), vem a operar em dois sentidos “normalizadores”: um é que a identidade de pai se sobrepõe à de homossexual, amenizando a agressão à sexualidade; o outro diz respeito ao que o autor denomina “limpar a ficha” – nesse sentido, o filho torna “pura” a vida do casal, que se afasta de locais de sociabilidade estigmatizada como promíscuos e assume uma masculinização em oposição à figura acusatória do gay efeminado. Curioso é como, segundo o autor, esses pais veem seu papel no processo de adoção: para eles, sua tarefa no mundo é garantir às crianças abandonadas pelos heterossexuais uma família, bem como todos os elementos que esta implica: proteção, cuidados, carinho, sustento. Além disso, eles criam a expectativa de que seus filhos se envolvam em uma relação heterossexual e que lhes deem netos; é por isso que masculinidades e feminilidades são policiadas pelos tutores, que embaralham, em seu imaginário, identidade de gênero e sexualidade.

Camila Pinheiro Medeiros (2004) investiga, entre mulheres que se envolveram em relacionamentos homoeróticos após a maternidade, as concepções de maternidade e de lesbianidade, bem como avalia o impacto desta sobre aquela na reconfiguração do projeto de vida dessas sujeitas. Para tanto, delinea um caminho de desnaturalização das identidades sexuais e, apoiando-se em

Elisabeth Badinter, do conhecido “amor de mãe”. O jogo entre publicização e omissão da identificação lésbica, segundo observa Medeiros, segue duas lógicas diferenciadas, ainda que não estanques: 1) a das não militantes, as quais reivindicam um status de normalidade, omitindo sua orientação sexual como forma de proteção – seja por meio da feminilização do comportamento, seja através de categorias de parentesco que situem a companheira em uma rede social aceitável; 2) a das militantes, para quem a publicização da identidade lésbica é seguida por uma afirmação política. Interessante é que, como salienta a autora, a assunção de uma identidade lésbica corresponde, certas vezes, a uma ideia de incapacidade materna, ao passo que os estudos de Tarnowski (2004) indicam o processo de “purificação” da homossexualidade masculina através da paternidade.

3. Travestilidades¹ em foco

3.1 A construção da feminilidade

A desarticulação entre sexo, gênero e sexualidade torna múltiplas as possibilidades de vivência subjetiva de todas essas dimensões. Em “Travesti: a invenção do feminino”, Hélio Silva (1993), estudando o contexto da Lapa, no Rio de Janeiro, relata o processo cotidiano, intenso e até doloroso que as travestis empreendem em busca de um corpo e de uma corporalidade caracteristicamente femininos. Travestis se definem, segundo a literatura antropológica, como sujeitos que transformam e que ornamentam seu corpo com a finalidade de aproximá-lo, pela aparência, ao do

¹ O termo “travestilidades” visa, de um lado, a afirmar a positividade das identidades travestis em lugar de “travestismo” no mesmo sentido em que o termo “homossexualidade” veio a substituir a palavra “homossexualismo”, imbuída de caráter patológico. De outro, propõe-se a assegurar a pluralidade de características que permeia o universo das travestis.

sexo oposto (MELLO, 1999; PATRÍCIO, 2002).

Maria Cecília Patrício (2002) aborda, em sua dissertação intitulada “Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande”, a ideia de mobilidade como possibilidade de trânsito e de deslocamento não apenas geográficos, mas, sobretudo, relativos a “lugares de pertencimento construídos e ocupados por corpos e linguagens, que montam a mobilidade numa perspectiva holística” (PATRÍCIO, 2002, p. 8). Focando o caráter permanente da construção do “travestismo” e da travesti, Patrício (2002, p. 14) concebe travesti como

[...] sujeito que transforma seu corpo, sua estética, com traços do sexo oposto. No caso em questão, é o homem biológico que se traveste de mulher, simulando pertencer ao sexo feminino para cotidianamente viver – trabalhar e transitar no espaço urbano, muitas vezes em conformidade com sua orientação sexual.

Quanto a transvestitismo, a autora define a categoria “como fenômeno de identidade coletiva moldando cada indivíduo que pratica e se intitula como pertencente a um grupo” (PATRÍCIO, 2002, p. 8). “Travestismo” é conceituado por Patrício a partir da noção de complexidade para Morin. Na medida em que pertencente ao mundo atual e urbano, trata-se de um fenômeno complexo, composto de associações heterogêneas e de interações múltiplas, que implica o não acabado e a não redução. Segundo ela, “o travestismo oferece projetos de identidades individuais aos sujeitos que se identificam com o termo e com a prática assumida pelo grupo” (PATRÍCIO, 2002, p. 16).

Preocupado com o tema do corpo e com a diferença entre gênero e sexualidade, Marcos Benedetti (2000), em sua dissertação “Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis”, é cauteloso a fim de que seus sujeitos de pesquisa não sejam rotulados e tipologizados por determinações externas ao grupo. De acordo com a lógica do grupo investigado por ele, travestis consistem em homens que produzem modificações em seus corpos com o objetivo

de torná-los femininos e de fazê-los parecer com os de mulheres, sem, no entanto, visar à cirurgia de transgenitalização. As transexuais, por sua vez, diferenciam-se exatamente pelo desejo da extirpação do pênis, enquanto as transformistas promovem leves e reversíveis alterações no corpo, de maneira que as características masculinas possam ser recuperadas logo após o evento para o qual se caracterizaram femininamente.

A categoria transexual, de origem médica e psicológica, ainda é estranha a grande parte do grupo pesquisado. Benedetti (2000) aponta como diferenças entre travestis e transexuais a conclusão de um debate do grupo de travestis do GAPA/RS: enquanto as transexuais negam sua genitália, as travestis assumem a ambiguidade e fazem uso dela. Dessa forma, as transexualidade parte de um modelo em que masculinidade e feminilidade são rigidamente demarcadas e separadas. O autor observa que as interlocutoras que se identificam como transexuais são, geralmente, aquelas que tiveram acesso ao saber psi e biomédico, e, assim, acessam a cirurgia de transgenitalização como forma de “tratamento” à sua “doença”.

Ainda em relação à diferenciação por classes sociais entre travestis e transexuais, Larissa Pelúcio (2006) avalia que, enquanto as transexuais pertencem a classes média e média alta e se imbuem de categorias médicas e psicanalíticas, as travestis, sendo oriundas de camadas populares ou de classes médias baixas, possuem uma cosmologia holista, em que os valores da identidade social se atrelam ao corpo e à corporalidade.

Patrício (2002) também aponta, a partir das falas das travestis de Campina Grande, para uma perspectiva a respeito do que é ser travesti. Ela observa, entre suas sujeitas, que travestis não são apenas aquelas pessoas que se vestem permanentemente com roupas do sexo oposto, mas aquelas que,

[...] em alguns momentos do dia, no seu trabalho e no meio em que vivem, mostram estar envolvidas totalmente com o travestis-

mo, a ponto de em alguns destes momentos ser necessário que os próprios travestis se considerem como tais figuras” (PATRÍCIO, 2002, p. 86).

Para ela, portanto, o “travestismo” não só engloba as personagens que se assemelham, mas também as que “se denominam como tais” (idem, p. 87).

Por sua vez, ao mencionar que “o principal trabalho do travesti é a correção de sua própria natureza” (SILVA, 1993, p. 37), Silva observa uma significativa transformação no modo como as travestis concretizam sua feminilidade: as roupas, os sapatos, os acessórios deslizaram da estante do exagero e se tornaram, de fato, femininos, num feminino cotidiano, o que possibilita mais facilmente que elas “se passem por” mulheres. Houve, pois, uma internalização da experiência de ser *feminina*, processo capaz de superar a exacerbação de se externalizar essa feminilidade. Essa interiorização comporta gestos, sutilezas, estratégias amorosas, que tornam ainda mais socialmente “convicente” a *performance* ou a *performatividade* (BUTLER, 2003) desses sujeitos.

Orientado por Hélio Silva, Marcelo José de Oliveira (1994) observa, em “Jogo de Cintura: uma etnografia sobre travestis em Florianópolis”, que a aceitação das travestis ocorre mediante uma negociação implícita baseada na “discrição” das mesmas. Entrevistando as diretoras de dois colégios em que estudam travestis – ambos públicos e frequentados por alunos de periferia –, Oliveira constata que depravação e deslumbramento são características atribuídas, pelas mesmas, às travestis que exageram em sensualidade e em feminilidade, tornando-se excessivamente visíveis e, portanto, perturbadoras; isso expressa a intolerância com relação a determinados comportamentos que escapam ao parâmetro social e à exigência moral de um comportamento feminino associado à reserva e ao comedimento.

Segundo relata Silva (1993), as travestis não abandonam os aspectos que as socializaram como homens. Diante de uma

briga ou de alguma adversidade, resgata-se uma masculinidade, um “homem adormecido”, que reage e que se defende. Trata-se, portanto, de uma pessoa feminina que pode deslizar para uma identidade masculina quando necessário; trata-se de uma potencialidade ampla, de um repertório de papéis sociais perpendicular ao gênero – ou seja, a assunção de múltiplos papéis não se restringe a posições alocadas no polo masculino somente ou apenas no polo feminino, mas circula por tais extremidades, articula-as, transcende-as. Em sua pesquisa entre travestis na cidade de Londrina, Wiliam Siqueira Peres (2003; 2005), a partir da fala de uma de suas interlocutoras (“quando eu faço ativo, eu penso e sinto como um homem; quando eu faço passiva, eu penso e sinto como uma mulher”)², aponta para esse convívio entre masculino e feminino no corpo e na identidade travesti em detrimento de um imaginário que dicotomiza masculinidade e feminilidade.

Essa ambivalência de comportamento coincide com a ambiguidade que caracteriza seus corpos. O corpo modelado tal qual o de uma mulher – siliconado, depilado – comporta um pênis. A ambiguidade aponta para o que Silva (1993) denomina *transcondição*, um princípio de mutação que operaria sobre aspectos estruturantes de suas vidas e que, desse modo, as tornaria mutáveis. Duvidando do reducionismo das “explicações” psicológicas, Silva afirma que não se trataria de uma dualidade oposicionista biologia/psicologia – a qual acabaria por não conformar a psique ao sexo inscrito no corpo –, mas de uma “tendência ao próprio trans, à condição trans” (1993, p. 91) e uma condição de não condição, de não lugar. Tal perspectiva também pode ser associada à ideia de *performatividades de gênero*, de Judith Butler (2003), para quem o gênero, longe da fixidez das identidades, consistiria em ações,

2 Relato registrado no artigo intitulado “Relações Sociais e de Gêneros entre Travestis de Londrina: construindo identidades cidadãs”, disponível online e tratado no II Seminário Internacional “Educação intercultural, Gênero e Movimentos Sociais – Identidades, diferenças e mediações”.

dramatizações, experienciadas por homens e por mulheres.

Quanto aos posicionamentos de gênero, Patrício (2002) afirma que travestis não são totalmente femininas nem masculinas, mas figuras próximas à androginia, da qual se afastam à medida que acontece o aperfeiçoamento corporal e estético.

Cabe, entretanto, problematizarem-se dois aspectos das divagações a respeito de masculinidades e de feminilidades quando se trata de travestis. De um lado, importa não restringir às travestis a possibilidade de trânsito entre universos e práticas masculinos e universos e práticas femininos, uma vez que não travestis também podem incorporar atributos culturalmente demarcados como tipicamente femininos e aqueles tipicamente masculinos – como defende Butler (2003), o gênero é *performatividade* executada por todos os indivíduos socialmente (homens e mulheres também, portanto). De outro, o estatuto de feminilidade, reivindicado pelo desejo e, sobretudo, politicamente, não pode ser negado às travestis – o que seria despolitizante do ponto de vista da afirmação de identidades em se tratando de determinados segmentos que compõem o grupo das travestis ou que compõem o movimento³.

Marcos Benedetti (2000) oferece sua perspectiva a respeito desse tema. Por representarem o “descolamento entre o corpo e as práticas e representações” (idem, p. 89), Benedetti entende que as travestis e as transexuais compõem o caso limite do gênero e, portanto, um objeto privilegiado de estudos. Para ele, a heterogeneidade das noções de *feminino*, *feminilidade* e *efeminação* impede que se avance na compreensão sobre o grupo e no próprio desenvolvimento do conceito de gênero. O feminino das

3 Concordo com a Prof.^a Sônia Maluf em relação à necessidade de se pensar em gêneros a partir de uma multiplicidade de possibilidades em detrimento da redução à dualidade masculino/feminino (observação ricamente pontuada em banca, durante a avaliação do trabalho). Entretanto, para fins de análise desta pesquisa especificamente, tomo as categorias masculino/feminino levando em conta que é a partir desse esquema que as sujeitas da pesquisa apreendem suas identidades e percebem e explicam seu mundo.

travestis concerne, para ele, a uma feminilidade constantemente renegociada e fluida, que se permite articular-se ao masculino e que segue a direção do sentir-se mulher.

O feminino travesti não é o feminino das mulheres. É um feminino que não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre estes polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica destes ingredientes do gênero (...). O feminino das travestis é um constante jogo de estímulos e respostas entre o contexto específico de determinada situação e os sentimentos e concepções da travesti a respeito dos domínios do gênero. É o feminino travesti (BENEDETTI, 2000, p. 90).

Silva (1993), por sua vez, discute que

A possibilidade lógica – e que, nos discursos, se vislumbra como uma insinuação antropológica – é que o “feminino” [*construído pelas travestis*] é mais FEMININO [*abstrato de feminilidade*] que o feminino [*feminilidade sexuada, apreendida pelas “fêmeas”*] porque o primeiro é uma minuciosa e permanente (segundo a segundo) construção consciente, enquanto o feminino se produz natural e inconscientemente (SILVA, 1993, p. 134).

Para Silva (1993), as travestis representariam uma inversão dada no cotidiano, não só no Carnaval, e através do porte de signos do FEMININO (abstrato).

Marcos Benedetti (2000) avalia as dinâmicas e os processos de construção do feminino a partir das transformações corporais das travestis que se prostituem na capital gaúcha. Para tanto, analisa também a relação das mesmas com clientes, com maridos e com outras travestis. Segundo o autor, os valores de masculino e feminino são construídos *no* e *pelo* corpo, de modo que as travestis desvelam os conteúdos sociais desse processo.

Benedetti (2000), na via das reivindicações dos movimentos das travestis, defende o gênero ortográfico feminino na designação delas. Sobre sua postura, afirma:

Além das razões que valorizam o próprio processo de construção do gênero feminino no corpo e nas subjetividades das travestis e que levam em conta a utilização êmica deste termo, usualmente empregado na flexão feminina, a outra justificativa é política: já que o respeito e a garantia ao seu feminino é uma das principais reivindicações do movimento organizado de travestis e transexuais, acredito que este trabalho possa contribuir com este objetivo, valorizando e afirmando o gênero feminino (cultural e ortográfico) das travestis (BENEDETTI, 2000, p. 7).

Benedetti (2000) se baseia em Marcel Mauss, Thomas Csordas e Pierre Bourdieu para delinear o debate antropológico a respeito do corpo na dinâmica e na construção cultural. Em Mauss, diz Benedetti, ainda resiste a clássica divisão cartesiana entre corpo e mente, uma vez que trata de “técnicas corporais” e da “noção de pessoa” separadamente. Por outro lado, aponta que Csordas e Bourdieu apresentam posicionamentos diferenciados dos de Mauss. Para Bourdieu,

[...] o corpo é o espaço onde está a cultura, onde situam-se os principais esquemas de percepção e apreciação do mundo que são formados a partir das estruturas fundamentais de cada grupo, como as oposições entre alto/baixo, masculino/feminino, forte/fraco, etc. A cultura é incorporada através de um mecanismo básico que ele denomina *habitus*. Assim, o *habitus* é a própria naturalização da cultura, porque é o operador lógico que promove esta ligação entre um nível propriamente simbólico (cultural) e o espaço corporal (natural) (BENEDETTI, 2000, p. 43).

Segundo Benedetti (2000), Csordas, por sua vez, defende o corpo como um paradigma, como “um método para a disciplina” (BENEDETTI, 2000, p. 44), não como um mero tema de investigação. Para tanto, desenvolve o conceito de *embodiment*, indicando a “participação do corpo na produção dos sentidos e símbolos atribuídos às mais variadas práticas sociais” (idem, ibidem), na medida em que este se constitui como produtor e como espaço de significados.

A partir de tais perspectivas, Benedetti compreende o corpo

das travestis como uma linguagem, uma vez que “é no corpo e através dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais” (BENEDETTI, 2000, p. 45). É o emprego de transformações e de investimentos nele que o torna, mais do que suporte de significados, uma linguagem social e subjetiva.

Sônia Weidner Maluf (2002), por sua vez, traz, em seu artigo “Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem”, uma reflexão acerca dos temas gênero e corporalidade a partir do filme “Tudo sobre minha mãe”, do cineasta Pedro Almodóvar. Maluf (2002) toma o caso de uma das personagens, a travesti Agrado, para discutir a forma como o fenômeno transgênero propicia novos elementos para se pensarem as noções de corpo e de sujeito. Baseando-se nas cosmologias ameríndias a respeito do corpo, analisa o processo de transformação das travestis compreendendo que é nele que as mesmas se afirmam como sujeitos, construindo para si o corpo desejado e corporificando suas experiências. Maluf discute três aspectos principais a partir do filme: a publicização do corpo transformado em oposição à ocultação da identidade comum nos filmes sobre travestis, o desejo dos sujeitos como operador das mudanças e da construção de um corpo sonhado e, por fim, o modo como o fenômeno transgênero esclarece o caráter cultural, social e político da construção e da noção de corpo.

Maluf (2002) avalia que são as transformações realizadas em seu corpo e o discurso elaborado a respeito dele que a condição de sujeito se mostra no caso de Agrado. O corpo é, assim, produto e produtor cultural, não apenas um suporte natural sobre o qual a cultura inscreve seus sinais. O corpo

[...] se apresenta como corporalidade ou corporificação, ou seja, enquanto experiência que reúne afetos, afeições, habitus, como coloca Thomas Csordas em sua discussão sobre o embodiment (MALUF, 2002, p. 147).

No caso da personagem Agrado, é a experiência da transformação que se mostra autêntica, ainda que os demais personagens, ao se referirem ao seu pênis, evoquem o princípio do corpo irredutível como definidor de sua identidade.

Maluf (2002) ainda lança questões mais teóricas e novas vias para se pensarem gênero e corpo a partir da experiência *trans*, a qual evoca o caráter artificial das diferenças de gênero e amplia o conceito de corpo para outras dimensões que não a anatômica. Desse modo, Maluf (2002) propõe um diálogo entre as noções de corpo encontradas em outras culturas e as formas de gênero “não convencionais” das sociedades ocidentais modernas. A autora aciona a noção de individualização para pensar no corpo travesti:

[...] a individualização do sujeito travesti, expressa na fala de Agrado, acontece no sentido de realização de um desejo próprio e da inscrição desse desejo em um corpo, leia-se transfiguração desse desejo em corporalidade (idem, p. 149).

Maluf (2002) sublinha que o desejo travesti reside no “tornar-se o outro”, o que, no caso de Agrado – que ressalta seu silicone em vez de seus “seios” –, corresponde ao processo de transformação, não ao resultado final dele.

Hélio Silva (1993) também salienta a importância de se percebê-las a partir de um contexto social – de um entrecruzamento de identidades, portanto.

Evitar a apreensão viária do travesti, conversar com eles, jantar com eles em restaurantes, ir ao cinema, convidá-los à nossa casa, visitá-los na casa deles é inscrevê-los no circuito do humano, retirá-los da vitrine viária, da terra encantada onde florescem fadas e monstros, para situá-los no contexto de onde pode emergir o sentido e o afeto (SILVA, 1993, p. 82).

Diferentes etnografias e a experiência de campo com as travestis revelam que, longe das propostas subversivas, lhes interes-

sa que sejam reconhecidas no espaço público como portadoras dessa identidade e que lhes sejam garantidos todos os direitos enquanto cidadãs.

Pela voz de vários, o que se pede é poder estudar, poder trabalhar, ter moradia digna, ter uma profissão, sem abrir mão de sua transição (SILVA, 1993, p. 122).

Curioso é como muitas vezes as travestis percebem sua sexualidade e sua identidade de gênero. Muitas das entrevistadas por Oliveira (1994) e por Peres (2005) as concebem como latentes desde cedo em suas vidas, expressas em comportamentos e em atitudes tipicamente femininos no que diz respeito à sociedade ocidental moderna. Esses discursos deixam entrever dois pontos a serem problematizados: um é que gênero e sexualidade aparecem, também para esses sujeitos, imbricados, vinculados; outro é que, como aponta Myriam Moraes Lins de Barros (1999), o olhar sobre o passado o ressignifica, seleciona-lhe elementos que conferem sentido ao presente. Pode-se dizer, pois, que a memória, nesse caso, acaba por essencializar a identidade dos sujeitos, na medida em que ela se mostra já constituída – ainda que não “assumida” – mesmo na infância⁴.

3.2 A atividade de prostituição

Larissa Pelúcio (2005), em “Na noite nem todos os gatos são pardos”, apresenta sua pesquisa entre travestis na cidade de São Carlos, através da qual aborda temas como “a violência das ruas, o uso de drogas, a aids, o sonho e a realidade da prostituição na Itália” (PELÚCIO, 2005, p. 222). Ela se apropria de caminhos

4 Dentre suas observações feitas durante a banca de avaliação deste trabalho, a Prof.^a Gláucia de Oliveira Assis salientou ser significativa a recorrência da efeminação nas narrativas sobre o passado anterior à assunção da identidade travesti. Segundo ela, cabe pensar-se mais a fundo o que há por trás dessas incidências.

como os disponibilizados pela rede mundial de computadores para ter acesso a travestis que vivem na Europa – as chamadas “tops” ou “europeias” (idem, p. 221) – e a homens que, em movimento afirmativo, se relacionam com travestis – os “t-lovers”.

Pelúcio (2005) constata que, para as suas sujeitas, a prostituição pode ser perspectivada sob três formas distintas: como atividade da qual não têm orgulho mas que exercem como temporária e por necessidades financeiras; como meio de se obterem bens e ascensão social; como profissão, meio de subsistência e de sociabilidade. Tal como Benedetti (2000) e Silva (1993), Pelúcio (2005) pontua que o espaço da rua é lugar de troca e de socialização, de modo que aprendem a ser travestis.

Nos territórios da prostituição elas namoram, encontram e fazem amigas, compram roupas, aprendem técnicas corporais importantes, além, é claro, de ganhar seu “aquê” (PELÚCIO, 2005, p. 224).

A referida autora também trabalha com categorias que diferenciam os clientes de acordo com suas condições financeiras ou seu papel na atividade sexual. Segundo ela, para as sujeitas da pesquisa, é o tipo de sexo que os clientes procuram que os define como “menos homens” ou não, e não o fato de os mesmos as procurarem para manter relações sexuais.

Em se tratando das categorias que diferenciam as travestis, Pelúcio (2005) salienta o papel da prostituição no exterior, a qual lhes assegura o atributo de “europeias”.

Esse fluxo migratório se acentuou nos anos de 1980 e, até o momento, mantém-se como sonho de ascensão social dentro do grupo pesquisado, dado o acesso a bens materiais e simbólicos que o dinheiro auferido nessas viagens pode proporcionar (PELÚCIO, 2005, p. 227).

Segundo as sujeitas de Pelúcio (2005), enquanto Paris se configurou como o grande ponto de atração de travestis na década de 1980, a Itália se tornou o novo ponto de atratividade de pros-

tituição travesti na década seguinte. Portugal e Espanha também foram inseridos na rota da atividade, sendo que países como a Alemanha e a Suíça apresentam maiores dificuldades tendo em vista os maiores riscos de deportação. A temporada de trabalho na Europa assegura que as travestis invistam em novas tecnologias de modelamento de seus corpos, possibilita-lhes ascensão social, permite-lhes que ajudem a família e lhes oferece uma nova categorização por prestígio, uma vez que acumulam experiências e “se passam por mulheres” em virtude das tecnologias empregadas (PELÚCIO, 2005).

Tomando Fortaleza e Paris como espaços de realização do campo, Alexandre Fleming Câmara Vale (2005) trabalha com narrativas esboçadas por travestis e por transgêneros a respeito das trajetórias e das razões da transformação, da assunção da identidade travesti ou transgênero e da migração. O autor detecta que o estigma oriundo da efeminação supõe a busca por lugares em que as sujeitas se sintam menos discriminadas, o que implica migrações internas ou mesmo externas ao país. Segundo ele, o processo de feminilização, a violência e a injúria, a prostituição, e os prós e contras do processo migratório são elementos muito presentes na biografia travesti/transgênero em se tratando do universo estudado. As sujeitas de sua pesquisa apontam, de fato, para convergências narrativas que pincelam uma espécie de roteiro da migração sexual travesti: o desligamento em relação à família para a transformação as impulsiona a deixar o lar e a cidade, sendo que a Europa representa o lugar ideal do exercício da prostituição. Casos de situação ilegal na Europa, o auxílio de travestis conhecidas ou amigas para o ingresso nos países do continente, a suscetibilidade às – ou o contato com as – drogas, a expectativa de acumular dinheiro e os riscos de perdê-lo são recorrentes nas narrativas de suas sujeitas. Assim sendo, Vale (2005) pontua que distintas formas de violências participam da construção subjetiva das travestis e das transgêneros.

O “voo da beleza” é, antes de tudo, a busca de um lugar mais clemente, de um abrigo contra a injúria e a violência implícita nas normas de gênero, uma reivindicação de inserção para além do carnaval. Constitui-se ainda enquanto parte constituinte do processo de globalização e possibilita aquela circulação de informações características das “zonas de impacto” (VALE, 2005 p. 168).

3.3 A família das travestis nos trabalhos acadêmicos

No caso das travestis, ainda que a literatura tenha privilegiado pouco os processos de filiação, alguns autores tratam com sensibilidade da conjugalidade ou trazem intensos relatos de travestis que cuidam de crianças.

De modo geral, Silva percebe que elas tinham boas relações com a família: “ousaria dizer que são poucos os lugares em que se fala tanto na família quanto na Lapa das travestis” (SILVA, 1993, p. 49). Uma delas, por exemplo, apresenta uma sociabilidade feminina – irmã e madrastra –, enquanto o pai é uma figura que ela busca omitir. Para Silva, “a transgressão pode, portanto, conviver com a manutenção de todo um ideário centrado em instituições tradicionais” (idem, p. 52).

O contexto de Florianópolis apresenta contrastes bastante interessantes com relação a outras localidades no que diz respeito à guetização e/ou à familiarização das travestis. No campo, nas conversas informais e nas entrevistas, despontam a convivência com os entes familiares e a relativa aceitação das travestis entre eles, além da ausência de “casas de cafetinagem” na cidade. Em “O Lugar do Travesti em Desterro”, por exemplo, Marcelo Oliveira (1997) investiga a construção da identidade das travestis e seus percursos sociais na cidade de Florianópolis, pensando-as em instâncias de socialização que não os guetos. Defende que, em se tratando de Florianópolis, as travestis se refugiam junto à família e aos amigos, e não nos guetos. O autor registra o forte vínculo das travestis com irmãos, irmãos, pais, padrastos, maridos, namorados

e, sobretudo, com a figura materna, sendo que muitas vezes são elas – as travestis – que auxiliam financeiramente o lar.

Os estudos de Oliveira (1994; 1997) em Florianópolis ainda apontam para um projeto amoroso de vida das travestis: segundo o autor, todas revelaram o desejo por um relacionamento afetivo com um homem e conforme o modelo heterossexual que pressupõe uma submissão da mulher. Oliveira (1997) menciona o caso de uma travesti que, junto com a mãe, participou, em grande parte, da criação do filho de sua irmã (OLIVEIRA, 1997, p. 125).

Por outro lado, autores que realizaram seus estudos com travestis em diferentes contextos, mesmo concentrados na região Sul do país, sublinham rupturas com a família. Cristina de Oliveira Florentino (1998), por exemplo, indica as formas de residir de seus sujeitos de pesquisa em Porto Alegre (agrupamento de pessoas sem parentesco consanguíneo, morar só, cafetinagem, família e conjugalidade), demonstrando que a raridade com que se encontram travestis vivendo com sua família se deve ao fato de muitas serem migrantes, bem como ao rompimento com os familiares. Ainda em se tratando de Porto Alegre, Benedetti (2000) avalia que abandonar o lar é um dos elementos constitutivos do processo de transformação, seja porque elas partem em busca de outras possibilidades, seja porque são expulsas de casa. É desse modo que elas se socializam com outras travestis nos locais que elas costumam frequentar e aprendem a corporalidade e as vestes desse universo – tal como também menciona Pelúcio (2005) a respeito de travestis da cidade de São Carlos.

William Siqueira Peres (2003; 2005)⁵, por sua vez, recorre, para compreender seus estudos na cidade de Londrina, a autores com Kulick e Benedetti para demonstrar que a exclusão e o abandono familiar compõem recorrentemente a identidade dos referi-

5 Em sua tese (PERES, 2005), a travesti Ônix apresenta uma trajetória bastante diferenciada, tendo sido aceita pelos pais com carinho e respeito.

dos sujeitos, de maneira que se formam, de um lado, “redes de exclusão” e, de outro, as casas de cafetinagem.

Esse momento do abandono do lar pode implicar, inclusive, um novo nome e um batismo realizado por uma travesti mais velha (BENEDETTI, 2000). Esta, a *madrinha*, assume a tutela no processo de construção, enquanto a *filha* lhe deve respeito e consideração incondicionais. Segundo Benedetti (2000), esses laços representam a atualização da maternidade, algo tipicamente feminino.

O tema do *amadrinhamento*⁶ também é tratado por Pelúcio (2005). Segundo ela, o amadrinhamento ocorre mediante o abandono do lar por parte das jovens travestis e a necessidade de serem amparadas por uma rede que as socialize nos processos de transformação e no universo travesti. Os termos *mãe* e *madrinha*, segundo ela, podem conter o mesmo sentido. Entretanto, “‘amadrinhar’ geralmente se refere a proteger e ensinar a viver como travesti, cabendo à categoria de ‘mãe’ a iniciação propriamente dita” (PELÚCIO, 2005, p. 232).

Patrício (2002), com seu foco na mobilidade das travestis, compreende-a como “um sistema de troca econômica, cultural, sexual, de favores e simbólica quando se trata de uma proposta de mudança de status, por exemplo” (PATRÍCIO, 2002, p. 29). Nesse sentido, pontua que, no espaço do “travestismo”, são construídos *laços familiares*, na medida em que a informação, a confiança, os interesses e os bens circulam entre pessoas afins, ligadas por solidariedade e amizade. No dormitório em que vivem as sujeitas de sua pesquisa e no “travestismo”, por sua vez, constituem-se famílias que uma das travestis entrevistadas por Patrício (2002) denomina “família de convivência”, da qual ela afirma preferir não participarem “drogados e bandidos”. Desse modo, destaca-se não

6 A categoria amadrinhamento é usada por Larissa Pelúcio em seu artigo “Na noite nem todos os gatos são pardos”, publicado no ano de 2005 pelos Cadernos Pagu.

só o caráter de “ambiente familiar” atribuído ao dormitório, mas ainda o papel da amizade na acolhida e nas redes de confiança dessas pessoas. Nesse caso, formam-se laços que atendem à substituição da unidade familiar ausente, tal como afirma a autora:

A presença de amigos proporciona em alguns casos a chance de se construir uma segunda família. Os laços que muitos travestis criam com outros travestis, e pessoas do meio, fazem com que esta união se concretize com o morar junto. O Dormitório Vencedor é um exemplo da criação deste laço e de arranjo que se propõe como familiar, porque regras e objetivos em comum constroem o espaço e o ambiente que eles escolhem para morar (PATRÍCIO, 2002, p. 56).

Assim sendo, afirma Patrício (2002, p. 58) que “a família que se forma em um ambiente como o Dormitório Vencedor (...) quebra com o modelo de família que se regulamenta por relações sexuais e descendência”.

Cristina de Oliveira Florentino (1998) investiga, na cidade de Porto Alegre, as relações afetivas entre travestis e companheiros. Os relatos coletados revelam relacionamentos afetivos e/ou sexuais entre homens-travestis femininas e mulheres-travestis masculinos – relacionamentos que, a esses sujeitos, se mostram como “inversão” curiosa. Na pesquisa de Florentino (1998), números apontam para a existência de travestis que possuem filhos – todavia, ela não se debruça sobre essa questão.

Algumas das travestis da pesquisa de Silva (1993) possuíam vínculos conjugais/afetivos com homens de representação masculina. Silva (1993) diz que

A possibilidade do jogo é grande, e, como as relações se sustentam no pressuposto de se aceitar o papel que o outro está a representar, o amante pode ser vivido como marido (SILVA, 1993, p. 88 – nota de rodapé).

Isso aponta para o fato de que o parentesco e as posições de parentesco se definem e se redefinem pelas práticas e pelas

funções desempenhadas pelos sujeitos ligados afetivamente, não necessariamente por documentos oficiais ou por consanguinidade.

Larissa Pelúcio (2006) dedica um artigo às relações de conjugalidade empreendidas por travestis profissionais do sexo. A pesquisadora trabalha com três casos distintos: um casal de travesti e homem de camadas populares; um casal formado por duas travestis; um casal de travesti e homem de camada média. Sua análise se pauta na ideia de que gênero não pode ser desvinculado de categorias como sexo, classe social, etnia. Ela observa que, sendo a maioria das travestis pertencente a camadas populares, estas estão mais próximas “das relações conjugais baseadas em modelo hierárquico de gênero, no qual a ideia de papéis sociais está marcadamente presente” (PELÚCIO, 2006, p. 3). As consequências disso remetem ao fato de que as travestis, em sua maioria, estabelecem com seus parceiros relações pautadas pela heteronormatividade e por scripts sexuais (BOZON, 2004) socialmente inteligíveis.

O Relatório Técnico Narrativo Final (2005) do projeto “Direito à Homoparentalidade”, do programa de apoio a projetos em sexualidade e saúde reprodutiva/PROSARE⁷, traz dados relativos ao direito à parentalidade de homossexuais masculinos e de travestis e transexuais (masculino para feminino). A pesquisa que funda o relatório foi realizada junto a gays, travestis e transexuais de Porto Alegre que tinham ou que planejavam ter filhos, reunindo áreas da Antropologia, da Psicologia e do Direito.

Segundo o relatório acima referido, as travestis e as transexuais, tendo nascido homens, podem acionar representações de parentalidade materna ou paterna, sendo que, entre elas, a maior incidência é a percepção de si como mães, não como pais, o que

⁷ Tive contato com as informações através da Professora Elizabeth Zambrano ao longo das Jornadas “Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade”, realizadas nos dias 27 e 28 de novembro de 2005.

aponta para a sobreposição do gênero ao sexo biológico. Ainda que haja novos personagens na trama familiar, recorre-se, entre esses sujeitos, às figuras paterna e materna; no caso das transexuais e das travestis, por exemplo, estas ambicionam encontrar um parceiro que assuma a identidade tradicional paterna quando adotarem uma criança. Além de representarem uma separação entre as instâncias da família e da sexualidade, as crianças são posicionadas em relação às transexuais e às travestis de acordo com a temporalidade da transformação: em geral, as sujeitas ocupam o lugar materno em relação aos pequenos caso estes sejam adotados após as transformações corporais, e o lugar paterno caso as crianças tenham entrado em suas vidas antes do devir feminino, sendo que podem, ainda, acionar os papéis materno e paterno concomitantemente.

Entre as transexuais, predomina o desejo de adotar crianças apenas após a mudança do nome nos registros legais, ao passo que, para as travestis, o acesso à parentalidade decorre de modo informal; nesse caso, as crianças são adotadas “à brasileira” (FONSECA, 2002), sendo estas, geralmente, rebentos de familiares, de conhecidos ou mesmo abandonados. É recorrente o acionamento de um “instinto materno” por parte das travestis e das transexuais, o qual é comumente legitimado por experiências anteriores no cuidado de crianças da família.

Wiliam Siqueira Peres (2005) é quem, através de seu recorte metodológico de cartografias existenciais, traz o relato de uma travesti – Safira – que, juntamente com seu companheiro de longa data, adotou uma criança abandonada à porta da casa de sua vizinha e lutava pelo reconhecimento legal da adoção, o que não aconteceu antes de seu falecimento. Quando o pesquisador a conheceu, fazia dois anos que Safira lutava pela regularização da adoção da criança. O ingresso do pequeno em sua vida lhe despertou um “sentimento de maternidade”, e ela atribuía a criança a um presente divino, uma bênção, que veio a fortalecer mais a

união com o marido.

CAPÍTULO 2

Metodologia: construindo os caminhos da investigação

1. Abrindo as cortinas: contexto da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são travestis e parentes de travestis de camadas populares da cidade de Florianópolis/SC, tomando-se o contexto contemporâneo. Quanto ao período da pesquisa, esta teve início no segundo semestre de 2004 para ser, em pequena parte, concluída no primeiro semestre de 2006.

Tendo-se iniciado no segundo semestre de 2004 juntamente com estudos sobre material de mídia relacionado a homocongugalidade e homoparentalidade, a presente pesquisa partiu de contatos na Associação das Travestis da Grande Florianópolis (ADEH – Nostro Mundo) e chegou até sujeitas que participassem da criação e do cuidado de crianças.

Seis travestis compõem o universo da pesquisa, sendo que duas delas (chamem-se, aqui, Eliana e Eduarda) vivem na mesma casa, situada no terreno de uma terceira (Beatriz), o que me faz, para fins de análise e de acordo com as observações em campo, colocá-las em um mesmo grupo residencial. Além dessas três sujeitas que compartilham um espaço territorial como residência, outras três (Alice, Cecília e Daniela) moram separadamente.

Dentre esses quatro agrupamentos familiares analisados, havia três travestis que auxiliam e/ou auxiliaram na criação de seus sobrinhos (Alice, Beatriz e Eliana); uma que possui um filho biológico que passou a ser criado pelos pais adotivos da mesma (Cecília); uma que adotou “à brasileira” (FONSECA, 2002) o filho de uma conhecida sua, sendo legalmente pai do menino (Daniela).

A presente pesquisa se propôs a contribuir para a discussão teórica sobre a homoparentalidade como objeto de investigação, bem como buscou atentar para o campo das reivindicações políticas. Da perspectiva teórica, vale salientar a atualidade das discussões acadêmicas que focam o arranjo familiar homoparental como fenômeno a ser visibilizado, desmistificado e compreendido (UZIEL, 2002; GROSSI, 2003, 2004; TARNOVSKI, 2004; ME-

DEIROS, 2004). Assim sendo, duas considerações merecem ser destacadas: de um lado, um estudo sobre as formas de parentalidade existentes entre travestis se mostrou imprescindível, uma vez que não há literatura consistente sobre o tema; de outro, a avaliação das representações da mídia acerca do arranjo familiar homoconjugal e/ou homoparental pôde apontar para processos de aceitação ou de repúdio por parte da opinião pública, bem como para mecanismos de construção e de desconstrução de estereótipos e de opiniões. Do ponto de vista político, aponta-se a viabilidade de investigações que contemplem as disputas travadas no espaço público e as reivindicações dos movimentos sociais. Nesse sentido, a pesquisa teve o intuito de trazer contribuições à discussão em torno de direitos de parceria civil e de adoção por indivíduos e/ou casais homossexuais e por travestis, assim como se propôs a perspectivar as travestis fora do âmbito exclusivamente da rua e das práticas ditas “marginais” para percebê-las¹ no cotidiano familiar.

2. Procedimentos de investigação

Sob orientação teórico-metodológica da Antropologia, os métodos desta pesquisa foram de natureza qualitativa, postura metodológica que opera em profundidade e que comporta um conjunto específico de “pressupostos sobre a realidade, bem como um instrumental, composto por uma série de conceitos, pelo treinamento do olhar e por técnicas de observação da realidade” (VÍCTORA, KNAUTH & HASSEN, 2000, p. 33).

Primeiramente, há de se lançarem luzes sobre o cuidado do olhar antropológico. Claudia Fonseca (2002) aponta a falha que as perspectivas evolucionista e romântica oferecem à análise

¹ Seguindo as argumentações de Benedetti (2000) e as reivindicações políticas de reconhecimento de identidade do movimento das travestis em Florianópolis, aproprio-me da desinência de gênero feminina para referir-me às travestis.

ao hierarquizarem moralmente as diferenças culturais. Para ela, apreender a lógica alheia implica sair do próprio sistema simbólico “para tentar penetrar no sistema do ‘outro’” (FONSECA, 2002, p. 20). A autora ainda propõe que o pesquisador desconstrua o aparato moral do próprio conjunto de conceitos que ordena sua percepção de mundo (FONSECA, 2002).

A coleta de informações se apoiou em entrevistas semi-dirigidas e/ou abertas com as travestis apresentadas e, no caso de algumas delas, com alguns de seus familiares. O gravador foi usado em todos os casos, na medida em que houve autorização e consentimento por parte das entrevistadas.

Assim sendo, na primeira etapa do trabalho, compreendida pela vigência da bolsa PIBIC/CNPq de 2004.2 a 2005.1, foram realizadas quatro entrevistas, todas com fins de reconhecimento de caso e, portanto, com o menor número possível de questionamentos pré-definidos. Deu-se voz às sujeitas a fim de que as mesmas trouxessem o maior volume de informações, havendo, entretanto, necessidade de mais ou menos intervenções de acordo com a disponibilidade e espontaneidade de cada uma das travestis em falar de si. Há de se contextualizar cada entrevista: aquelas com Alice, Beatriz e Cecília aconteceram no espaço da instituição, ao passo que a realizada com Daniela se deu na casa da interlocutora. Vale salientar que o caráter institucional da ADEH condiciona o processo de entrevista de modo diferenciado. Flávio Luiz Tarnovski (2004), por exemplo, ressalta a indissociabilidade entre o local em que a entrevista se realiza e o conteúdo que a mesma evoca – afinal, a arquitetura, como bem observa Escolano a respeito do espaço escolar (FRAGO & ESCOLANO, 1998), possui uma pedagogia normalizadora, um discurso silencioso que é, sobretudo, visualmente captado, de maneira que a espacialização na relação pesquisador-pesquisado pode implicar um teor repressivo e constrangedor ao sujeito entrevistado, obstruindo-se o andamento da interlocução.

Durante a vigência da bolsa PIBIC/CNPq de 2005.2 a 2006.1, realizaram-se mais dez entrevistas: três com Alice e uma com Cecília, todas em espaço institucional; uma com Daniela em sua casa e com o menino; uma com Eliana, uma com Eduarda e três com Beatriz, todas em seus lares – sendo que as entrevistas com estas últimas três não eram fechadas para cada uma delas, mas abertas à circulação de pessoas nas casas. Todas as entrevistas foram bastante duradouras, guiadas por um pequeno roteiro que visava dar início à conversa em detrimento de uma obtenção obrigatória de dados padronizados.

Outra importante via de investigação foi a observação em campo, cuja realização se deu de acordo com a disponibilidade, por parte das sujeitas da pesquisa, de abrir sua vida íntima familiar e seu âmbito doméstico. Como pontuam Víctora, Knauth & Hassen (2000, p. 62-63), a observação participante consiste no exame atento de um contexto social a fim de tecer sobre ele uma descrição, mostrando-se pertinentes itens como ambientação, comportamento, linguagem e relacionamento. O método da observação participante tem como uma de suas figuras centrais Malinowski, o qual revolucionou o fazer antropológico contrapondo-se ao trabalho dos chamados “antropólogos de gabinete” (DURHAM, 1986; HAGUETTE, 2001). Para ele, os princípios metodológicos da etnografia se pautam em três pontos principais: objetivos e critérios científicos, convivência com os sujeitos da pesquisa e adoção de métodos especiais de coleta e de registro dos dados (MALINOWSKI, 1978).

Por fim, o método genealógico de Rivers (1991) foi acionado junto às travestis que vivem com os familiares no mesmo terreno para se compreender a dinâmica familiar entre os membros de tais grupos e a lógica que integra as travestis na participação junto ao cuidado das crianças. Preocupado com a legitimação científica e com o reconhecimento da Etnologia junto às demais ciências, Rivers propõe um método de investigação antropológica

baseado na genealogia. Parte da ideia de que, em muitas culturas ditas “primitivas”, as genealogias são preservadas oralmente em intensa profundidade, de modo que o esboço delas pode apontar para importantes informações a respeito da história desses povos. Assim sendo, Rivers pontua, passo a passo, o método em si, os usos do procedimento e suas vantagens. Quanto aos usos, estes são especialmente relativos à organização social. Primeiramente, na elaboração de sistemas de parentesco, sendo que Rivers avalia que os termos de parentesco se aplicam em quatro casos: parentesco identificável na genealogia que pode ser traçada; parentesco consanguíneo ou afim que não se detecta nas genealogias e que tem base genealógica; parentesco relativo ao pertencimento a mesmas classes sociais; parentesco proveniente de laço artificial criado pelo sujeito ou por seus ancestrais. O método também se aplica nos estudos sobre regulamentações matrimoniais, leis de descendência e herança, migrações, magia, religião, transmissão de nomes e nos estudos de ordem demográfica e sociológica.

Nesse sentido, apoiando-me no método genealógico de Rivers (1991), pedi que Alice desenhasse o terreno em que vive e a disposição das casas que o ocupam. A seguir, pedi que me indicasse quais as pessoas residentes em cada uma delas. Alice me explicou, então, toda a dinâmica de apropriação das casas e do terreno por parte dos membros da família. Ao traçar a genealogia – a partir de seus pais até os filhos de seus sobrinhos –, questionei a ordem de nascimento dos irmãos e irmãs, estado civil, existência ou não de filhos (gênero e quantidade), cidade de origem, cidade/bairro de residência. À medida que eu perguntava quem morava em cada casa do terreno, a história da família de Alice me era apresentada. Assim que deu início à narrativa sobre a dinâmica de ocupação do terreno, ela me disse: *“agora vou te contar a história da minha família”*. Tais palavras me soaram como a célebre expressão “era uma vez”, que inicia contos longos, mágicos, cheios de dramas e de finais felizes. Senti, naquele momento, que era a

frase que eu tanto aguardara que elas me dissessem. As portas foram, de fato, abertas – o livro foi aberto na página inicial.

Para o registro dos dados, portanto, foi utilizado o diário de campo, visto que, tal como propõe o “pai” da etnografia moderna, “o diário etnográfico, feito sistematicamente no curso dos trabalhos num distrito, é o instrumento ideal para este tipo de estudo” (MALINOWSKI, 1978, p. 35). As anotações de campo se fizeram logo após o contato com as sujeitas e as visitas realizadas, por meio do registro de minhas impressões mediante o quadro teórico com o qual estava munida e as orientações de minha professora orientadora, Miriam Grossi.

Minha relação com as sujeitas foi de intensa cordialidade. As visitas foram acompanhadas por cafés da tarde, chás gelados e por lanches levados por mim. Na primeira visita à casa de Beatriz, esta insistia em chamar a irmã, os sobrinhos, o companheiro e as amigas para me conhecerem e participarem da conversa. Falar de sua família e fazê-la falar da dinâmica familiar tinha importância para Beatriz. Trata-se de histórias e realidades ansiosas para serem conhecidas. Trata-se da possibilidade de se visibilizarem personagens ocultados pelas práticas discriminatórias. E, apesar de toda a cautela que cabe à pesquisadora ou ao pesquisador, sinto ser difícil receber das sujeitas confiança e histórias sem retribuir de forma semelhante. É na medida em que também me coloco nas situações descritas, na medida em que identifico elementos semelhantes entre nossas famílias, na medida em que também coloco minhas angústias provenientes do descompasso entre teorias e sujeitos, que me torno apta a ouvi-las com confiança e sinceridade.

Evidentemente, as relações entre pesquisador@ e pesquisad@s são permeadas por expectativas, pelos anseios de se cumprir com tais expectativas e pela subjetividade de quem pesquisa. Como salienta Roberto Cardoso de Oliveira,

No ato de ouvir o “informante”, o etnólogo exerce um poder ex-

traordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretende o objetivismo mais radical (OLIVEIRA, 2000, p. 23).

Roberto Cardoso de Oliveira (2000) também alerta para a necessidade de uma “antropologia polifônica” (OLIVEIRA, 2000, p. 30), que ofereça espaços às vozes dos múltiplos sujeitos que compõem o cenário da pesquisa sem subsumi-los ao “nós”. Portanto, este trabalho seguirá por deslocamentos de referência de ponto de vista, apontando para distintas vozes e diferentes lugares a partir dos quais se focam os temas.

Por fim, vale salientar a preocupação de José Guilherme C. Magnani com relação ao fazer etnográfico. Segundo o autor, a elaboração antropológica implica a transcendência da pura vivência e do arcabouço conceitual das teorias na medida em que articula complementarmente as duas instâncias oferecendo um quadro infinitamente mais rico acerca da vida social. Diz ele:

A natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido” (MAGNANI, 2002, p. 17).

3. Ética em pesquisa

As especificidades da pesquisa antropológica requerem uma reflexão cautelosa e aprofundada a respeito da posição dos sujeitos sobre quem se está pesquisando. Além do risco de serem vistos como seres “exóticos” ou “cômicos”, os sujeitos da pesquisa estão suscetíveis também a formas de violências que envolvem desde a explicitação de sua intimidade até a violação simbólica

de sua integridade diante de estruturas de poder dentro das quais eles se veem oprimidos. Resumidamente, os riscos de uma manifestação de violência simbólica contra os sujeitos que se prestam às entrevistas e às observações são iminentes. Portanto, há de se levarem em conta questões éticas de profunda relevância para o ingresso em campo.

Gustavo Lins Ribeiro (2004, p. 9) defende que a ética em pesquisa diz respeito a “uma discussão sempre política e sujeita a mudanças”. Disso, decorrem dois aspectos a serem considerados no caso específico da ética na pesquisa antropológica.

O primeiro se trata de sua dimensão política e da responsabilidade social do antropólogo. Roberto Cardoso de Oliveira (2004) argumenta em favor de uma Antropologia da Ação, comprometida com a atuação no mundo moral e, portanto, imbuída de moralidade e de pressupostos éticos. Ele ainda distingue neutralidade de imparcialidade: enquanto a primeira se vincula a uma falsa ideia de distanciamento radical, a segunda diz respeito a uma postura crítica, instrumentalizada por pressupostos da investigação etnográfica. Porém, vale salientar que essa responsabilidade abarca uma dimensão temporal mais ampla, não limitada pela permanência em campo. Nesse sentido, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004) chama a atenção para dois momentos em que a ética e a moral do pesquisador são mais altamente implicadas: a articulação da sua identidade em campo – uma vez que ele é, além de pesquisador, ator social – e a divulgação dos dados – já que o conteúdo publicado causará impactos e consequências na comunidade científica e na sociedade política como um todo. Tais instantes podem ser classificados segundo as categorias *in situ* e *ex situ* de Alcida Rita Ramos (2004) – respectivamente em campo, ao longo da interação, e fora dele, no gabinete, durante a análise e interpretação dos dados. Importante é que Roberto Cardoso de Oliveira (2004, p. 28) salienta o engajamento do antropólogo ao mencionar que,

[...] enquanto antropólogos orgânicos, nada nos impede de agir junto aos povos que estudamos, sempre sob o signo da solidariedade – sendo esta solidariedade o modo pelo qual iluminamos o teor de nossa imparcialidade e, esta, sob o signo da justiça.

O segundo ponto a ser retratado concerne ao conjunto de regras a que as especificidades da pesquisa antropológica estão desfocadamente sujeitas. A Comissão de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde pressupõe, para o estudo antropológico, cuidados e procedimentos referentes à área da saúde, na qual se opera com intervenção e, portanto, com o consentimento informado dos sujeitos da pesquisa, cientes de passos e de reverberações mais ou menos previsíveis dela. Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004) diferencia pesquisa em seres humanos – típica da área da saúde – de pesquisa com seres humanos – característica da Antropologia. No caso desta, ele aponta para a imprevisibilidade do campo, ou seja, a interação social, encaminhada de um ou de outro modo, vai definindo ou modificando o objeto de investigação, maleabilidade possível na medida em que o sujeito da pesquisa é interlocutor, ator – desse modo, o trabalho do antropólogo é permanentemente marcado por uma negociação, que é dinâmica e plástica. Essa homogeneização burocrática dos procedimentos éticos é alvo de inúmeras críticas por parte dos antropólogos e representa o que Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004, p. 38) denomina “areacentrismo biomédico”, a imposição arbitrária da conduta de uma área de conhecimento a outra, negligenciando-lhe diferenças e especificidades.

Para fins desta pesquisa, a opção foi uma aposta no plano das relações sociais e das negociações entre sujeitas – a sujeita pesquisadora e as sujeitas pesquisadas. Inicialmente inclinada à aplicação de um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, deparei-me com a injustiça e a violência simbólica que o recurso pode representar de acordo com as circunstâncias da pesquisa.

Dentre as interlocutoras deste trabalho, algumas, lutando por seu espaço a apoiadas pelo movimento, concluíram recentemente o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, sendo que uma das entrevistadas é declaradamente analfabeta. Assim sendo, como atestar a permissão das sujeitas por intermédio de um documento escrito, redigido segundo normas e linguagem formais com as quais nem todas têm contato?²

Tendo em vista tais elementos e uma preocupação e respeito gigantescos em relação às personagens dessa investigação, a opção foi por meu comprometimento ético em manter sigilo sobre as identidades, em obedecer às limitações colocadas pelas interlocutoras e em zelar por sua integridade moral, efetuando aproximações negociadas face a face, nas microrrelações sociais.

2 Prof.^a Sônia Maluf também me alertou para uma grave implicação do uso do termo de consentimento neste caso: a partir do momento em que @s sujeit@s assinam o documento, simbolicamente el@s se colocam nas mãos da pesquisadora ou do pesquisador, conferindo-lhe propriedade e direito total de uso das informações obtidas em campo, o que, evidentemente, configura uma relação opressora de poder que pode ser prejudicial às interlocutoras e aos interlocutores.

CAPÍTULO 3

Apresentação das sujeitas e dos agrupamentos familiares

1. Alice¹: sobrinhas, sobrinhos e afeto

Alice vive com seu companheiro, Adriano, há quatorze anos e possui muitos sobrinhos e sobrinhas, os quais recebem e/ou receberam seus cuidados como que em uma soma de adultos a se responsabilizarem por eles. Tal relação foi e é possível, sobretudo, em virtude dos valores que circulam em relação ao sentimento de família e da organização familiar no espaço territorial, a qual segue o que Carmem Rial (1988)² denomina “segmentos residenciais”, isto é, um sistema de organização em que

[...] diversas casas são construídas dentro de um mesmo terreno, habitadas todas por uma família nuclear, ligadas entre si por laços de parentesco (...). O mais comum é que o terreno e uma das casas pertença ao “pai”, e que as outras sejam construídas à medida que os filhos vão se casando (RIAL, 1988, p. 139).

Assim sendo, dividindo o mesmo terreno, há algumas casas que agrupam núcleos familiares de sua família extensa. Essa configuração espacial permite a circulação de membros da família pelos lares, bem como a interação permanente entre eles. Alice esclarece, então, que “*ajudou a criar*” seus sobrinhos e salienta que todos os já crescidos têm relacionamentos heterossexuais. O que inicialmente poderia parecer-se como o modelo de *circulação*

1 Todas as sujeitas tiveram seus nomes trocados por nomações fictícias, com o intuito de proteger-lhes a identidade. Todas me asseguraram que seus nomes reais (no caso das travestis, denomino reais seus nomes femininos) poderiam ser usados. Porém, por questões de segurança e de preservação da identidade moral das sujeitas, eu e minha orientadora optamos por omitir-lhes a identidade. Por conta disso, pedi que me sugerissem um nome de sua preferência, mas todas me diziam: “*não precisa; pode usar o meu mesmo*” ou “*tanto faz; não faço questão*”. Em virtude disso, decidi elaborar um esquema de nomes que obedecesse à ordem alfabética e que agrupasse os familiares ligados a cada travesti por meio das iniciais.

2 Esta organização espacial recorrente na Ilha de Santa Catarina, entre grupos populares de “origem açoriana”, também foi encontrada por Flávia Motta (2002) em sua pesquisa de doutorado intitulada “Gênero e Reciprocidade: uma Ilha no sul do Brasil”.

de crianças definido por Claudia Fonseca (2002) não ocorre aqui. No contexto estudado, a circulação é física – na medida em que a disposição das casas no terreno propicia o livre fluxo das crianças – e, no sentido do cuidado, difusa e diluída – uma vez que Alice não assume a criança como tutora desta, mas participa do cuidado e da criação de modo intensamente presente, ou seja, ela é mais uma participante no processo de formação, educação e cuidado dos pequenos, sem, entretanto, assumir o *status* de mãe/pai, como se os adotasse. Se, nos estudos de Claudia Fonseca (2002), a circulação de crianças propicia que se somem mães, neste caso Alice não é tratada como mãe/pai, nem chamada mãe/pai: ela se mantém *tio*, assim como sua mãe se mantém *avó* das crianças. Os adultos, portanto, somam-se nas tarefas de cuidado e de criação das crianças, que não são assumidas por outras famílias, mas permanecem sob os olhos dos adultos que dividem o mesmo terreno.

Nesse sentido, é válido esclarecer a mobilidade do núcleo familiar encabeçado pelos pais de Alice e a dinâmica do terreno em que ela mora.

Alice, assim como todos os seus irmãos e irmãs, nasceu na cidade de Florianópolis, no Ribeirão da Ilha, um bairro praieiro conhecido por sua arquitetura de período colonial, cuja população tradicionalmente ocupava-se de pesca e agricultura. As casas têm, em seu desenho, eira, beira e cimeira, com janelas bem próximas às estradas e com cores marcantes. Um grande destaque é a Igreja Nossa Senhora da Lapa, construída no início do século XVIII. Trata-se de uma das primeiras comunidades do Estado, tendo sido a primeira de Florianópolis a ser habitada pelos índios Carijós no século XVI. É descrito como um distrito “criado por um Alvará Régio datado de 11/07/1809”³. Segundo um site de informações turísticas,

3 http://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeir%C3%A3o_da_Ilha

[...] é comum a presença de mulheres debruçadas na janela, apreciando o movimento do lado de fora, ou proseando com alguma comadre que por ali passa. Enquanto isso, seus maridos, quase todos pescadores, puxam as redes na praia para trazer peixe fresco para casa⁴.

Aos dez anos de idade, Alice, a criança do meio em um total de onze irmãos – cinco mulheres e cinco homens além dela –, mudou-se para o bairro Saco dos Limões. Conta que seu pai vendeu o terreno no Ribeirão e comprou a terra no Saco dos Limões, onde havia, então, apenas uma casa para todos os membros da família. A mudança da família de uma comunidade pesqueira para o bairro parece caracterizar o processo típico de urbanização que constrange e/ou expulsa a população dos espaços praieiros em virtude da especulação imobiliária e da pesca industrial, como constata Mara Coelho Souza Lago (1983).

Na medida em que os rebentos foram crescendo ou se casando, entretanto, foram sendo construídos os “*puxadinhos*”⁵, como ela mesma se refere. Nem todos os filhos e filhas de dona Ana residem no mesmo terreno; há uma dinâmica em que, enquanto alguns constroem seu lar na terra da família, alguns filhos homens saem da cidade amparados pelo mais velho, e outros filhos e filhas se casam e passam a viver em bairros de Florianópolis ou em cidades catarinenses próximas.

Através da incorporação do método genealógico (RIVERS, 1991), foi possível coletar informações a respeito dessa trajetória familiar que organizou a mobilidade dos elementos da família e a ocupação do terreno. Segundo Alice, no terreno comprado por seu pai há quatro casas: a casa da mãe, onde também vivem o filho que apresenta “*deficiência mental*” – Airton – e a quarta filha

4 <http://www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/ribeirao.php3>

5 *Puxadinhos* são extensões da construção principal do terreno. Constroem-se outras casas no terreno da casa referência ou se a amplia.

(e segunda mulher) – Abigail – com as crianças; aquela em que Alice vive com o parceiro; uma em que mora uma irmã, Amélia, que, quando se divorciou, recebeu auxílio de Alice para viver ali com os cinco filhos; e, por fim, uma casa abandonada em que vivia outra irmã casada de Alice – Ane. Tal organização do terreno é esboçada na figura 1, logo abaixo.

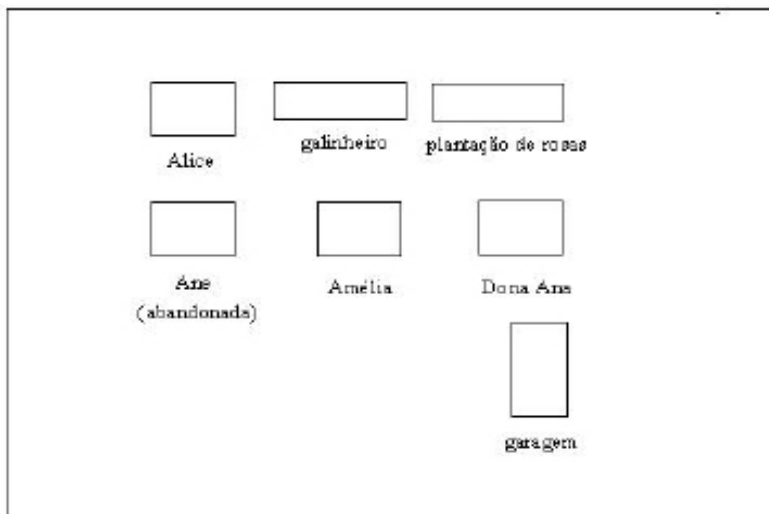


Figura 1. Segmentos residenciais: ocupação do terreno herdado do pai

Quanto aos demais irmãos, conforme foi afirmado acima, houve uma migração para cidades próximas, para cidades pertencentes à região da Grande Florianópolis ou mesmo para outros bairros da Ilha. Por meio da observação da figura abaixo (figura 2), torna-se possível acompanhar a mobilidade dos membros da família encabeçada por dona Ana. O desenho situa os filhos do casal em ordem de nascimento, da esquerda para a direita. Alice é representada por meio de um quadrado – preenchido, devidamente indicando o ego – com a finalidade de se apontar para a especificidade de sua identidade, afirmada por meio de sua participação no movimento, de seu discurso e de suas práticas.

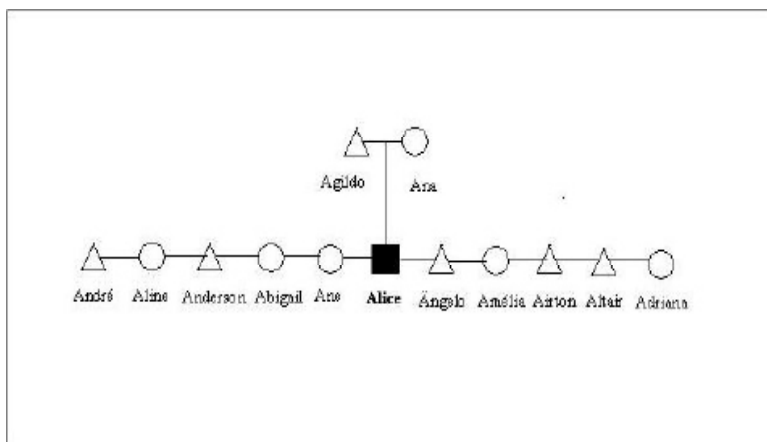


Figura 2. Árvore genealógica: pais e irmãos de Alice (ego)

Pelos relatos de Alice, o irmão mais velho, André, mudou-se para a cidade de Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, assim que serviu o exército, sendo que lá se casou e teve seu filho. Anderson, o terceiro filho, por sua vez, mudou-se para Rio do Sul com o apoio de André assim que se divorciou da primeira esposa, sendo que lá se casou com outra mulher. O homem mais novo, por fim – Altair –, também foi morar com André em Rio do Sul, onde se casou, mudando-se para Itajaí, litoral catarinense, em seguida.

Em se tratando da mobilidade dentro da região, Adriana, casada pela terceira vez e com dois filhos (um do primeiro e outro do segundo casamento), foi a que para mais distante se deslocou: ela mora em Palhoça, cidade situada na Grande Florianópolis. Alice conta que o filho mais velho, com dezesseis anos, mora com a avó paterna, o que aparentemente se caracteriza como um fenômeno de “circulação de criança” (FONSECA, 2002).

Quanto aos demais, enquanto Aline e Ane moram no bairro Caieira, e Ângelo vive na praia do Campeche, Abigail, Amélia, Airton e Alice vivem no terreno comprado pelos pais quando ainda eram crianças, conforme se observa na figura 3.

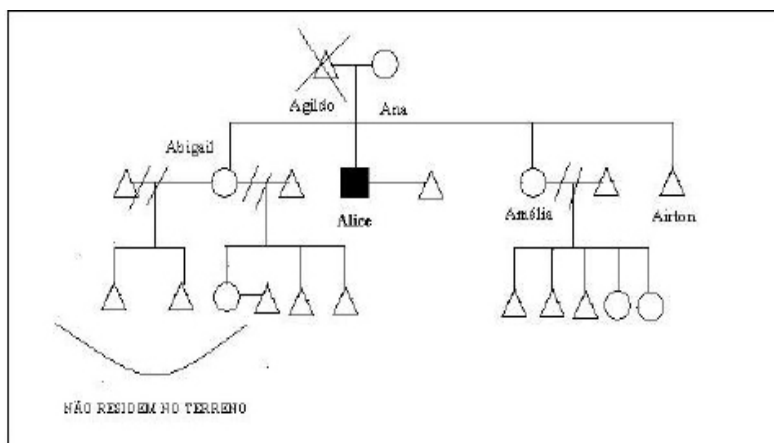


Figura 3. Residentes no terreno herdado do pai.

Pensando-se nos atuais locais de residência e na mobilidade da família extensa, portanto, repara-se que, enquanto todas as mulheres e Alice permaneceram na Região metropolitana de Florianópolis, alguns dos homens saíram da cidade, orientados e acolhidos pelo irmão mais velho, André, o qual recebeu, em sua residência em Rio do Sul, seus irmãos Anderson e Altair – o segundo homem mais velho e o homem mais. Dos homens, os únicos que permaneceram em Florianópolis foram Airton, que apresenta um estágio leve de “*deficiência mental*”, nas palavras de Alice, e Ângelo, o sétimo rebento na fratria e terceiro filho dentre os homens. Tal quadro parece apontar para uma dinâmica em que as mulheres se prendem à terra familiar, impulsionando, inclusive, o fenômeno da uxorilocalidade. Desse modo, é significativo observar que Alice, sendo uma das moradoras do terreno, é incorporada por essa tendência do universo feminino do grupo e que Airton, solteiro e com necessidades especiais, não adentrou plenamente na chamada “vida adulta”.

A dinâmica da ocupação do terreno não se limita à dinâmica de construção de casas, mas se estende à apropriação das

residências por diferentes pessoas da família. Além disso, essas mudanças falam das relações familiares, das normas que as regem, dos conflitos, da economia de trocas, do sistema de solidariedades e das obrigações e dos direitos implicados na reciprocidade (MAUSS, 1974).

A (des)/(re) apropriação da casa que atualmente pertence a Amélia – lugar onde antes havia uma casa de um dos irmãos, que se mudou e levou junto a casa de madeira, na qual morava Abigail com seu marido e filhos – pode, por exemplo, esclarecer códigos de trocas vigentes no referido grupo. Assim como a dinâmica da apropriação da terra pode apontar para lógicas sociais como a de herança (RIVERS, 1991), a circularidade fala de duas instâncias de relacionamento: de um lado, a ruptura na família extensa desencadeada pelo conflito entre irmãs/irmãos; de outro, a união e a solidariedade entre os membros da mesma em virtude de uma adversidade externa.

Nesse caso, Alice conta que sempre deu suporte às contas da casa da mãe, às despesas com impostos e ao rearranjo do terreno (construção de muros, instalação de portões automáticos) e que, apesar disso, a única garagem do terreno (figura 1) era ocupada pelo carro de Abigail e de seu marido. Os investimentos de Alice são salientes à proporção que sua casa é a única de alvenaria dentro do terreno, sendo que as demais são de madeira. Munida de argumentos cabíveis do ponto de vista da reciprocidade das relações sociais, Alice passou a reivindicar a garagem, uma vez que, além de possuir um carro mais atraente e, portanto, mais vulnerável a roubo, ela se responsabiliza pelos investimentos e pelas contas solicitados pelas terras. Diante dessa decisão, a irmã deixou o lar e se mudou para a casa da sogra, que mora em frente ao agregado residencial da família de Alice e com quem acabou tendo desentendimentos. Frente aos problemas com a sogra, Abigail se separou do marido – a quem ela voltou a namorar – e foi morar com a mãe. Essa mobilidade na apropriação e na ocupa-

ção das casas foi proporcionada, pois, por uma ruptura interna na família. Sobre a atitude da irmã, Alice comenta: *“por causa de uma garagem, ela [Abigail] perdeu tudo”*. Pelo discurso de Alice, o papel da residência também é importante para a legitimação da conjugalidade: *“por isso que ela só namora o marido, porque não tem casa pra morar junto”*.

De outro lado, tem-se a mobilidade ocasionada pela união e solidariedade entre os sujeitos. Além da acolhida a Abigail por parte de dona Ana, exemplar é o caso de Amélia, na época de seu divórcio. Alice foi uma grande incentivadora da separação, sob o argumento de que o cunhado era machista e não proporcionava à irmã uma vida considerada *“digna”*. Desse modo, Alice prestou auxílio a Amélia, reformando a casa antes pertencente a Abigail.

2. Beatriz: educação dos sobrinhos e papel de autoridade

A rua de Beatriz é uma ramificação de uma rua curva perpendicular a uma importante avenida de seu bairro, a qual concentra muitos serviços: concessionárias de automóveis, mercados, empresas. A rua em que se dobra a partir da avenida em direção à casa da interlocutora apresenta uma subida que se curva à esquerda, tendo, em frente, a rua de Beatriz – uma rua que não só alterna elevações e depressões, como ainda alterna casas extremamente simples de madeira e casas de alvenaria bem pintadas e preservadas. Trata-se de um morro cheio de elevações, de maneira que se sobe e se desce várias vezes, em níveis elevados de inclinação, o que implica pensar nas dificuldades que as travessias encontram quando montadas com suas sandálias de salto. As pessoas encontradas pelo caminho costumam cumprimentar os passantes com sorrisos e desejos de *“boa tarde”*. A rua concentra indivíduos e famílias de camadas populares, marcando o início das *“favelas”* (como categorizam as próprias sujeitas) no bairro a partir da rua principal.

Beatriz tem sobrinhos, e, assim como Alice, mora em um terreno ocupado por diferentes núcleos de sua família extensa. Há, no terreno, quatro casas: a primeira pertence à irmã, que vive com seus três filhos – um menino de quinze anos e duas meninas de treze e de dez –; na segunda, vive sua mãe, dona Betina; em outra, vivem duas travestis amigas de Beatriz, Eduarda e Eliana, as quais vivem como colegas de quarto, não em conjugalidade; por fim, atrás de uma pequena cerca que a separa do restante do terreno, fica a casa em que Beatriz vive com Bernardo, seu companheiro há doze anos. A organização do terreno pode ser observada na figura 4.

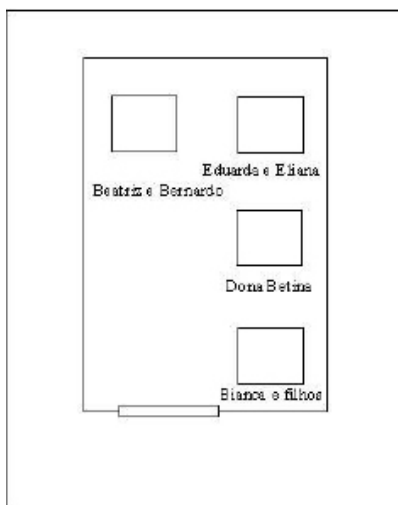


Figura 4. Segmentos residenciais: distribuição das casas no terreno da família de Beatriz.

A história da apropriação do terreno passa pela trajetória de recasamento de dona Betina e de adoção de Beatriz pelo novo marido da mãe. Dona Betina narra seus amores da juventude e a experiência da *fuga*, prática tradicional que possibilita aos casais sua união a despeito da falta de apoio dos familiares ou da falta de

recursos financeiros para a realização de festas oficiais (WOORTMAMM, 1993). Abandonada pelo primeiro companheiro no quarto mês de gravidez, dona Betina, incentivada pela família, casou-se com um homem décadas mais velho, a fim de dar um nome ao filho. Com o casamento, ela e o marido se mudaram para a cidade de Florianópolis e passaram a morar no local em que reside até hoje. Conta ela que, na época, só havia uma casinha de madeira no exato ponto em que hoje há a casa de Bianca. Com o tempo, as casas foram sendo construídas – estrutura de acontecimentos semelhante àquela que historiciza o terreno dos familiares de Alice. A seguir, a estrutura familiar a partir de dona Betina:

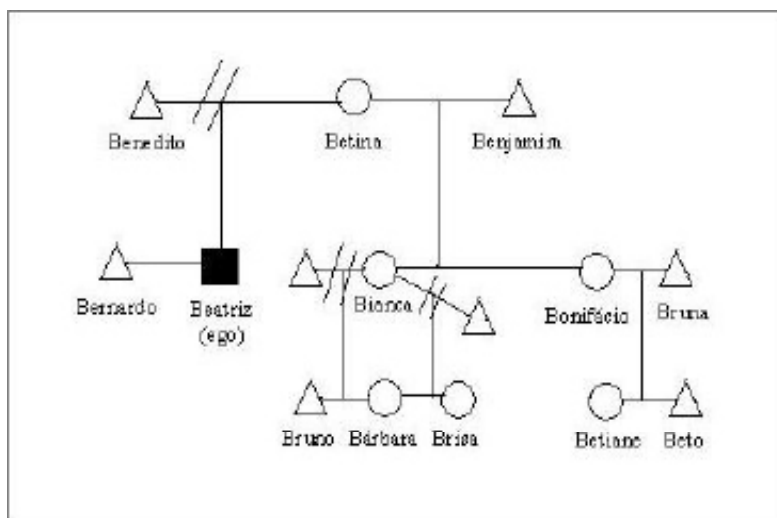


Figura 5. Árvore genealógica: irmãos de Beatriz.

No caso da família de Beatriz, entretanto, dado o menor número de rebentos, a cada um coube uma casa nos limites das terras que dona Betina ganhou do esposo. A casa pertencente a Bruna, todavia, foi vendida a outra travesti amiga de Beatriz, Flávia, quando Bruna precisava do dinheiro. E é Flávia quem

aluga a residência a Eduarda e Eliana. Dona Betina conta que se incomodou com a presença de Flávia na medida em que esta “*trazia homens*” para o terreno e punha em risco a segurança das crianças.

Porque antes era tudo aberto. Quando eu não fiz o portão ali, ela trazia tudo que era macho. Ela não queria saber se tinha gente, se tinha criança (...). Aí eu botei o portão e disse: “aqui não entra mais. Se quiser fazer programa, é lá fora. Você tá morando dentro de um condomínio, tem criança e eu quero respeito”. E eu tinha a minha razão, né? Eu disse: “porque, eu indo pro juiz, você é obrigada a me devolver as terras, porque não tem nada como valendo nada isso aqui. Você não respeitou as ordens”. Mas, graças a deus, essas duas aí não me incomodam, não trazem ninguém aí pra dentro. Isso aí é o principal. Morar aqui, não me importo. Mas não gosto que traz um cara aí, amanhã outro... Aí é muita bagunça. Aqui em casa tem duas mocinhas, né? E tem a gente também, né? (D. BETINA).

Dona Betina deixa claras as normas vigentes na ocupação de suas terras: a não mistura entre o trabalho da prostituição, que infringe determinados códigos morais, e a privacidade do lar, sob a pena de que a intimidade e a segurança moral das mulheres que ali vivem sejam ameaçadas. Para tanto, ela qualifica seu terreno como um *condomínio residencial*, dentro do qual circulam regras específicas, que limitam a atividade da prostituição para o lado de fora do portão. Além disso, ao salientar suas normas e condições, dona Betina desponta como uma figura central e forte no agrupamento familiar.

Enquanto a casa de Beatriz apresenta uma pequena cerca que, em nível simbólico, a separa do restante do terreno, não há separação entre a casa de dona Betina e a de Bianca, sendo que as casas se emendam por meio de uma lavanderia de acesso externo.

A casa de dona Betina é pequenina, tendo o tamanho suficiente para uma mulher que habita sozinha uma construção. Há uma porta de entrada que conduz à sala/cozinha, com o ban-

heiro ao fundo à direita e o quarto à esquerda. A casa é bastante aconchegante, com fotografias de filh@s e de net@s na parede e nos porta-retratos sobre a estante e sobre a mesinha do telefone. Há dois aparelhos televisores na casa, um na sala e outro, maior, no quarto, o que se mostra bastante curioso ao se levar em conta que dona Betina mora sozinha naquela casa. Na sala, durante as visitas realizadas, a TV estava ligada na Rede Globo, enquanto era transmitida a novela “Força de um Desejo”, na programação intitulada “Vale a Pena Ver de Novo”, espaço em que são reexibidas telenovelas de sucesso. Bianca, ao chegar à casa da mãe, comentou: *“estão vendo a novela? Eu também tô vendo lá em casa”*. Lembrei-me de que, nas vezes em que liguei e Bianca atendeu, a TV estava igualmente ligada, pelo que pude ouvir pelo telefone enquanto chamavam Beatriz. A casa também revela a religiosidade de seus ocupantes. Na ocasião de uma das visitas, havia duas velas grossas acesas: uma na sala e outra no quarto. A localizada na sala era dedicada a Nossa Senhora Aparecida, representada por uma imagem trazida pela irmã de dona Betina, que frequentemente visita a cidade de Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo, para onde seguem muitos romeiros todos os anos. A imagem foi valorizada com uma invenção artística de dona Betina: uma pedra roxa serve de gruta, com um minirrosário pendurado em um galo de porcelana colado no alto da pedra. No quarto, no canto à esquerda da cama, uma vela verde era dedicada a Iemanjá, também abrigada em um arranjo especialmente criado por dona Betina: uma caixinha com rosas artificiais, rosários e um pequeno vidro de perfume – ao lado, uma imagem grande de Nossa Senhora Aparecida, também trazida por sua irmã em uma das excursões anuais à cidade de Aparecida do Norte. Questionada sobre o porquê das duas velas acesas, ela explicou que se tratava de pedidos para que o neto não se envolvesse novamente com bebidas – preocupação desencadeada por um episódio recente, em que o neto, Bruno, aparecera com bebidas em casa,

supostamente oferecidas por estranhos.

Na entrada da casa de Beatriz, por sua vez, vê-se uma mesa junto à janela, à esquerda da sala, e um sofá também próximo à janela, mais à direita, de frente para TV. A mesa e o sofá são apropriados pelos gatos para saírem pela janela e se acomodarem em um pilar próximo à telha do vizinho. Na sala, a caminho do quarto, três quadros com fotos grandes da Madonna, sendo que uma delas comporta dois recortes de foto de Beatriz e outra travesti juntamente com uma dedicatória de uma de suas amigas.

Levando-se em conta a organização residencial, Beatriz, assim como Alice, participou da criação dos sobrinhos – no caso, dos filhos de Bianca. Também assim como no caso de Alice, para Beatriz o cuidado com os sobrinhos foi possível e facilitado em função da livre circulação física das crianças – e dos adultos – de uma casa a outra. Através de suas observações e discursos, é possível perceber que Beatriz dá um valor central a uma ideia de educação um pouco mais “tradicional”, marcada por uma autoridade que imponha limites aos excessos das crianças. Ela é adepta de uma ideia de disciplina, de limitações necessárias e de tarefas que insiram as crianças na dinâmica do lar. Ao falar da criação dos sobrinhos, salienta valores que relacionam afeto e cuidado a medidas de controle, punição e proibitividade na proporção em que elas se mostram necessárias na formação do caráter das crianças. Em seu caso, especificamente, cabe-lhe o papel de autoridade, na medida em que é chamada quando as crianças precisam sentir-se “ameaçadas” para que se mostrem disciplinadas. Assim sendo, seus relatos apontam para um lugar tradicionalmente masculino na estrutura parental, visto que é acionada para pôr “ordem” quando as crianças ultrapassam os limites acordados pelo agrupamento familiar.

A situação da venda do terreno e do aluguel da casa cria laços afetivos e de solidariedade que situam Eduarda e Eliana como outros membros da família de Beatriz. Eduarda, por sua vez, não

só considera sua a família de Beatriz como ainda supõe que ela e Eliana formam uma família, já que dividem a casa há certo tempo – período que não conseguem precisar – e apresentam uma convivência afetuosa e positiva.

Natural da cidade de Lages, Eduarda não sabe ao certo há quanto tempo mora na referida casa, mas lembra que viveu ali antes de ter ido a São Paulo. Assim que veio de Lages, morou com uma amiga travesti que conheceu através de um amigo. Foi essa amiga que a incentivou a trabalhar na rua, pois até então ela não o fazia. Depois foi morar com Eliana e, em seguida, foi para São Paulo, período em que morou, por três anos, com outras várias travestis em uma casa agenciada por uma *cafetina*. Foi em São Paulo que aconteceu sua transformação, embora, segundo ela, “já era mais mulher do que homem” quando vivia ainda em Lages. Faz pouco mais de um ano que ela voltou para Florianópolis e passou a dividir o aluguel da casa com Eliana. Disse que prefere morar com outra pessoa a morar sozinha, pois se sente deprimida quando só. Disse que nunca teve relacionamentos amorosos com mulheres, com as quais ela só tem “*amizade mesmo*”. Filha única, confirmou ter sido bem aceita pelos pais, sendo que apenas a mãe conhece sua profissão. Ela se define como tendo sido “*gay*” ao tratar do período anterior à sua transformação. Larissa Pelúcio (2005) demonstra as etapas pelas quais o processo do devir travesti passa; segundo ela, dentro do processo contínuo de “ser travesti”, o primeiro momento consiste no do “gayzinho” – categoria que ela observa ser êmica no universo simbólico travesti –, quando a orientação sexual foi assumida publicamente, passando-se para as etapas da montagem, da transformação e, por fim, da travestilidade (PELÚCIO, 2005, p. 225).

Em seu quarto – antes, de acordo com o que Eliana me contou através das fotos, uma sala da casa –, Eduarda conserva bichos de pelúcia e bonecas. Sobre o guarda-roupa, ursinhos e bonecas colorem o cômodo. Reparei em um porquinho e co-

mentei: “*que lindo o porquinho*”. Eduarda me corrigiu: “*porquinha, né? É rosa*”. Tal fato despertou a atenção para as representações que elas têm para si e entre si a respeito de masculinidades e feminilidades. Para aquelas sujeitas marcadas pela ideia da ambiguidade (SILVA, 1993), o que é feminino e o que é masculino parece fortemente marcado, diferenciado e categorizado. Sobre a cama, havia um cachorro de pelúcia já bastante velho sem o qual ela não consegue dormir e cujo nome é o mesmo que o do único homem por quem ela se apaixonou até hoje – “*mas não deu em nada*”, acrescentou. Eduarda se apaixonara por esse rapaz assim que chegou a Florianópolis. Perguntei sobre o homem, mas ela preferiu não comentar nada a respeito dele.

Quanto ao restante do lar, os móveis pertencem a Eliana, que já morava na casa antes. A porta de entrada dá acesso à cozinha/sala. O fogão, o armário e a geladeira são brancos e novos. A mesa, redonda e pequena, oferece lugar a quatro pessoas e se situa à frente da janela. Ao final desse espaço, há um banheiro, cuja porta se mostra bastante precária. Sentada à mesa, de costas para a janela e de frente para o quarto de Eliana, observei, à esquerda, um pôster de algum belo e jovem modelo – pôster que Eliana ganhou de Beatriz –, à direita um minipôster do ator Dado Dolabella emoldurado e, à frente, um pequeno quadro com duas fotos: uma de Eliana com Flávia, outra de Eliana com uma travesti que mora, atualmente, na Itália, polo de grande atratividade no circuito de prostituição travesti (PELÚCIO, 2005). Observei os delicados enfeites pendurados nas paredes, e Eduarda me falou que se tratava de “*coisas da Eliana*”, a qual adora adornos para o lar. O chão, de madeira, apresenta depressões, irregularidades.

O quarto de Eliana é um pouco maior e mais equipado que o de Eduarda. Os móveis são bem novos, em cor marfim. À esquerda, ficam o guarda-roupa de seis portas e – situando-se quase que atrás da porta – uma pequena prateleira em que Eliana guarda bichinhos de pelúcia e uma coleção de bonecos do desenho

“Os Incríveis”. À direita da entrada, há uma cama de casal e uma estante com TV, DVD, vídeo, dentre outros elementos. Elas me mostraram um ursinho branco da Coca-Cola que Eliana ganhou de uma amiga, a qual se apresenta com frequência nos discursos e nas fotos, motivo pelo qual julguei ser uma das grandes amigas de Eliana.

Eliana é natural de Florianópolis. Saiu da casa do pai e dos irmãos a fim de “transformar-se”. Em Curitiba, trabalhou como profissional do sexo para uma *cafetina*. Segundo ela, sempre teve boa relação com as sobrinhas, que a admiram imensamente. Caçula, Eliana ajudou a criar os sobrinhos, situação que parece criar um espaço na economia familiar em que as travestis podem legitimar sua feminilidade através de certas atividades.

Tanto Eduarda quanto Eliana apresentam, em suas biografias, dois elementos abordados e problematizados na literatura brasileira recente sobre travestis. De um lado, ambas apontam para uma feminilidade ou uma efeminação de seus comportamentos e gostos no período anterior ao “*descobrir-se travesti*”. Elas se percebem como efeminadas e voltadas às atividades femininas antes mesmo dos primeiros contatos com o universo da travestilidade. William Siqueira Peres (2005), ao operar com o método das “cartografias existenciais”, debruça-se sensivelmente às memórias e às narrativas de quatro travestis. É comum, em seus discursos, a percepção de si como efeminadas desde crianças ou adolescentes – uma delas, Safira, relata que, quando menino, era constantemente confundida com menina, algo que marcou bastante sua infância e sua vida.

A segunda característica comum entre Eduarda e Eliana que é tratada na literatura atual é o processo migratório implicado pela feminilização e pela busca por lugares mais toleráveis à sua identidade de gênero e à sua transformação, tal como pontua Alexandre Fleming Câmara Vale (2005). Em seu trabalho, Vale (2005), trabalhando com os contextos de Fortaleza e de Paris, ex-

plana a respeito dessa migração interna e/ou externa empreendida pelas travestis a partir do momento em que se veem expostas a formas de injúria e de violências e se deslocam para lugares em que sejam mais bem aceitas, inclusive em se tratando da rota do mercado sexual. No caso de Eduarda e de Eliana, a migração se circunscreveu nos limites do país, extrapolando apenas os limites estaduais – e ambas, em suas experiências fora do Estado, viveram sob o sistema de *cafetinagem*.

3. Cecília: filho biológico, irmão de criação

Cecília apresenta uma trajetória delicada: ela possui um filho biológico, fruto de um relacionamento heterossexual ocorrido quando era bastante jovem e anterior ao processo de devir feminino. Vivendo com seus pais adotivos, é com eles que divide as responsabilidades sobre a criança, tanto no sentido de cuidados quanto no sentido de nomeação de parentesco.

Desconfortável com o título de *pai*, Cecília pede ao menino que a considere um *irmão*. Entretanto, mesmo a chamando pelo nome de batismo, diante de situações adversas Carlos – o filho biológico dela – evoca a figura do *pai*, referindo-se a Cecília; ou seja, ainda que a imagem seja feminina, a linguagem preserva/armazena a referência masculina. Para Carlos, pai é, também, o pai adotivo de Cecília. Com pouco contato com a mãe biológica, Carlos chama mãe também a mãe adotiva da travesti.

Cecília provê as necessidades econômicas de Carlos. E, embora saliente discursivamente uma dificuldade em aceitar a paternidade, supõe uma concepção naturalizada de amor de pai, a exemplo do amor materno (BADINTER, 1985). Sob tal perspectiva, a não assunção total da identidade social paterna não anularia o amor que o progenitor teria por seu rebento, sangue de seu sangue: *“eu não me acho com aquele amor de pai, eu acho que eu não tenho, mas eu sei que eu tenho, porque, se acontece alguma*

coisa com ele, 'deus me livre', né?"

Além disso, Cecília pontua a família como âmbito de pureza e de reserva moral na medida em que afirma ter voltado a morar junto dos pais e do menino a fim de distanciar-se dos círculos sociais marcados por outros estigmas e por outros mecanismos de marginalização. Cecília sublinha: *"tenho minha casa própria; eu aluguei e prefiro morar com eles, porque, se eu tô sozinha, eu me envolvo com pessoas que não é legal"*. Assim sendo, ela torna inconciliável a presença de uma criança pela qual ela é responsável social e legalmente com a vida guiada por atitudes moralmente condenáveis segundo o sistema de valores morais de que dispõe (TARNOVSKI, 2004).

Ela revela receio com relação à orientação sexual de seu filho, apontando para as agruras e os preconceitos que ela conhece a partir de sua própria experiência. Afirma preferir que, caso o garoto se envolva em relacionamentos não heterossexuais, apresente uma imagem masculina, não travesti. Flávio Luiz Tarnovski (2004) observa semelhante discurso entre os pais gays com os quais trabalhou para a realização de sua dissertação de mestrado. Tarnovski (2004) constata que os pais sujeitos da pesquisa criam a expectativa de que seus filhos se envolvam em uma relação heterossexual e que lhes deem netos; é por isso que masculinidades e feminilidades são policiadas pelos tutores, que embaralham, em seu imaginário, identidade de gênero e sexualidade.

Outro de seu medo consiste nos estereótipos que o discurso psicológico impõe à experiência do menino. Diz: *"um dia eu li um relatório, daí no relatório tava: 'o pai se prostitui para ganhar a vida'. Então, eu achei pesado... Daí, o que essa psicóloga vai falar pra ele?"*.

Cecília revela, ainda, outras interessantes localizações na estrutura de parentesco. Conta que é padrinho de batismo de uma sobrinha e madrinha de crisma de outra, irmã da primeira. Ela brinca com as diferentes posições de gênero e de parentesco que sua

identidade possibilita.

Cecília foi adotada ainda bebê pelo tio paterno e sua esposa. É a eles que considera seus verdadeiros pais. Entretanto, sua relação com os pais biológicos não foi interrompida: cada um fez um novo casamento, e ambos se tornaram vizinhos de Cecília. A soma de mães (FONSECA, 2002) experienciada por Cecília não se limita, no entanto, às mulheres que concentram os títulos hegemônicos de “mãe biológica” e “mãe adotiva”. A rede que a ampara maternamente é ainda mais ampla. Ao falar de uma irmã mais velha que ajudou a criá-la e que hoje é sua grande amiga, Cecília diz: *“eu tenho a minha mãe biológica, a madrasta e a mãe de criação. Então ela [irmã] é como se fosse uma quarta mãe, assim. E ela tem esse mesmo sentimento por mim”*.

4. Daniela: adoção e devoção

Diferentemente das outras entrevistas, as conversas com Daniela ocorreram longe do âmbito institucional formal: o contato se deu em seu lar, no bairro Campinas, na parte continental de Florianópolis. Trata-se de uma *kitchenette* espaçosa e bem organizada, em uma área de comércio e de trânsito intensos. O menino, na época da última entrevista com três anos e seis meses, esteve sempre junto durante as conversas.

Do lado de fora do prédio, avista-se uma plaquinha ao lado da janela que diz *“cabeleireira unissex”*, além do telefone e de um desenho de tesoura. Daniela, que teve de fechar seu salão de beleza quando o filho ficou internado por mais de dois meses no hospital, adaptou seus equipamentos ao apartamento e passou a atender suas clientes e seus clientes do salão ali mesmo, em seu lar. A porta de acesso ao prédio fica aberta. A entrada de seu apartamento, situado no primeiro andar de um pequeno prédio, fica ao lado da escada. Na porta, há uma grade de ferro, dessas geralmente utilizadas para segurança; logo Daniela me explicou

que se tratava de um jeito de permitir que @s clientes pudessem acessá-la.

A casa, como foi dito, é uma *kitchenette* espaçosa e bem dividida. Na entrada, à esquerda, vê-se a cama de casal em que dormem Daniela e Diego; à direita, fica o guarda-roupa. Paralelamente à cama, há um balcão com as fotos e a TV, o qual é perpendicular ao armário com instrumentos de trabalho de Daniela. Há uma cadeira típica de salões de beleza e um grande espelho. Sobre a TV, perucas esperam para ser finalizadas – trata-se de uma outra fonte de renda de Daniela, sobretudo em época de Carnaval. Encostada na parede, a pia em que se lavam os cabelos de clientes. À direita, após o guarda-roupa, há um sofá, e outro se coloca sob a janela, de frente para a porta. A cozinha e o banheiro ficam na entrada à direita.

Chamam a atenção as fotos colocadas em porta-retratos sobre o balcão que separa o quarto da sala e que abriga a TV. Em uma delas, Daniela, sentada na cama, dá mamadeira ao ainda bebê Diego. Em outra foto, ela o segura, sorrindo, ao lado de uma amiga – foto que, recortada em forma de coração, é colada na parte vazia de uma foto do menino já grande. Na TV, passava a programação do canal “Discovery Kids”. Nas paredes da sala, cartões postais da Itália em molduras iguais – arredondadas e em verde escuro – enfeitam o ambiente com lembranças de viagens de Daniela (uma a trabalho e outra a passeio, como me explica). A maior das imagens – e a única que se diferencia no tamanho, na verdade – é a da Igreja em que Daniela foi barrada pelo padre supostamente por não estar usando blazer. Assim como Larissa Pelúcio (2005) trata em seu artigo, a Itália é o lugar de referência de muitas travestis com que tive contato: Alice ao falar do problema com os sapatos nas ruas; Beatriz ao falar do destino de belas amigas suas. Daniela menciona o fato de os homens italianos serem “quentes” – pergunto-me a respeito das relações entre as representações sobre esses homens e as atitudes dos mesmos:

suas representações seriam construídas com base em suas práticas ou a crença sobre suas práticas adviria das representações sobre eles? Trata-se, porém, de uma questão a que o presente trabalho não se ocupará em responder.

Oriunda da cidade de Blumenau, Daniela se mudou para Florianópolis a fim de promover sua transformação⁶ longe do círculo social de seus pais preservando-lhes a identidade. Ela conta que seus pais adotivos, já falecidos, sempre dispuseram de certo prestígio social na cidade de origem, por isso a opção por mudar-se e manter-se distante de quaisquer especulações entre conhecidos. Daniela também conhece a mãe biológica, porém tem pouco contato com ela.

Assim como Eduarda e Eliana, Daniela também apresenta um histórico de migração (VALE, 2005), com a diferença de que, se as travestis entrevistadas por Vale (2005) deixavam suas cidades para se refugiarem da violência e da injúria sofridas, Daniela deixou sua cidade para proteger os pais em relação aos estigmas e às reações de seus conterrâneos.

Diego foi adotado “à brasileira”⁷ (FONSECA, 2002). Filho de uma profissional do sexo que trabalhara fazendo faxina na casa de Daniela, o menino, que seria doado pela mãe biológica, foi acolhido pela travesti, que o registrou como sendo o pai da criança. Daniela sempre quis ter filhos, sendo que já havia “*pegado para criar*” uma menina, recuperada pela mãe dias depois. O garoto apresentou inúmeros problemas de saúde, acompanhados zelosamente

6 Os termos usados pelas travestis são geralmente “assumir-se”, “descobrir-se”, “assumir a identidade de gênero”. Uso transformação, aqui, com o mesmo significado que Larissa Pelúcio (2005) lhe atribui: “processo de feminilização que se inicia com a extração de pelos da barba, pernas e braços, afina a sobrancelha, deixa o cabelo crescer e passa a usar maquiagem e roupas consideradas femininas nas atividades fora do mundo da casa” (PELÚCIO, 2005, p. 225).

7 A adoção à brasileira, tratada por Claudia Fonseca (2002), concerne ao processo de adoção que não passa pelos trâmites oficiais da Legislação nacional; consiste, sim, no registro imediato da paternidade/maternidade com relação à criança como se a mesma se vinculasse biologicamente ao sujeito que lhe concede o nome

por Daniela.

Daniela trabalhara na rua por bastante tempo e manteve a profissão quando abriu seu salão de beleza. Todavia, a adoção do menino implicou o abandono da rua. Como demonstra Flávio Luiz Tarnovski (2004) em seu estudo a respeito de pais gays, a paternidade vem a operar em dois sentidos “normalizadores”: um é que a identidade de pai se sobrepõe à de homossexual, amenizando a agressão à sexualidade; o outro diz respeito ao que o autor denomina “limpar a ficha” – nesse sentido, o filho torna “pura” a vida do casal, que se afasta de locais de sociabilidade estigmatizada como promíscua e assume uma masculinização em oposição à figura acusatória do gay efeminado. Neste caso, a criança parece, da mesma forma, ter “salvado” Daniela, parece tê-la inserido em um “processo de moralização” (TARNOVSKI, 2004, p. 106).

Daniela teve problemas com o Conselho Tutelar da cidade de Florianópolis. Segundo ela, a intervenção da instituição se deu frente a denúncias de que ela estaria vivendo com outro homem – o que supostamente lhe tiraria o direito de cuidar do menino. Diego ainda estava internado quando Daniela recebeu o aviso de que o garoto lhe seria tirado. Foi por meio dos apelos do médico e das enfermeiras junto aos membros do Conselho Tutelar – e dos argumentos de que ela vinha sendo uma boa mãe – que Daniela pôde manter o menino consigo. Mesmo assim, Daniela protesta: julga injusta a proibição de que ela viva em conjugalidade a fim de preservar a guarda do menino se a mesma condição não se aplica a indivíduos heterossexuais. De qualquer forma, no caso da travesti, assim como no caso dos pais gays pesquisados por Tarnovski (2004), há uma separação entre as esferas da filiação e da sexualidade, sendo que a cobrança para que essa distinção se cumpra se exerce, no caso de Daniela, de modo mais explícito e institucional.

Tive a chance de encontrar Daniela e Diego em um espaço público certa vez. No ônibus em direção ao bairro Capoeiras, es-

perando que o veículo deixasse a plataforma do terminal do Centro para uma visita a Beatriz, vi Daniela entrando com Diego no mesmo automóvel. O menino me reconheceu enquanto ela pagava a passagem, com o garoto no colo. Daniela me cumprimentou com um sorriso e com um comentário: “*que correria, menina!*”. Naquela semana, ela desmarcara uma entrevista alegando excessivos compromissos. Ofereci-lhe meu assento, e ela disse que havia mais poltronas vazias ao fundo, entretanto não se sentou: permaneceu em pé, próxima à catraca, segurando Diego. A mulher sentada mais perto de Daniela se levantou, insistindo que ela ocupasse a poltrona. Daniela pôs Diego sentado e continuou em pé. Surpreenderam-me a simpatia e a espontaneidade da mulher que lhe ofereceu o lugar. Do mesmo modo, suscitou-me questionamentos a relutância de Daniela em sentar-se com a criança. Associei sua negação a uma passagem de nossa entrevista:

Eu tenho mesmo uma tia minha de Blumenau que essa me liga toda semana, né? Mas, assim, os demais, eu não tenho muito contato. Eu, porque eu... Isso é uma coisa minha. Talvez o preconceito esteja comigo. Que eles me aceitam, eu já fui lá, tudo, fui muito bem recebida, mas aí a gente vê que o preconceito é com a gente mesmo, porque a gente acha “ai, eu não vou lá, porque eu vou deixar a desejar; vou lá, virar as costas e os vizinhos vão começar a comentar...”. Então, eu acho que o preconceito tá na gente. A gente deveria se liberar mais. Tinha uma época atrás, eu não saía de dia na rua. Isso há muitos anos atrás, claro. Agora, pra mim é normal. Eu saio na rua aqui, vou no mercado, vou em qualquer lugar... É “Daniela, Daniela”. Então, a gente vai se liberando com o tempo, que, até então, (...) a sociedade era estúpida, preconceituosa. Hoje as coisas já tão bem mais... esclarecido. Tanto que, hoje, discriminar um homossexual é crime. É o mesmo que o racismo. Isso aí já mudou bastante (DANIELA).

Posso estar arriscando precipitar-me ao sugerir tal conexão, mas o comportamento de Daniela ao se negar a ocupar uma poltrona – afinal, não só lhe foram oferecidos lugares como havia assentos disponíveis – parece apontar para essa autonegação como sujeito de direitos, enquanto sujeito igual. Isso se vincula

à forma como os sujeitos internalizam os julgamentos externos e se constroem a partir destes. As representações sobre os sujeitos participam de sua autoconstrução, da construção de sua subjetividade⁸. No caso de Daniela, ela afirma que o preconceito se encontra em sua própria percepção de mundo, de modo que ela acaba por excluir-se de determinados planos sociais.

⁸ Agradeço às Professoras Miriam Hartung e Sônia Weidner Maluf os esclarecimentos que me foram passados em aula a respeito da subjetivação das representações sociais, ao longo das disciplinas de “Organização Social e Parentesco” (2005.2) e de “Pessoa e Corporalidade” (2003.2), respectivamente.

CAPÍTULO 4

Identities

1 Entre masculino e feminino

A ambiguidade de gênero a que Hélio Silva (1993) se refere ao tratar da imagem e da construção corporais das travestis se transpõe para o plano das relações sociais, segundo representações e/ou laços de afetividade tecidos ao longo da construção das referidas sujeitas. Ser ela ou ele, ser chamada ou chamado por um nome feminino ou masculino, são situações que dependem da intimidade junto às travestis e da socialização anterior ou posterior ao seu processo de transformação, bem como passam pelos questionamentos das crianças em relação às representações com as quais são comumente socializadas.

De modo geral, em termos de desinência de gênero, as mudanças corporais não se mostram mais fortes para os membros da família – sobretudo os pais – do que a permanência da nomenclatura primeira, do nome que tem um poder estrutural no reconhecimento social. Na família, o que prevalece é o uso do nome masculino. É a partir desse nome masculino – escolhido pelos familiares, reconhecido legalmente e retificado através de processos religiosos (sobretudo o batismo) – que as formas de referência se desencaixam.

Entre algumas das travestis entrevistadas, há casos de sobrinhas, tias ou irmãs que as chamam pelo feminino mesmo em meio familiar, mas aos pais custa o reconhecimento verbal do novo gênero e da nova nomenclatura. Como me disse dona Betina, mãe de Beatriz, em uma das conversas junto a Eliana e Eduarda – as travestis que moram no mesmo terreno que Beatriz e seus familiares –, *“também, minha filha, a mãe nunca chama pelo nome feminino”*. Conforme avalia Eduarda, as mães as chamam pelos nomes masculinos, ainda que se refiram a todas as outras travestis pelo nome feminino. Para dona Betina, ninguém fora da família de criação as conhece pelos nomes masculinos, apenas pelos nomes *“de batalha”*. De fato, na família de Beatriz, apenas ela é

designada pelo gênero masculino, ao passo que quase todas as demais travestis são referidas no feminino pela irmã e pela mãe dela – digo quase todas porque há uma condição sob a qual as travestis de fora da família são denominadas pelo masculino: a hostilidade e a ofensa. Presenciei momentos de conversa sobre outras travestis; aquelas que semearam querelas são tratadas no masculino, de maneira que a desinência masculina representa uma categoria de acusação contra aquelas travestis que não são bem aceitas no círculo social que engloba outras travestis. É comum, por exemplo, referir-se a alguma travesti com quem se tenham diferenças como “a fulana, aquele viado nojento”. Dona Betina, “desmoralizada” por uma delas, afirmou: “não quero nem papo com aquele ‘viado’ malcriado, porque pra mim é uma pessoa sem cultura; a gente dá um apoio, depois fica... não gosto disso!”. Observe-se ainda que bicha é um termo acionado pelas demais travestis e, sendo usado por elas, não soa como acusação. Ao ser acionado por dona Betina, entretanto, alguém externo àquele grupo identitário, a categoria se imbuí de caráter negativo.

O caso de Daniela, entretanto, apresenta uma peculiaridade: tendo sido adotada e com conhecimento a respeito da família biológica, conta que os pais de criação sempre a chamaram pelo nome de batismo, mas a família biológica se refere a ela como “Daniela”. Quanto à mãe biológica, esta, segundo a interlocutora, usualmente a chama “meu filho”, evitando chamá-la por qualquer nome. Nesse caso, interessa apontar que a nova identidade, ao retirar da mãe as referências nominais para dirigir-se a Daniela, promoveu a primazia do grau de parentesco em detrimento do nome individualizante e, em seu interior, do gênero (*filho*).

Ai, a minha mãe é aquela coisa assim...eu tenho tão pouco contato com ela... Porque, na verdade, eu considero mesmo é a minha mãe adotiva. Com ela, assim, eu converso por telefone. Mas ela fala: “meu filho, meu filho”, porque ela não quer saber nem do meu nome de batismo nem do meu nome de Daniela (DANIELA).

Há uma lógica que permite a algumas pessoas chamar as travestis pelo nome masculino, ao passo que retira de outras essa possibilidade de tratamento na medida em que a mesma passa a ser considerada uma forma de violência simbólica, pela violação ao direito de reconhecimento da feminilidade.

Elas [sobrinhas] me chamam pelo nome de homem também (...). Às vezes, brincam, né? "Ah, é ela..."; mas é como eu falei pra ti: a convivência foi tanta pelo nome de homem que eu nem faço questão que elas me chamem pelo nome de mulher. Elas me respeitam numa boa, mesmo (...). Até meus vizinhos me chamam pelo nome de homem, entendeu? Porque eles me conheceram homem, né? Eu não fui pr'ali já transformada travesti. Seria mais fácil...se eu fosse pr'ali agora, seria mais fácil, né, eles me tratarem como mulher...Não é questão de ser difícil, porque, se eu fosse persistente, ficasse batendo na tecla "não, eu gostaria que vocês me chamassem pelo nome de mulher" (...). Eu acho que não há necessidade ali, no meu espaço, porque eles me respeitam, né, como eu sou (ALICE).

É assim: se uma pessoa liga pra mim, ela me chama...ela trata como Beatriz. Mas, ao me chamar, ela me chama pelo nome de homem, de batismo. Bom, mas daí é costume de família, não adianta...mas até que agora...antes, até por telefone, ela chamava pelo nome de batismo; agora, não, ela chama pelo nome de...Mas eu não me sinto mal, porque...eu, agora, tentar censurar ela...depois, é o nome que ela me deu! (BEATRIZ).

Levando-se em conta a recorrência de uma aceitação, por parte das travestis, do tratamento no masculino entre familiares e uma reivindicação do reconhecimento feminino em relação aos demais indivíduos, é possível apontar não só para uma diferenciação entre anterioridade e posterioridade em relação à transformação, como também para uma distinção entre espaços públicos e privados nos quais os nomes são acionados. Tal mecanismo se mostra presente, sobretudo, nos casos em que mesmo alguém da família – a quem é permitida a nomenclatura masculina – passa a referir-se às travestis no feminino em locais públicos, como na praia ou na danceteria. É uma situação relatada por algumas delas:

Às vezes eu saio com ela [sobrinha] e eu digo pra ela: “eu não vou forçar tu a me chamar de tia. Eu acho assim, ó, que tu tens que me chamar do jeito que tu achas melhor comigo”, né? Então tem umas que a gente vai juntas ao supermercado ou às vezes na praia, num lugar, aí “ô, tio; ô, tio”. Aí só digo assim: “fala baixo, não fala muito alto que chama a atenção” [risos] (ALICE).

Eu acho tão engraçado: quando ele [sobrinho e afilhado] tá com os amigos dele, às vezes ele me chama de madrinha... “ai, essa aqui é a minha madrinha”, “eu tenho duas madrinhas”, entendeu? Mas tudo com respeito. Mas ele me trata como padrinho... às vezes... madrinha, né? Mas o importante não é ele me tratar como padrinho ou como madrinha, o importante é o respeito que ele tem por mim... (ALICE).

O mesmo foi observado por outros pesquisadores de nossa rede de pesquisa, como Carlos Alexandre Antonio (2005), que ilustra situação semelhante em sua pesquisa intitulada “Pais Homossexuais?”¹. Antonio relata o caso de uma travesti cuja filha de criação – não filha adotiva, nem filha biológica, mas uma filha que ocupa tal lugar pelo princípio do afeto² e da afinidade – a chama pelo nome feminino em locais públicos mas a chama *pai* intimamente ou em situações em que quer ser prontamente atendida.

Outra categoria se sobressai nos discursos: *o respeito*. A atualização do masculino em suas nomeações e em suas terminologias depende também do julgamento que fazem sobre as intenções de quem a elas se refere. *Respeito*, neste caso, concerne a um conjunto de regras dentre as quais se destaca a não circulação de ofensas ou de manifestações jocosas que violem a legitimidade identitária das sujeitas. Os limites entre o pejorativo e o lúdico são, porém, bastante permeáveis e mutáveis – há

1 As discussões sobre a pesquisa de Antonio foram acompanhadas durante as Jornadas de estudos “Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade”, realizadas na cidade de Florianópolis, nos dias 27 e 28 de novembro de 2005.

2 Antonio (2005, p. 4) defende que o caso relatado “corroborar a primazia do afeto como ‘organizador’ desta nova ordem familiar, demonstrando que o reconhecimento da paternidade/maternidade está baseado no vínculo afetivo”.

brincadeiras internas à família que são incorporadas à dinâmica do grupo e toleradas pacificamente pelas travestis.

Outros exemplos podem ilustrar essa negociação realizada pelos sujeitos sobre o gênero das travestis. Dona Betina revela que, em virtude da dificuldade de chamar seu filho pelo nome feminino “Beatriz”, às vezes evita chamá-lo diante de outras pessoas de fora da família para que, de um lado, seja preservado o nome de batismo – não violável pela mãe, que o escolheu – e, de outro, seja respeitado o nome público feminino – não violável em público pela menção do nome masculino. Ou seja, tomando-se esse caso e o das sobrinhas de Eliana que a chamam de *tia* nas saídas à noite, percebe-se que os sujeitos reelaboram as terminologias por meio de estratégias que situam as travestis no masculino ou no feminino de acordo com a situação específica e o envolvimento de outros personagens no cenário.

As crianças, por sua vez, são recorrentemente centrais na ambiguidade e/ou problematização do gênero da nomenclatura travesti. São elas que criam embates entre as terminologias que circulam na família e as representações apreendidas na sociedade mais ampla. Dona Betina revive o questionamento de sua neta Betiane:

A Betiane, ela assim, “ô, vô, eu vou te fazer uma pergunta” – ela vai fazer oito anos agora – “o tio, ele é mulher ou ele é homem?”. Aí eu digo: “minha filha, você faz o seguinte, você chega pra ele e pergunta, porque a vô não vai saber te explicar (...). “Ou ele é bichinha?”. Eu digo: “não sei, querida, quando tu chegar na casa da vô, tu pergunta – ‘ô, tio, o que que tu é, tio? Tu é homem ou tu é mulher?’. Ele vai te responder (...). Porque a gente fica com uma dúvida na cabeça, né?” (D. BETINA).

Já Elaine conta que uma de suas sobrinhas a chama, sempre, por *tia*, nunca por *tio*. Ellen, sobrinha-neta de cinco anos de idade, insiste em compreender em que polo a tia se classifica, segundo as categorias sociais mais comuns disponíveis na sociedade.

A minha sobrinha, ela também fala assim: “ô, mãe, o tio é homem ou é mulher?”. Aí a minha irmã diz assim: “é mulher”. A Elisa... pra Ellen (...). Aí, chegou lá, “o tio é tio ou tia?”. Ela me chama de tio, ela me chama de tia... (ELAINE).

Alice também oferece o exemplo de sua sobrinha de sete anos:

É, as crianças chamam de tio (...). Tem uma sobrinha minha, a Anita, né, que ela me diz assim: “ai, tem hora que o tio é tio, tem hora que o tio é tia”. Quando eu tô mais com roupa assim... porque em casa eu boto short, né, uma camiseta, pra ficar mais à vontade, né, calor, essas coisas todas, então... cabelo amarrado, mais jogadona, assim, aí fica uma aparência mais masculina, né? Aí, na cabeça dela, pra ela eu sou tio. Aí, quando eu tô saindo, né, cabelo solto, aquela coisa toda, à noite, saio... aí é tia. [risos] (ALICE).

As primas de segundo grau de Eduarda também se inserem nesse sistema:

Elas [as meninas] me chamam de dindo (...). Daí, agora eu fui pra lá, né, e ela disse assim: “e agora, como é que nós vamos te chamar, de dindo ou de dinda?” [risos]. [Perguntei qual a resposta]. De dindo. A outra já tá bem mocinha, né? Digo: “chama do que quiser; eu não sei o que eu vou dizer pra você” (EDUARDA).

De modo geral, entretanto, mesmo que se admita o ethos feminino das travestis, elas são chamadas, sobretudo no caso de serem “tios”, no masculino pelas gerações posteriores quando em situações que envolvem outros membros da família, responsáveis por situar as travestis no lugar masculino de nascimento. Ao chegar à casa de Beatriz, por exemplo, ouvi seu sobrinho dizer que chamaria “o tio”. Observando essa incidência, constatada por Eduarda e Eliana, dona Betina afirma: “*não adianta, não muda, minha filha! Eles vão morrer tios!*”.

Entretanto, a tensão gerada pela convivência entre a masculinidade anatômica/primeira e a feminilidade construída provoca deslocamentos nas funções tradicionalmente atribuídas a indi-

víduos femininos e a indivíduos masculinos. Às travestis, é permitido o exercício do cuidado de crianças, bem como a limpeza da casa, a organização de festas de família, as atividades da cozinha e a sociabilidade e solidariedade femininas. A permissão para que as travestis assumam o cuidado com as crianças parece advir especialmente de sua inserção no universo feminino. É significativo que os homens da família não se envolvam nem sejam envolvidos na criação dos rebentos de maneira tão orgânica quanto as travestis, que declaram seu papel ativo e permanente na educação das crianças. Assim sendo, muito embora o lugar no parentesco seja legitimado por terminologias masculinas, na economia familiar das funções e dos papéis as travestis ocupam seu lugar no universo tradicionalmente atribuído ao feminino.

Desse modo, ainda que seja o nome masculino aquele que circula na família, não é necessariamente ao universo masculino que as travestis são confinadas no exercício de seus papéis familiares. É na combinação entre a legitimidade do exercício de funções ditas femininas e as nomeações masculinas que a identidade das travestis é reconhecida.

2. Nomenclatura e terminologias

Importante foco desta pesquisa, o sistema de nomeação e de atribuição de terminologias revela muito do jogo masculino/feminino que se desenlaça com base na posição de parentesco das travestis. Como defendem Françoise Héritier (1989; 2000) e Miriam Grossi³, o parentesco é imbuído de gênero, constrói-se com base nessas relações, funciona em torno delas. Cabe aqui, pois, avaliarem-se as negociações de terminologias e a produção e circulação de nomes entre as travestis.

³ Texto discutido na palestra de encerramento das Jornadas de estudos "Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade", realizadas na cidade de Florianópolis, nos dias 27 e 28 de novembro de 2005.

Como apontado acima, há uma possibilidade de categorização entre masculino e feminino – mas não somente. Algumas das travestis estudadas acabam por ocupar lugares diferentes na estrutura de parentesco. Cecília representa um importante exemplo, uma vez que, embora se reconheça sua paternidade biológica em relação ao menino Carlos, há um esforço e uma negociação a fim de que ela seja considerada por ele um irmão; ela se mostra desconfortável não só com a categoria pai como também com a de tio. Carlos reconhece o pai adotivo de Cecília – portanto seu avô – como sendo seu pai, já que foi ele quem criou o menino e assumiu o lugar público de pai; porém, Cecília não perde seu lugar legal, biológico e provedor de pai do menino – ela continua sendo uma referência paterna dele, acionada em situações de ameaça e nas quais o garoto precisa legitimar a existência de um pai reconhecido biológica e judicialmente. Cecília tem papel ativo na educação do menino – papel que, segundo seus relatos, ela exerce mais através de cobranças, de punições e de recompensas, ou seja, o de “função paterna” nos termos psicanalíticos lacanianos.

Ele [Carlos] me chama pelo meu nome, [nome masculino]. Mas, se alguém fala alguma coisa pra ele, ela fala: “ah, meu pai”. Eu tento cortar isso dele, assim, todo mundo me critica, mas eu não gosto dessa palavra – PAI, TIO. Ninguém me chama de tio, não gosto. E não sei se é uma tolice minha. De repente, pode ser que eu me arrependa e queira que eles me chamem, e eles não vão me chamar. Mas eu não gosto. Então, daí ele fala qualquer coisa, “ah, o meu pai”. Assim...eles falam qualquer coisa, ele se refere ao pai. Eu ou o meu pai, né, que ele também chama de pai. Daí não... é assim nossa relação. Ele é meio rebeldezinho, mas eu também sou, né? Deixo ele de castigo, brigo com ele... faço ele ficar lá lendo dois, três livrinhos... (CECÍLIA).

Desse modo, ao mesmo tempo em que busca negar a terminologia *pai*, Cecília assume a identidade social paterna e a reconhece no exercício de funções tradicionalmente esperadas da figura do pai.

Eu acho que fiquei com ele um ano e pouco, assim, cuidando; depois, ele ficou totalmente com a minha mãe, e eu comecei a viajar, né? Eu não fiquei mais com ele. E fui pra minha casa, e ele ficou com a minha mãe. Mas eu não deixei nunca dele. Sempre 'tive' perto, sempre que ele queria alguma coisa...e é por isso que ele me chama de pai, né, porque eu sempre 'tive' ao redor, eu sempre 'tive' tentando fazer alguma coisa, enquanto a mãe dele, não. A mãe dele, às vezes, fica três, quatro meses sem ver ele. Eu fiquei sem ver ele, assim, quando 'tava' fora, mas pelo telefone eu falava com ele (CECÍLIA).

Cecília ainda dispõe de posições diferenciadas em relação a pessoas com mesmo grau de parentesco. Conta que suas sobrinhas, ambas filhas de uma irmã a quem ela tem como uma quarta mãe, a situam como madrinha e como padrinho. Essas posições não são, por sua vez, autoexcludentes, sendo que lhe coube o convite para ser madrinha de crisma daquela de quem Cecília já é padrinho de batismo.

A mais velha, que tem 21 anos, tá morando há quatro meses na Inglaterra; ela me chamou pra ser madrinha dela, assim, de Crisma, né? Então, eu sou madrinha, ela chama de madrinha (...). Tem a terceira, né, que é a Clara, que é minha afilhada, também de batismo, eu batizei ela. E tem a mais nova [referindo-se a Clara], que tá louca pra que eu seja padrinho de Crisma dela também. Daí ela pega e fala assim – a Clara, né, a que eu sou padrinho de batizado, brinca, né, com a mais velha, que eu sou a madrinha e o padrinho, né? Da mais velha eu sou madrinha, e da mais nova eu sou padrinho⁴ (CECÍLIA).

Daniela também exemplifica essa mutabilidade nas posições de parentesco, assumindo uma plasticidade curiosa nas nomeações de parentesco com relação à criança: ela o chama filho, desempenha o papel **tradicionalmente** assegurado à figura da mãe⁵ (sendo assim reconhecida pelos sujeitos a sua volta ou

4 Miriam Grossi (In: Cadernos Pagu, 2003) pontua a importância do padrinho e da madrinha na existência social da criança.

5 Tal aproximação, feita pelo olhar de fora, parte de uma ideia naturalizada da ma-

sempre comparada à imagem da mãe, como foi feito pelo médico e pelas enfermeiras que a defenderam frente ao Conselho Tutelar), registra-se legalmente como pai e se nomeia à criança a partir de seu nome feminino ou de um apelido fruto da “quebra” de seu nome – seja seu nome Daniela, o apelido é “Dani”. Na última visita, em fevereiro de 2006, a todo tempo seu filho Diego a chamava “*Daniela, Daniela*”. A todo momento, o menino se refere a ela: “*foi a Daniela que fez*”, “*é da Daniela*”. Ela, entretanto, o chama, às vezes, filho, mas geralmente é pelo apelido derivado do nome “*Diego*”.

Com base na categoria de tratamento com que Daniela se refere ao garoto, faz-se válido pensar brevemente no termo *filho* entre os grupos populares brasileiros. *Filho*, em determinados grupos ou em determinadas circunstâncias, parece ser usado não só para apontar o lugar de parentesco esboçado pelos sujeitos no sistema de filiação, mas também para expressar cuidado, zelo. É como uma tia se refere a um sobrinho, como uma vizinha íntima se refere a uma criança da comunidade, é como professoras podem referir-se a seus alunos quando fazem um apelo visando ao bem da própria criança ou indicando extremo carinho em uma situação desconcertante e também é uma forma socialmente aceita para uma pessoa mais velha referir-se a uma mais jovem em muitas situações do cotidiano.

Por isso, torna-se tão dúbia a utilização dessa categoria por Daniela: Diego é, para ela, seu filho ou seu tutelado? A partir de que lugar ela o chama filho – do lugar de pai, de mãe ou de cuidadora? É complexo definir, de fora, uma posição, já que as categorias com que esse olhar externo opera podem pertencer a uma linguagem social diferenciada, de maneira que os termos não possam ser transpostos. Daniela não define seu lugar para o menino em termos de parentesco; e essa não definição constitui,

ternidade e de uma conduta por ela prevista (BADINTER, 1985).

em si, um lugar social, mesmo que não inteligível para a leitura clássica da organização de parentesco.

Segundo o Relatório Técnico Narrativo Final referente ao projeto “Direito à Homoparentalidade”, do Programa de Apoio a Projetos de Sexualidade e Saúde Reprodutiva/PROSARE (ZAMBRANO et alii, 2005), outros termos de nomeação podem ser inventados pelos agrupamentos familiares encabeçados por homossexuais, travestis ou transexuais a fim de que mais pessoas, além de pai e mãe, sejam incluídas no sistema parental de cuidados dispensados às crianças. A hipótese é que, “por não haver uma definição, nem social, nem legal, para estes outros cuidadores, não existem, ainda, termos de parentesco que permitam nomeá-los” (idem, p. 15).

Observa-se, pois, que não só o gênero é performativizado (BUTLER, 2003) – como foi possível constatar por meio da exposição ao longo do item anterior –, como também a posição na organização e na estrutura de parentesco também o é. Ser mãe, ser pai, ser irmão, ser tia, ser madrinha e ser padrinho são performatividades (BUTLER, 2003) atualizadas pelos sujeitos e negociadas contextualmente. E, conforme se discutirá mais adiante, essa performativização do parentesco também se visibiliza nas dramatizações e nas narrativas que constroem e legitimam os lugares sociais dos “aparentados”.

Outro aspecto de grande relevância sobre a identidade social das travestis diz respeito aos nomes femininos. As histórias sobre as origens dos nomes remetem, geralmente, a personagens de telenovelas, de filmes ou de outros programas televisivos – se não direta, ao menos indiretamente. Resgatar a escolha ou a origem do nome feminino é, também, acionar e lembrar uma série de relações sociais e acontecimentos marcantes nas vidas dessas sujeitas, especialmente situações de amizades e sistemas de

“amadrinhamento”⁶ entre elas.

Alice, Beatriz e Daniela, por exemplo, tiveram seus nomes inspirados em programa de humor, mundo cinematográfico e telenovela, respectivamente. No caso de Alice, seu nome lhe foi atribuído de fora, pelo julgamento externo, na medida em que sua travestilidade era comparada a um personagem da TV que se transmutava do masculino para o feminino, como num movimento denominado popularmente como “*sair do armário*”. Sua frustração reside no fato de que o nome que escolhera para si fora outro – como diz ela, “*não pegou*”. Beatriz, por sua vez, escolheu seu nome e sobrenome inspirada em uma famosa atriz norte-americana dos anos 1980. Já Daniela recebeu o nome de uma amiga – na época, um amigo gay, quando ela também era gay – a partir de uma personagem de novela bastante popular na época, também nos anos 1980.

Enquanto Eduarda afirmou ter escolhido seu nome dentre aqueles dos quais mais gostava – optando, por fim, por aquele menos incidente entre as travestis –, Cecília e Eliana disseram ter escolhido seus nomes com a ajuda de amigas travestis. Cecília, curiosamente, chegou ao nome atual reduzindo o nome que adotara inicialmente – e o nome atual é o mesmo da mãe de Carlos, seu filho biológico. Eliana incorporou um nome que considerava belo e que representa uma aproximação ao nome da travesti pela qual tinha profunda admiração e a quem tem como madrinha. Nos dois casos, os nomes foram escolhidos pelas próprias travestis ou com ajuda de amigas, porém os sobrenomes remetem a figuras públicas às quais se tem acesso por meio da televisão. Tanto a mudança de nome quanto a de sobrenome fazem parte da construção da nova identidade social que essas sujeitas assumem e da configuração de si segundo modelos ideais de mulheres (PELÚCIO, 2005). Larissa Pelúcio (2005) pontua que a escolha

6 O termo amadrinhamento é usado por Larissa Pelúcio (2005).

de nomes das travestis constitui parte da construção de uma imagem da mulher perfeita, “bonita e desejável, geralmente ‘branca’ e burguesa” (PELÚCIO, 2005, p. 224). É com base nesse ideal feminino que as travestis modelam seus corpos e optam por “nomes de atrizes e musas hollywoodianas ou cantoras pops” (idem, p. 224-225), visando ao glamour.

Cecília, por sua vez, adotou o sobrenome de figuras políticas cujos antecessores foram tornados personagens de uma minissérie da Rede Globo, ao passo que Eliana definiu como seu o sobrenome de uma jornalista de destaque. Vale salientar que, quando questionadas a respeito da escolha dos sobrenomes, elas demonstram não os terem escolhido em função dessas figuras públicas, muito embora esses nomes estejam circulando em meios de fácil acesso a elas, sobretudo porque a televisão tem grande participação na vida dessas sujeitas entrevistadas: é central a teledramaturgia naquele agrupamento⁷. As conversas abordam os eventos que dinamizam os personagens, comentam-se cenas marcantes ou engraçadas, anuncia-se a expectativa em torno do próximo capítulo. As personagens das novelas parecem sujeitos que circulam entre elas, como iguais.

3. Homo, hétero ou bissexualidade: a identidade sexual das travestis

É de senso comum e de categorização segundo alguns trabalhos científicos a classificação das travestis como homossexuais. Entretanto, ao se questionarem os critérios pelos quais elas possam assim ser reconhecidas, chega-se a certos impasses.

O primeiro deles é que, se for levado em conta o sexo biológico como critério de classificação, se incorre no erro de se engessar a realidade social sob os ditames do discurso biológico, o

⁷ Ver Heloísa Buarque de Almeida (2003).

qual tanto se tenta desconstruir a partir da reflexão antropológica. O segundo consiste no fato de que, ao se tomar o gênero, se corre o risco de, por um lado, ocultar a identidade das travestis sob a identidade das mulheres e, por outro, impedir que novas categorias se criem por meio da imposição de modelos hegemônicos de heterossexualidade e homossexualidade. Portanto, o mais importante é, antes de se criarem definições fechadas, analisarem-se os discursos do movimento das travestis e as falas das sujeitas que integram o grupo identitário.

Primeiramente, é notável uma descontinuidade – ou um lento processo de divulgação e incorporação de falas – entre o discurso político do movimento e as concepções das sujeitas como observadoras de suas próprias trajetórias de vida. De um lado, redefinem-se identidades, reconfiguram-se contornos conceituais, e produzem-se discursos políticos orientados pela reflexão acadêmica; de outro, as sujeitas, usufruindo do espaço legítimo de que dispõem para conferir sentido à sua existência, veem a travestilidade como extensão da homossexualidade ou como peça pertencente a ela.

Maria Cecília Patrício (2002) observa que suas sujeitas pontuam a diferença entre travestismo e homossexualidade, conferindo à travesti uma identidade independente da categoria *homossexual*. Arrisco dizer, portanto, que, tanto no caso das entrevistadas por Patrício quanto no discurso político encontrado em Florianópolis, a aproximação com homens gays e mulheres lésbicas se dá não pela identificação com um corpo identitário comum – a homossexualidade –, mas pela negativa: a não heterossexualidade.

Assim sendo, o discurso que circula hodiernamente no movimento brasileiro das travestis parte da ideia de que estas, do mesmo modo que as não travestis, são suscetíveis às classificações enquanto homossexuais, heterossexuais ou bissexuais. Segundo a presidenta da Associação das Travestis da Grande Florianópolis, Luana Cotroffi, as travestis que se relacionam com

mulheres ou com outras travestis são denominadas, conceitualmente, *homossexuais*, podendo ser chamadas, nesses casos, *lésbicas*. Quanto às travestis que se sentem atraídas por “homens” – aqueles que assumem papel e representação masculinos e geralmente são ativos na relação sexual –, estas são consideradas *heterossexuais*. Travestis que se interessam sexualmente tanto por homens quanto por mulheres e/ou por outras travestis, por sua vez, são categorizadas como *bissexuais*. Por fim, mais complexa é a relação entre travestis e “gays” – homens assumidamente homossexuais que apresentam performatividades efeminadas e que, geralmente, cumprem o papel passivo na relação; neste caso, de acordo com Luana, a identificação da travesti dependerá da forma como ela enxerga o parceiro: se como “*homem*” ou se como “*gay*”.

Nesse sentido, de acordo com a concepção de Luana Co-troffi e do movimento que ela representa, haveria a seguinte forma de categorização das travestis segundo sua sexualidade:

INDIVÍDUO	PARCEIR@	CATEGORIA
Travestis	Mulheres	Homossexuais
Travestis	Outras travestis	Homossexuais
Travestis	Homens	Heterossexuais
Travestis	Gays	Homossexuais ou heterossexuais
Travestis	Homens + mulheres e/ou travestis	Bissexuais

Quadro 1. Categoria sexual das travestis de acordo com gênero/sexo de seus/suas parceir@s

Considerando-se o quadro acima, nota-se que, para a atual discussão do movimento, a homossexualidade e a heterossexualidade não se constituem como categorias relacionadas à clássica diferenciação entre atividade e passividade nem ao sexo biológico, mas ao **gênero**. Assim sendo, *pessoa feminina* com *pessoa feminina* e *pessoa masculina* com *pessoa masculina* formam pares

homossexuais. No caso dos pares heterossexuais é que o desempenho do homem como ativo o legitima como homem. No caso dos chamados gays, a categorização depende da forma como a travesti que está com ele o classifica. Há, pois, uma diferenciação entre o “gay” e o “homem mesmo”, tal como Peter Fry (1981) identifica as nuances entre “homens” e “bichas” e entre “homens” e “entendidos” em se tratando das relações que envolvem homens que fazem sexo com homens – tomando-se, neste caso, homem em seu sentido biológico/anatômico.

Não, eu acho assim... Vamos supor, uma pessoa que faz programa, uma pessoa de programa, um exemplo. Um homem que sair com uma travesti na rua, não quer dizer que ele tá deixando de ser homem. Eu penso dessa maneira. Só que às vezes a travesti não vai fazer o ativo com ele, vai fazer a passiva. Talvez ele goste de sexo oral com travesti, ou talvez um sexo anal – tem mulher que não faz... Então, se ele tá fazendo isso, não quer dizer que ele vai deixar de ser homem. Aí, a partir do momento em que ele for o passivo, aí a gente já não... Então, a mesma coisa é o companheiro. Não quer dizer que ele vai ser homossexual porque ele tá convivendo com outro homem. Talvez simpatizou, gostou, talvez é o que ele gosta, talvez é uma pessoa enrustida que não tem coragem de se assumir... Não sei. É uma coisa que ainda fica uma dúvida no ar, sabe? (DANIELA).

Porque o homem vê a gente como uma feição feminina, ele vê a gente como mulher. Tem casos... mas tem casos que não. Não é todos eles que são gays. Tem gay que anda com a gente, que gosta da gente, assim como tem mulher também. E tem homem também. Eu sempre digo assim pras meninas assim, ó: o que incomoda... o que atrapalha nossa vida é o preconceito, porque, se não tivesse essa “tachação” de (...) que o homem que anda com a gente, ele é gay, se fosse uma coisa normal, uma coisa liberal pela sociedade, eu te garanto que (...) era difícil encontrar uma travesti solteira! Te garanto. O que ia ter de homem assumindo a gente assim perante a sociedade (...). Mas, por causa desse maldito preconceito que a sociedade botou, que homem tem que casar com mulher e mulher tem que casar com homem, os homens ficam nessa de sair com a gente escondido, né, e não têm coragem de assumir a gente. Tem poucos que têm essa coragem de assumir (ALICE).

Dentre as interlocutoras da presente pesquisa, *gay* é referido, às vezes, no feminino. Aí, provavelmente, reside (ou isso provavelmente representa) a relativização das classificações dos pares formados por travestis e gays na trama hetero/homo/bissexualidade: na medida em que o gay é feminino, sua feminilidade se equipara à da travesti, compondo-se um par duplamente feminino e, portanto, homossexual.

Entre as falas cotidianas das sujeitas que esse movimento representa, entretanto, tal concepção não se mostra homogênea. Discordando das pontuações defendidas pelo movimento, Beatriz argumenta que se reconhece como homossexual, ainda que concorde com a utilização do termo *transgênero* em substituição ao termo *travesti*. Para ela, as travestis podem ser definidas homossexuais porque é com tal identidade que se deparam na fase intermediária entre a formação do desejo e a transformação.

Agora vem aquele papo assim, ó, de que nós não somos mais consideradas travestis – daí, até eu concordo, porque travesti é aquela coisa do palhaço, aquela coisa toda. Somos transgêneros. Eu sou transgênero. Então eu sou “transgênero” e “não sou homossexual porque gosto de homem”. Nada a ver. Eu sou homossexual, sim, porque toda travesti passa pela fase gay. Nenhuma delas sai de lá de dentro da mãe delas com já com brinco na orelha, batom e peito, não é verdade? Todas elas passam pela fase homem pra depois... É uma coisa que vem lá de dentro. Porque assim, ó, não é uma coisa que eu vou ficar. Não é. É uma coisa que já vai indo e tu acaba indo (...). O homossexual é o quê? Não é um homem que gosta de homem? Nós também não somos homens? (BEATRIZ).

Daniela, por sua vez, acredita que a travestilidade é uma das dimensões da homossexualidade, sendo esta, portanto, uma grande categoria que envolve todas as formas do chamado “comportamento desviante” (VELHO, 1974) em termos de sexualidade – lesbianidade, homossexualidade masculina, travestilidade. A partir de uma grande categoria denominada homossexualidade, haveria diferenciações identitárias internas a ela.

Na verdade, na verdade, [a travestilidade] tá envolvida no homossexualismo, porque daí tem as transex, que são as operadas, que já... se você for ver, ainda somos homens, tá? Aí tem as transex, que são as operadas, né? Então eu acho que é um homossexual. Eu acho que é. Na minha opinião, é. Porque daí tem a drag e a travesti; aí a gente define, entendesse? A drag é aquela que de dia é homem e à noite se veste de mulher. E a travesti, não. A travesti é aquela que se veste vinte e quatro horas por dia de mulher. Mas não deixa de ser gay, homossexual. A mesma coisa uma mulher, uma lésbica, no caso. Ela tá englobada no homossexualismo. É homossexual. É a palavra. Eu acho que... seria isso. Porque, quando você fala de homossexualismo, você tá englobando tudo: desde lésbica, travestis, gays... A verdadeira palavra é homossexualismo (DANIELA).

4. O lugar social e profissional das travestis: a rua como emprego

O movimento das travestis tem tornado positiva a atividade da prostituição no sentido de torná-la uma atividade profissional, um emprego. Entre as travestis entrevistadas, apenas Daniela não atua como profissional do sexo; segundo ela, “*largou a rua*” assim que adotou Diego. Dentre as que trabalham na “rua”, há aquelas que, sem muitas reclamações, veem na “rua” sua fonte de renda, ao passo que outras a ela se rendem por falta de espaços sociais que as contemplem.

Alice e Eliana, por exemplo, valorizam a profissão que a “rua” abriga. Alice define a prostituição como qualquer outra profissão, por meio da qual ajuda seus familiares – sobretudo a mãe – e investe no aperfeiçoamento e na segurança do terreno – com a construção de muros, instalação de portões automáticos, etc. Sempre viveu em Florianópolis, tendo passado alguns meses trabalhando na Itália. Eliana diz que “*deve à rua*” tudo o que tem e que construiu, de modo que não se coloca no lugar de reclamar da profissão. Seu grande projeto – que ela repetia ao longo de toda a entrevista – é poupar dinheiro para comprar seu próprio apartamento: “*eu quero meu, meu apartamento, no meu nome*”.

Apesar disso, revela seu receio em estabelecer novos laços de solidariedade e de vizinhança em outro local: “*eu também gosto daqui. Não é que eu goste, eu acho que as pessoas já se acostumaram comigo aqui (...). Agora, ir pra outro lugar, até as pessoas se acostumarem com a gente... é difícil (...). É, sim, mexem com a gente*”. Eliana, diferentemente de Alice, morou em Curitiba, onde trabalhou para uma cafetina. Em Florianópolis, enfrentou muitas dificuldades para ter seu direito a um ponto na rua:

Aqui eu apanhei pencas. Apanhei da B., da V., da B. Elas me arastavam pelo cabelo... é. Elas iam me jogar na frente de um carro. Aí os milicos pegaram, saltaram do ônibus e me salvaram. Mas todas elas que fizeram isso comigo já foram (...). Apanhei horrores. Aí uma amiga minha me levou pra Curitiba. Aí fiquei em Curitiba, lá na cafetina (ELIANA).

Através de sua história, Eliana – como também o fez Eduarda – descreveu os mecanismos coletivos de solidariedade e de rivalidade presentes na cidade de Florianópolis, o que, segundo elas, não é comum em cidades como Curitiba, onde ela morou, e São Paulo, onde Eduarda trabalhou por um tempo, também sob o sistema de cafetinagem. Segundo as palavras de Eliana, em casos de desavenças entre travestis em Florianópolis, “*elas não vêm em uma, elas vêm em um montão*”. Aqui, de acordo com as interlocutoras, as travestis se organizam em grupos, os quais servem de refúgio e de exército de vingança nas brigas de rua. Durante a estada em campo, foi-me possível, por exemplo, acompanhar as discussões em torno de um episódio ocorrido na madrugada anterior à minha visita em que o marido de uma travesti ameaçara uma de minhas interlocutoras e algumas outras meninas com uma faca. Ele foi preso, mas foi logo solto, já que a ameaçada não se dispôs a ir, àquela hora, até o centro para registrar a queixa. Ela ligou, então, para a companheira do rapaz, cobrando explicações. Esta lhe disse que o marido a ameaçara pedindo dinheiro também. Elas levantaram a hipótese de que a travesti mentia para não ser

responsabilizada pelo crime; caso a hipótese estivesse correta, as envolvidas se juntariam para “*dar uma surra*” na parceira do ameaçador.

Eduarda, entretanto, salienta que, em São Paulo, não havia essa coalizão de travestis para a defesa uma da outra, sendo que ninguém se intrometia nas discussões alheias já que não se sabiam quais as razões para o conflito. De acordo com seus depoimentos, os casos de violência eram frequentes em São Paulo, por conta dos homens e dos policiais, sendo que aqui, entretanto, os episódios violentos se devem a intrigas internas ao grupo das travestis. Eduarda avalia que “*aqui elas são uns verdadeiros animais*”, pois se intrometem na vida alheia e se envolvem em confusões. Em São Paulo, segundo ela, “*você é você, e ela é ela*”, de modo que uma não se envolve na vida da outra. As travestis se conhecem, são amigas ou colegas, mas a vida de uma não chega a dizer respeito à outra, e não se fazem “*fofocas*”, o que Eduarda explica pelo fato de as travestis que estão lá terem o objetivo de se transformar e de conseguir seu dinheiro, estabelecendo-se como tais, de modo que não dispõem de tempo para cuidar da vida alheia – “*isso que é bom, porque fica numa cidade grande, a gente tem cafetina. Lá tem bicha de tudo que é canto, né (...)? Então ninguém fala assim uma da outra*”. Dessa forma, as que estão em São Paulo lá residem “*com o objetivo de crescer*”. Aqui em Florianópolis, entretanto, as travestis já teriam “*a vida feita*”, casa, compromisso, o que as liberaria da preocupação em arrecadar fundos, apresentada pelas que estão em São Paulo. Em compensação, quanto aos policiais daqui, Eduarda diz não haver do que reclamar, visto que eles sempre a ajudaram quando ela precisou e sempre a cumprimentam.

Cecília e Eduarda, por sua vez, almejam seguir outras carreiras. Cecília, muito embora não faça diretas reclamações sobre o trabalho na rua, sonha recorrentemente em continuar seus estudos, ingressar em uma Universidade e seguir uma profissão de

prestígio. Desde o primeiro contato com Cecília, esta me revelou sua aspiração a uma carreira jornalística, pensando, em segundo plano, na área de moda, embora seu desejo mais intenso fosse concluir um curso de medicina veterinária. Ela concluiu o Ensino Fundamental por meio de um supletivo oferecido pelo Instituto de Educação da cidade.

O caso de Eduarda, todavia, mostra-se mais instigante à pesquisa. Ela guarda insatisfação com o *“trabalho na rua”*. Segundo ela, embora a mãe reconheça “a rua” como profissão, considera melhor a ocupação anterior. Questionada sobre qual era seu ofício, Eduarda respondeu: *“eu sou formada em Farmácia”*. Em seguida, completou: *“passei no vestibular e tudo, só não fiz a faculdade porque fui embora pra São Paulo”*. O curso para o qual foi aprovada foi o da UFSC, porém sequer fez sua matrícula, muito menos chegou a frequentar as aulas. O que mais se destacou em sua história foi o fato de que, apesar disso, ela me respondeu ser *“formada”* em Farmácia. Pensei que, entre as travestis do grupo estudado, a educação básica é tão difícil que completar o Ensino Médio e passar em um concurso vestibular são sinais extremamente fortes de elevação intelectual e de capacitação profissional – ou seja, não importa seu diploma no curso, mas a simples oportunidade de ingresso no mesmo já lhe garante uma posição de quase profissional, de quase graduada. Além disso, o projeto acadêmico não corresponde ao valor central no conceito de felicidade na vida das sujeitas, na medida em que o desejo e a manifestação dele se mostram essenciais para uma vida aceitável. Isso se percebe pela seguinte fala:

Eu: Tu não chegou a fazer o primeiro ano?

Eduarda: Nada. Eu simplesmente passei e não fui lá fazer a matrícula, nada. Mas... tudo é uma experiência, né? Fazer o quê? O que que adianta ser tudo aquilo lá e não ser feliz, né? Agora, eu sou feliz. Às vezes dá uma tristeza, né, uma coisa ruim. Mas nada que a gente não supere.

Eduarda contou que ainda tem a intenção de fazer um curso superior ou um curso técnico. Observei seu desejo em dedicar-se à área da saúde, uma vez que, depois de ter tentado farmácia, ela conserva o interesse em um curso de enfermagem e o real desejo de um curso de medicina – sonho do qual abriu mão tendo em vista a demora que enfrentaria para se formar. Por várias vezes, comentou que “*nunca é tarde*”. Parece-me que ela repete para si mesma como um meio de não desistir desse ideal, mesmo diante de quaisquer óbices que se apresentem e atrasem suas possibilidades. Cecília tem o mesmo discurso: diz que ainda é cedo e que ela ainda tem condições de, mais adiante, fazer seu curso de jornalismo. Nos dois casos – Eduarda e Cecília –, o projeto acadêmico não se fecha em uma possibilidade, mas se amplia a interesses que, difíceis de se concretizarem segundo elas, se flexibilizam em nuances entre cursos mais impossíveis e menos impossíveis. Avaliando seu desejo de voltar a estudar, Eduarda afirma:

Nunca é tarde, né, Fernanda? Eu acho que eles não tão mais olhando pelo que a gente é, mas pela qualidade, né? Então, a gente pode até pegar um emprego. Porque a rua não tá mais dando, não. É complicado, é cansativo, é estressante. No início, tu pensa que é um mar de rosas. Todas adoram, né? Mas não é isso, não. Mas, se alguém falar pra mim que quer ser travesti, eu não aconselho muito, mas... é bom pra gente, mas pra trabalhar na rua não é bom, não. A pior parte que tem em ser travesti é isso: trabalhar na rua” (EDUARDA).

Reforçando ser a prostituição o aspecto ruim de ser travesti, ela contou que, antes de trabalhar na rua, trabalhou em uma farmácia, em um laboratório clínico e cuidou de uma pessoa doente; arrepende-se de “*não ter terminado a faculdade*” e reclama do investimento de tempo em seu preparo estético para poder trabalhar na rua. Eduarda também comenta que “*quinta e sexta, então, é melhor ficar em casa*”, por conta do fraco movimento fora da praia nesta temporada. Continuei a conversa:

Eu: Eles estão na praia...

Eduarda: É, eles tão na praia, ainda mais com esse calor, né?

Eu: Daí, ônibus, é uma grana para vocês se locomoverem até lá, não?

Eduarda: Onde?

Eu: Assim, pra vocês irem pra praia, né?

Eduarda: Não é... Aqui não tem união, Fernanda! As de lá não deixam nós ir pra lá, e as de cá não deixam elas vir pra cá, entende? É lógico que não é todas, tem gente que não concorda com isso, mas a maioria é assim, né? Então tu tem que ficar aqui. Faça frio, faça chuva, faça sol, tu não pode sair dali. Eu não posso sair do meu ponto e vir ali no Estreito. Não posso sair do meu ponto e ir ali pro Kobrasol. Não dá! É no teu lugar e pronto. Lá em São Paulo, não. Lá em São Paulo, tu vai aonde tu quer, né? Só dizia “ah, essa tá na casa da fulana de tal” – todo mundo te respeita. Lá existe uma cafetina chamada Elizete. Ela tem dois prédios enormes, apartamento grande, grande... Ali tu vê travesti de tudo que é canto. Tem elevador, tu entra ali, é tudo que é tipo: loira, morena, preta, branca, baixinha, alta... de tudo que é canto. Então, daí tu mora assim nesses lugares e é bom, assim, porque eu acho que é só o nome cafetina, porque, se você for pr’um lugar, você tem que pagar uma pensão, não tem? E elas não deixam de ser mais ou menos uma pensão. Porque lá você tem onde dormir, onde morar, o que comer, né? E ainda é conhecida por elas, pode ficar na rua que elas têm as partes delas, né, são conhecidas.

Eu: Então tu te sentias mais amparada com cafetina?

Eduarda: É. Todo lugar pra fora tem cafetina, só aqui que não. Aqui, porque elas têm a vidinha independente delas, cada um tem a sua casa, não existe isso. Então não pode vir ninguém de fora, e a gente tem que ficar assim, sempre no teu canto.

Eu: Daí, nessa época...

Eduarda: É, a gente quer ir pra praia e não pode. Que a gente ia ganhar mais, né, na praia. Aí, não dá.

Por conta da frequência de discussões e de “confusões”, Eduarda disse que não faria nada no carnaval, apenas trabalharia (ela trabalha cedo e volta para casa à meia-noite, pois é nesse horário que “começa a confusão”). Segundo ela, “elas descontam tudo no Carnaval”, provocando brigas com pessoas com as quais têm rixas nesse momento.

Beatriz é que mais demonstra repúdio à prostituição. Sente-se mal por ter de arrumar-se, investir em sua imagem, para es-

tar com homens desconhecidos ou que não lhe agradam. Afirma que só trabalha na “rua” por necessidade financeira, o que a faz, segundo ela, subir a rua com desânimo quando não consegue dinheiro e subir animada e velozmente nas noites em que tem sucesso financeiro.

Tô na rua, mas a rua, vou te dizer assim, ó, vou ser bem sincera: eu nunca gostei de rua, não gosto de ir pra rua, vou pra rua por obrigação, por necessidade. Tinha uma época que até ia com gosto porque estava separada dele [Bernardo]. Tinha aquela vontade de ir pra rua pela amizade e pelas amigas, mas gostar, eu detesto. A maior raiva que eu tenho, mas raiva que dá, o pior é a hora que eu tiro a roupa quando volto pra casa. Ter que me arrumar, perfeita pra aturar desaforo... (BEATRIZ).

Os casos apontados vão ao encontro da classificação que Larissa Pelúcio (2005) elabora a respeito dos significados que a atividade da prostituição adquire para suas sujeitas: como atividade da qual não têm orgulho mas que exercem como temporária e por necessidades financeiras; como meio de se obterem bens e ascensão social; como profissão, meio de subsistência e de sociabilidade. Se para Alice e Eliana a rua é uma profissão como qualquer outra através da qual obtêm seus meios de subsistência, para Eduarda e Beatriz ela se mostra um caminho não dignificante do qual dependem.

Há, aqui, de se tomarem notas de um complexo jogo de lugares sociais, estigmas, sonhos e realidades duras. Ainda que Cecília e Eduarda planejem completar os estudos e exercer uma profissão dita “qualificada”, tais projetos permanecem no plano dos desejos e dos sonhos. À medida que o tempo passa, esses projetos se intensificam, porém também se tornam ainda mais distantes. Cecília, por exemplo, conta que, dentre outros motivos, deixou o curso supletivo do Ensino Médio em virtude da intolerância de uma das coordenadoras da instituição, que não lhe permitia usar o banheiro feminino e não lhe respeitava a identidade feminina.

O que parece é que, embora ambas reconheçam a inex-

istência, hodiernamente, de espaços sociais e profissionais às travestis que não a margem e a prostituição, elas nutrem expectativas de uma alternativa salarial para além da rua, que, inclusive, lhes garanta segurança financeira quando estiverem mais velhas e espaços morais socialmente legítimos e mais seguros.

Embora haja casos isolados, distribuídos pelo mundo, de travestis que alcançaram um lugar político, sucesso televisivo ou conquistas em algum ramo de negócios – sobretudo na costura e nos salões de beleza –, trata-se meramente de casos episódicos que encenam uma suposta abertura ou democratização social. A realidade é que a travestilidade e os espaços profissionais soam socialmente tão incompatíveis que a própria Eduarda colocou seu desejo e a Universidade como caminhos inconciliáveis, dentre os quais teria de escolher apenas um. Entre a educação superior e seu desejo, Eduarda optou pelo meio que lhe garantiria o que ela denomina felicidade.

Assim sendo, quando a sociedade abrangente estará preparada para receber suas travestis nos bancos das escolas, para abrir-lhes espaços nos ambientes universitários? Quando ela passará a aceitar como corriqueiro – e não como episódico ou politicamente correto – que travestis atendam em hospitais, escrevam colunas para jornais e revistas, lecionem? Os espaços sociais e profissionais foram cerrados de tal forma que parecem soar ininteligíveis se aproximados ou conjugados à travestilidade.

Em se tratando de espaços físicos, a Itália é a referência entre as travestis profissionais do sexo; é recorrente nas trajetórias e nos desejos das travestis. Segundo as entrevistadas, trata-se do país em que a prostituição travesti mais proporciona dinheiro. Larissa Pelúcio (2005) esclarece que, se na década de 1980 Paris era a grande referência na rota da prostituição travesti, a Itália se tornou o novo ponto de atratividade de prostituição travesti na década seguinte. A temporada de trabalho na Europa assegura que as travestis invistam em novas tecnologias de modelamento

de seus corpos, possibilita-lhes ascensão social, permite-lhes que ajudem a família, garante-lhes “acesso a bens materiais e simbólicos” (PELÚCIO, 2005, p. 227) e lhes oferece uma nova categorização por prestígio, uma vez que acumulam experiências e “se passam por mulheres” em virtude das tecnologias empregadas.

No que tange ao projeto de se viajar a trabalho a outro país, Beatriz esclarece que o importante é ir à Itália para conseguir juntar dinheiro suficiente para viver bem na volta ao Brasil. Afirma que é um erro gastar o dinheiro conquistado com o trabalho na rua comprando roupas ou joias caras ou adquirindo carros luxuosos ao voltarem. Para Beatriz, o mais certo a fazer seria guardar o dinheiro e comprar uma casa no Brasil, para se deixar de viver de aluguel e para que a “rua” se torne uma prática menos recorrente ou com clientes “selecionados”. Beatriz tece críticas àquelas que pensam em adquirir carros e continuam sem a casa própria. *“O que mais tem nesse Kobrasol⁸ são italianas que fazem varejo”* – diz Beatriz, referindo-se às travestis que viveram na Itália e que atualmente fazem programas por preços ínfimos. Outra realidade que torna mais vulneráveis as travestis que utilizam o dinheiro ganho nas “ruas” com a aquisição de bens supérfluos é o fato de que, uma vez capturadas, as travestis são deportadas sem direito a nada – *“viajam só com a roupa do corpo”*. As travestis que vão à Itália a trabalho estão também vulneráveis a casos de cafetinas que apreendem seu passaporte e não as deixam voltar ao país de origem, obrigando-as a continuar trabalhando. A Itália é, portanto, na visão de Beatriz, um investimento bastante arriscado: a viagem lhes custa cerca de cinco mil reais, sendo que não há garantias de que consigam entrar no país; a entrada é ilegal, e, apesar de todas as dificuldades com a cultura e com a língua e de todos os sentimentos que as fazem querer voltar, precisam permanecer ao me-

8 Kobrasol é um bairro situado na cidade de São José, que integra a microrregião da chamada Grande Florianópolis.

nos até conseguirem compensar o dinheiro investido. Além disso, os próprios laços de amizade podem ser ressignificados na visão dela – as que são amigas aqui, têm de se virar individualmente ao chegarem à Itália. Diferentemente, Eliana e Eduarda projetam que “*a que for primeiro leva a outra*”, compondo-se redes de solidariedade e de amparo.

Alexandre Fleming Câmara Vale (2005) também aborda o tema da migração das travestis que trabalham no mercado do sexo, tomando como campo as cidades de Fortaleza e especialmente Paris. O autor detecta que o estigma oriundo da efeminação supõe a busca por lugares em que as sujeitas se sintam menos discriminadas, o que implica migrações internas ou mesmo externas ao país. Segundo ele, o processo de feminilização, a violência e a injúria, a prostituição, e os prós e contras do processo migratório são elementos muito presentes na biografia travesti/transgênero em se tratando do universo estudado. As sujeitas de sua pesquisa apontam, de fato, para convergências narrativas que pincelam uma espécie de roteiro da migração sexual travesti: o desligamento em relação à família para a transformação as impulsiona a deixar o lar e a cidade, sendo que a Europa representa o lugar ideal do exercício da prostituição.

5. As travestis e as transexuais

É recorrente, entre as travestis, a referência às transexuais como um “outro” em relação ao qual elas demarcam sua identidade por meio da diferenciação. Essa distinção, por sua vez, é mais política e subjetiva do que material, o que põe em dúvida os critérios exclusivamente corporais de que as definições comumente partem.

Maria Cecília Patrício (2002) é quem aponta para uma perspectiva bastante diferenciada a respeito do que é ser travesti com relação à literatura até então produzida e ao senso comum. Ela

observa, entre suas sujeitas – travestis de Campina Grande/PE –, que travestis não são apenas aquelas pessoas que se vestem permanentemente com roupas do sexo oposto, mas aquelas que, “em alguns momentos do dia, no seu trabalho e no meio em que vivem, mostram estar envolvidas totalmente com o travestismo, a ponto de em alguns destes momentos ser necessário que os próprios travestis se considerem como tais figuras” (PATRÍCIO, 2002, p. 86). Para ela, o travestismo não só engloba as personagens que se assemelham, mas também as que “se denominam como tais” (idem, p. 87).

Em seus estudos com as travestis de Porto Alegre/RS, Marcos Benedetti (2000) pontua que a categoria transexual, de origem médica e psicológica, ainda é estranha a grande parte do grupo pesquisado. Benedetti aponta como diferenças entre travestis e transexuais a conclusão de um debate do grupo de travestis do GAPA/RS: enquanto as transexuais negam sua genitália, as travestis assumem a ambiguidade e fazem uso dela. Dessa forma, as transexualidade parte de um modelo em que masculinidade e feminilidade são rigidamente demarcadas e separadas. O autor observa, em seu campo, que as interlocutoras que se identificam como transexuais são, geralmente, aquelas que tiveram acesso ao saber psi e biomédico, e, assim, acessam a cirurgia de transgenitalização como forma de “tratamento” à sua “doença”.

Dentre as travestis entrevistadas de Florianópolis, a extirpação do pênis não figura necessariamente como o elemento de diferenciação entre elas e as transexuais. O principal diferenciador consiste no sentimento identitário que cada uma porta. Nesse sentido, *ser travesti* se distingue de *ser transexual* na medida em que este implica uma incorporação do sentimento de que se é uma mulher em desacordo com o corpo anatomicamente feminino, enquanto aquele concerne a uma percepção de si como travesti – não homem, nem mulher –, como um indivíduo feminino transmutado que reconhece toda a sua trajetória de socialização

masculina proveniente do corpo biológico.

Um dos momentos do campo mais capazes de desconstruir as definições corriqueiras e generalizadas sobre os critérios de clivagem entre a travestilidade e a transexualidade diz respeito à observação de Alice:

Um dia eu vou me operar. Eu tenho esse sonho de me operar. Mas não é porque eu sou transexual, entendeu? Eu sou travesti, mas eu gostaria de operar. Eu me sentiria melhor de operasse, por N motivos, entendeu? A questão do teu companheiro, a questão de tu ir pra praia, botar uma calcinha... N motivos. Não porque eu sou mulher ou quero ser mulher. Não é isso. Eu quero ser travesti com uma vagina, entendeu? Não é porque eu sou transexual (...). Eu sou eu, sou eu; gosto disso, gosto disso; sou totalmente... Daí alguém "ai, eu queria ser isso", daí já cria um outro clima de... Ai, N problemas na vida delas pra conseguir isso ou pras pessoas ficarem com pena delas ou pras pessoas aceitarem elas. Eu fico louca, assim, às vezes (...) (ALICE).

Enquanto Eduarda sonha com a cirurgia de transgenitalização, Beatriz demonstra todos os seus receios com relação ao processo. De acordo com Beatriz, na Itália aquelas que operam têm o direito de imediatamente trocar o nome em seus documentos de identidade. Em Porto Alegre, segundo ela e Alice, há meios para se fazer a cirurgia, sendo que uma das condições é que se realize tratamento psicológico por dois anos a fim de que a intervenção “*não provoque perturbações*” às requerentes. O processo de mudança de sexo, entretanto, apresenta complicadores bastante delicados, salientados por Beatriz: a “*rua*” se torna menos lucrativa (“*travesti sempre chama mais a atenção, até mais do que uma mulher bonita*”, pontua Beatriz); pode haver arrependimentos grandes caso a mudança seja feita em favor de um amante (o relacionamento poderá não durar para sempre, e as pessoas devem ser amadas do jeito que são, do ponto de vista de Beatriz). Por isso, “*tem que pensar muito*” – como salienta Eliana. Roberta Close é uma figura recorrentemente citada quando o assunto é transgênero, servindo como referência em suas reflexões sobre a

cirurgia e sobre a afirmação de identidades.

Elaine e Beatriz me relataram casos de travestis ou de gays que cortaram o pênis com lâmina ou outros instrumentos cortantes. Uma delas, relata Beatriz, entrou em um táxi, pediu que o motorista a levasse ao hospital e, no trajeto, cortou o pênis. Eliana conta sobre um gay que se castrou no banheiro, em uma festa, com uma lâmina. Beatriz argumenta que se trata de ilusão cortar-se pensando que os médicos reconstituirão a genitália confeccionando uma vagina, pois o que fica é uma espécie precária de buraco, segundo ela.

As travestis dispõem de um conjunto tal de saberes sobre a transgenitalização que as alerta para uma ideia de irreversibilidade do processo e as faz levar em conta sua trajetória e a marca sexualmente mais significativa de seu corpo primeiro. Tomando-se esses saberes, a ideia de que a corporalidade é um valor importante entre as travestis se torna ainda mais significativa. Larissa Pelúcio (2006), ao diferenciar as travestis das transexuais, pontua a centralidade do corpo e da corporalidade no sistema simbólico e das representações sociais das camadas populares e das classes médias baixas, dentre as quais é maior a incidência de travestis, ao passo que, em geral, as transexuais pertencem a classes média e média alta e se imbuem de categorias médicas e psicanalíticas.

CAPÍTULO 5
Relações familiares segundo o
retrato e o relato das sujeitas

1. Aceitação e posicionamento dos pais

De acordo com Luana Cotroffi, presidenta da ADEH, a cidade de Florianópolis apresenta especificidades no que tange às sociabilidades e às relações familiares das travestis à medida que a maioria delas vive com os familiares. Além disso, não existem, na capital catarinense, “casas de cafetinagem”, o que as inclina a morar com a família ou com amigas. Assim sendo, o abandono do lar ou a ruptura com a família, fatores observados em outras cidades do sul do país (FLORENTINO, 1998; PERES, 2003), não são recorrentes em Florianópolis.

De modo geral, os pais e as mães aceitam a assunção da identidade travesti por parte de seus filhos. Porém essa aceitação se dá por meio da comparação a outras situações ditas de “desvio” (VELHO, 1974) que eles considerariam menos aceitáveis, como o envolvimento com drogas ou com atos criminosos.

Beatriz guarda grande admiração pela mãe, que criou os filhos diante de preconceitos em função do abandono por parte do marido e do casamento “arranjado” com um homem bem mais velho. Claudia Fonseca (2000, p. 68) observa, entre grupos de camadas populares em Porto Alegre, que, mesmo que, quando jovens, sejam submissas aos maridos, o poder das mulheres se amplia à proporção que as crianças vão crescendo, “graças à sua relação privilegiada com filhos adolescentes e adultos”.

Beatriz afirma que, apesar das diferenças entre elas, não suportaria perder a mãe.

O único homem era eu. Tenho duas irmãs. Minha mãe, quando nasceu meu sobrinho, pegou como filho, porque o único filho dela virou moça. Mas a minha mãe me adora, tadinha! Ela me aceita, ela não tem preconceito nem contra homossexual...é uma “raça” – porque não se diz raça, mas ela diz que é raça – que ela mais valoriza, porque são pessoas que não são ladronas; ela tem preconceito contra coisas erradas, né? Ela diz que prefere ter um filho “viado” do que ladrão, porque ela não se preocupa com problema de polícia, de droga... (BEATRIZ).

De fato, dona Betina se mostra constantemente preocupada com o envolvimento de seus familiares com atos ilícitos que impliquem a ação da polícia e o questionamento de seus princípios e de sua conduta moral. Ela costuma salientar os aspectos que, segundo seus códigos, enaltecem moralmente Beatriz. Há, porém, uma simultânea desvalorização da identidade travesti à proporção que o discurso elenca atributos de compensação que encubram a sexualidade das sujeitas.

Com Eliana, a narrativa se repete em linhas gerais. Caçula, Eliana perdeu a mãe cedo, aos quatro anos de idade. Foi a irmã já falecida que a criou depois da morte da mãe, sendo que a madrasta terminou de criá-la. Sempre teve muito apoio da madrasta, que lhe comprava calcinhas e pulseiras, que a ajudava “*a pular a janela*” e que convenceu o pai a aceitar a travestilidade do filho – “*deixa, ele quer ser assim; melhor ser assim do que ser um marginal, um ladrão*”, argumentava a madrasta. É móvel a trajetória de Eliana desde que saiu da casa do pai. Inicialmente foi para a casa da família de uma amiga mulher cuja mãe era prima de sua mãe, ou seja, saiu de sua casa para a casa de parentes. Essa família possuía uma padaria, na qual Eliana passou a trabalhar. Continuou a viver com aquela família até quando seu pai adoeceu e a chamou de volta. Eliana viveu com o pai até seu falecimento.

A ideia de que é melhor ser travesti do que ladrão ou usuário de drogas soa semelhante ao discurso do “mal menor” em se tratando da adoção, por indivíduos ou casais homossexuais, de crianças abandonadas – discurso segundo o qual é preferível que uma criança seja adotada por homossexuais a que viva nas ruas. Em outras palavras, os direitos ao respeito e ao reconhecimento nunca são plenos, mas dependentes de uma comparação a uma situação supostamente inferior e menos aceitável do que aquela de que se trata. É só relacionando-as a outras pessoas ou grupos situados à margem social que elas se tornam dignas de aceitação

e de respeito – no seu aspecto político.

A força da figura da mãe e a distância em relação às drogas e ao crime também são presentes no conjunto de valores de outra das sujeitas da pesquisa, Alice. Ana, a mãe, criou sozinha os onze filhos a partir de quando abandonou o marido por “*problemas*” de relacionamento que este causava, segundo Alice, que, evitando falar do pai, não ofereceu detalhes a respeito dos motivos que levaram a mãe a se desligar do marido. Dona Ana, extremamente religiosa e adepta do catolicismo, aceita a filha travesti, muito embora Alice acredite que a mãe guarde suas convicções religiosas que se opõem à sexualidade da filha. Alice narra um episódio que representa bem o quanto as mães, bem como outros membros da família, são envolvidas, diante da comunidade, pela assunção da identidade travesti pelos filhos.

Sabe, uma vez eu tava com a mãe e com as minhas irmãs, eu fui na casa de uma das minhas irmãs ali na Caieira. Passamos lá e aí a gente encontrou uma amiga da mãe da Igreja, uma senhora. Aí, a mulher... passada aquela coisa toda, “ai, são tuas filhas?”. Aí a mãe assim: “é, essas aqui são as minhas filhas, e esse aqui é meu filho”. Aí ela olhou pra mim e “ai, teu filho?”. Aí a mãe assim “é, meu filho”. Aí ela olhou pra cara da mãe e “ai, Ana” – porque o nome da mãe é Ana, né? – “ai, Ana, tu já levou ele no médico?” – bem assim. Aí eu olhei pra cara dela e disse assim: “não, querida, a mãe só me levou no médico quando eu era criança; quando eu tinha problema de saúde, a mãe me levou no médico, mas eu não sou doente pra ir pra médico”. Aí ela olhou assim, entendeu? Mas, assim, eu respeitei... eu dei uma resposta... como ela era uma pessoa idosa, né, então dei uma resposta assim suave, respeitei ela, né? Se não fosse, acho que eu ia ser mais agressiva, assim, ia mais a fundo com ela [risos] (ALICE).

Já Eduarda, a travesti que é filha única, confirmou ter sido bem aceita pelos pais, mas citou primeiramente a mãe para falar da reação positiva dos familiares quanto à feminilização do seu corpo. O pai, porém, não sabe que Eduarda trabalha na “rua”, o que ela não lhe contou por saber que ele não aceita tal profissão à filha – apenas a mãe conhece o fato. Esta, por sua vez, costuma

visitá-la com frequência e permanece na casa por bastante tempo cada vez que vem para a cidade: “*a minha mãe tá direto aqui. Agora, ela vai vir essa semana, eu acho (...). Ela quase mora aqui. Ela prefere ficar mais aqui do que lá! Ela vem, ela fica meses... não é dias, é meses!*” [risos]. Não houve relatos de conflitos por conta de sua identidade de gênero. O máximo de repreensão que ela enunciou foi em tom cômico, referindo-se à insinuação feita pelo pai de que a homossexualidade e a travestilidade foram resultados do “excesso de mimo” que ela recebera sendo filh@ únic@.

Depois, quando eu comecei, daí meu pai dizia assim: “viu o que que dá tu mimar demais?” – pra mãe, ele dizia. Aí depois é que ele... aí eu disse assim: “não é coisa de mãe e pai, é porque tinha que ser!”. Mas eles sempre me mimaram os dois. Até hoje! Eu pedia boneca, eles me davam boneca. Eu pedia coisas de menina, eles me davam.

Incutidos nesse “mimo” se encontram os desejos de Eduarda. Tal como as sujeitas da pesquisa de William Siqueira Peres (2005), Eduarda relata uma forma de apropriação do universo feminino anterior à sua transformação, apontando para um *sentir-se feminina* anterior mesmo ao contato com o projeto identitário que criaria para si. Esse dado suscita questionamentos referentes ao momento de origem desse desejo, às circunstâncias que possibilitam às sujeitas – ou aos sujeitos, no caso – modelar seus desejos a partir da internalização de experiências e da construção da subjetividade. Os relatos sobre infância recorrentemente levam a esse contato com o universo lúdico de socialização feminino. Assim como Hélio Silva (1993) desafia as “explicações” de cunho psicológico que, muitas vezes, se reduzem à oposição biológica/psicologia para definir as identidades travestis, faz-se necessário, aqui, transpô-las também no sentido de se captarem os significados sociais de determinadas práticas de sociabilidade e suas implicações na construção dos sujeitos a partir da ideia de que estes não se produzem independentemente das representações

sociais que os circundam.

Eduarda ainda explica a infância como uma fase “*parada*”, em que os pais não a deixavam brincar com ninguém. Seu trajeto incluía colégio e curso, com horários tomados pela necessidade de estudar – “*pergunta alguma coisa, vê se eu lembro! Não lembro mais nada. Fiz curso de inglês, não lembro uma palavra mais*”. A adolescência também foi, segundo ela, marcada pelos estudos, sendo que ela também não dispunha de vontade de sair de casa – “*até que um dia me deu uma depressão, eu digo: ‘agora eu vou ser o que eu quero ser; tchau, mãe, tô indo embora’.* *Daí eu vim embora e comecei. E agora eu tô até hoje*”. É significativo que Eduarda mencione a assunção do desejo como elemento de oposição entre a fase da vida em que vivia dentro de casa e o momento em que decide sair dela. De um lado, avalia-se que, para Eduarda, oriunda de outra região de Santa Catarina, a mobilidade (PATRÍCIO, 2002) e a migração (VALE, 2005) constituam possibilidades compatíveis com o processo de afirmação de sua identidade travesti; de outro, é possível, sob cautela, inferir que foi a assunção da identidade um momento em que a travesti assumiu seu lugar de sujeito (ou de sujeita), visto que ela associa o desejo de transformar-se e o rompimento com a depressão ao abandono do lar (FLORENTINO, 1998; BENEDETTI, 2000; PERES, 2005) ao qual ela se confinava durante a infância e a adolescência.

Cecília e Daniela, que possuem filiações diretas – por consanguinidade ou por adoção – são representantes de um modelo familiar que, nas palavras de Claudia Fonseca (2002), “*soma mães*”, biológica e adotiva. Assim sendo, elas já possuem a experiência de modelos não padronizados pelo discurso dito hegemônico, tendo-o, pois, desnaturalizado através de suas vivências. Cecília convive com as mães biológica e adotiva, considerando mais oficialmente mãe aquela que a criou. Mas a maternagem não se esgota nas duas, já que Cecília diz ter quatro mães: além da biológica e da adotiva, atribui o status de mãe à madrasta (esposa do pai

biológico) e à irmã de adoção, que, sendo mais velha, ajudou na sua criação. Daniela, cujos pais adotivos já são falecidos, mantém pouco contato com a mãe biológica, que, segundo Daniela, sente bastante carinho e orgulho por Diego.

2. Relação com irmãs e irmãos

A relação com irmãos e irmãs compõe um importante cenário na construção das masculinidades e das feminilidades que participam do mundo das sujeitas. Nesse sentido, irmãos e irmãs socializam e excluem o sujeito durante a infância por meio de brincadeiras, durante a adolescência por meio de grupos de amigos e durante a idade adulta por intermédio das redes de solidariedade no interior da família. A todo instante, esses processos – participantes da construção dos sujeitos – estão ordenados pelos universos masculino e feminino, classificando os indivíduos que se associam a cada grupo ou que se afastam deles.

No presente estudo, a intenção é trabalhar com a atualidade, a vida adulta. Percebe-se que é mais incidente a relação das travestis com as irmãs, e mais escassos os contatos com os irmãos. Alice, por exemplo, ao elaborar junto comigo sua árvore genealógica, esquecia-se frequentemente dos dados relacionados aos irmãos homens, inclusive os nomes dos filhos deles. Ao lembrar os nomes e as idades dos sobrinhos, ela objetificava a diferença entre seu relacionamento com as irmãs e com os irmãos. Quando alertada para o fato de que mencionava suas irmãs mas não seus irmãos, Alice explicou que, apesar do respeito dado a ela por seus irmãos, era com as irmãs e com as sobrinhas que ela se identificava. Segundo ela, de “*coisas dos irmãos*” ela não se recorda, já que não possui “*afinidades*” com eles. Há de se sublinhar, também, o fato de que, de modo geral, são as irmãs que vivem mais próximo de Alice e da mãe, ao passo que parte dos irmãos emigrou para outras cidades.

Quanto às irmãs, entretanto, Alice descreve relações e redes de solidariedade e mesmo situações de pequenos conflitos (como o relatado anteriormente). Foi a uma de suas irmãs, Amélia, que Alice prestou ajuda durante e após o processo de divórcio.

A minha irmã passou por muitas dificuldades com o marido dela. Ela dizia que tava sofrendo muito, ela tava até procurando psicólogo, tava só na cama, aquela depressão (...). Aí, chegou até o ponto que ela se separou dele e foi morar junto com a mãe. Mas, como a mãe é uma senhora de idade, sofre do coração, e eu tenho um irmão que é deficiente mental que mora junto com a mãe, e como ela [a irmã] tem pequenininhos (...) e a casa não era muito grande, ficou...ela se sentia muito mal, porque a mãe começa...sabe como é: cinco crianças, numa casa, pequena, com três quartos, aí dormindo no chão...Aí, ela se sentiu deslocada, né? Aí ela tava pensando em voltar pro marido. Aí eu peguei, eu e outra minha irmã, aí nós reformamos a casa ali atrás, né, pra ela. E ela tava morando ali...Aí ela não tinha pia, não tinha mesa; daí, eu comprei pia, comprei mesa, paguei à prestação pra ela. Aí, é assim, né? No que eu puder ajudar, eu ajudo. E eu vejo a pessoa que ela é hoje. Ela tá vivendo de novo (...). Hoje ela vive bem, e isso é muito gratificante, porque assim, ó: ele era casado com ela, e passavam por dificuldades financeiras porque ele não deixava ela trabalhar. Ela ia pra casa da mãe, ele criticava...Um homem extremamente machista, insuportável (...). Hoje em dia, ela trabalha com faxina todo dia; é uma mulher que batalhou mesmo, né? (...) Mas, assim, ela tá alegre...Tu vê os filhos dela; ela faz roupa pros filhos. A vida que os filhos tão tendo agora, eles não tiveram quando o pai tava junto... Lógico que o pai ajuda: dá pensão...aquelas coisas todas (...). E pra mim é gratificante poder ter ajudado. Ele me culpa horrores, né? Me odeia, não fala comigo, me odeia até a morte, né? Até diz que exemplo que eu sou pros filhos dele...Porque eu vou pra praia, levo os meus sobrinhos (...). E sempre assim, né? Mas pra mim não importa o que ele acha de mim; importa o que os filhos dele...o respeito que os filhos dele têm por mim, a adoração que eles têm (...). Quando minha irmã foi se separar, ele veio falar comigo: “ai, vai lá, fala com a tua irmã”...Sabe aquela coisa: “vestido de anjo”? Aí eu fiz um pouco “a maldita” também [risos]. Eu disse “não, eu vou falar com ela”. Mas, quando eu falei com ela, eu disse: “não, não seja louca, tu não és nem louca pra voltar com ele” (ALICE).

Claudia Fonseca (2000) pontua que os homens, no grupo popular pesquisado, ajudam as irmãs e as mães, sendo que esse

auxílio não se reduz às questões financeiras. Os benefícios oferecidos por um homem a uma mulher de sua família apresentam valor simbólico de extrema relevância na medida em que “servem para sublinhar insuficiências do marido dela mais do que para melhorar as condições materiais da mulher” (idem, p. 77).

Cecília explicita sua aproximação ao universo feminino da família ao contar sobre seu papel, junto à mãe e à irmã adotivas (irmã esta a quem ela tem como “*uma quarta mãe*”), na organização das festas de família. Para o Natal, ela e a irmã, Clarice, ficaram encarregadas de organizar a recepção dos familiares na chácara de seus pais, enquanto o pai e o cunhado se incumbiriam da compra e da preparação da carne – atividades, no sistema simbólico das famílias do sul do Brasil, pertencentes ao mundo masculino. O recorte de gênero nas sociabilidades familiares passa, inclusive, pelo sangue, de modo que ele pode ser superado em favor do gênero dos sujeitos envolvidos.

Existe assim: ter mais ou menos afinidade. Eu tenho irmãos assim... que irmão mesmo de sangue... que de pai e mãe eu tenho só um, né? Ele é mais velho que eu, ele tem trinta anos, eu tenho vinte e nove. Então eu tenho menos afinidade com ele, e nós somos irmãos de sangue! Não... a gente não combina, porque ele é muito... ele tem o jeito dele e eu tenho o meu, né? Então eu tenho menos afinidade com ele. E com essa minha irmã, que eu sou... o meu pai e minha mãe... eu tenho o meu pai e minha mãe biológicos e tenho o meu pai e minha mãe de criação, que é o que eu chamo de pai e mãe, né? Meu pai e minha mãe biológicos, eu chamo pelo nome deles. E essa minha irmã de criação... ela me ajudou. Quando eu fui morar com eles, eu tinha dois meses de vida, e ela ajudou a me criar, assim. Então eu tenho ela... ela é irmã... ela é prima, que eles são meus tios; ela é prima em primeiro grau, é minha irmã por consideração e é como se fosse uma mãe, sei lá... uma quarta mãe. Eu tenho a minha mãe biológica, a madrasta e a mãe de criação. Então ela é como se fosse uma quarta mãe, assim. E ela tem esse mesmo sentimento por mim. Quando eu viajo, assim, pra fora, ela mesmo esses tempos tava falando... é que... que eu fiquei fora e daí, quando voltei, ela disse: “nossa, agora, com essa tua viagem que eu vi...”, né, e com a viagem do outro, né, que o outro é irmão dela mesmo de sangue, o mais velho viajou e ela não sentiu falta, assim. Lembra que ele tava fora, tudo, mas sentia mais a minha

falta, pelo fato de a gente ter uma convivência maior, pelo fato de... ó, agora ela tá onde? (CECÍLIA).

Salientar os laços sanguíneos ao mostrar adversidades com o irmão – como que indicando falta de afinidade **apesar** do mesmo sangue –, parece sugerir a ideia de que a genética ou o sangue é responsável pela afinidade no mundo social. Entretanto, o discurso de Cecília, ao sobrepor a afinidade ao sangue, reafirma a sociabilidade e a identidade femininas. Dessa maneira, parece-me que ter mais afinidade com a irmã do que com o irmão também diz respeito a um movimento de afirmação do feminino.

Daniela também demonstrou afinidade com a irmã adotiva, já falecida. Atualmente, auxilia – sobretudo financeiramente – o cunhado, a fim de beneficiar as sobrinhas.

Depois que a minha irmã morreu, daí o meu cunhado ficou sozinho cuidando delas, daí eu tenho uma casinha lá em Blumenau, eu recebi um aluguel lá, agora eu passei o aluguel pra eles, né? O estudo e coisa... Eu não preciso, daí eu peguei e passei pra ele. Não é que eu não preciso, mas é que a gente vive melhor do que ele, com três filhos (...). Uma tá com vinte agora... São três meninas... A outra tá com treze e tem a menorzinha que tá com seis. (...). E essa de vinte, quando a mãe morreu, ela caiu nas drogas. Aí o meu cunhado pediu pra que eu fosse lá conversar com ela, tal, ouvir uma outra pessoa que não fosse ele. Aí, agora ela começou as se tratar. É, porque a falta da mãe é a falta da mãe (DANIELA).

Eliana, por fim, saiu de casa aos dezoito anos não por conta de seus pais, mas por causa de seus irmãos – “*porque eu queria me assumir, né? Mas eu passei trabalho pra me assumir... passei trabalho... apanhei pncas*”. Mostrou a orelha rasgada em uma discussão com os irmãos; contou que, assim que pôs os brincos, tomava o cuidado de retirá-los ao chegar a casa, mas que certo dia se esqueceu de fazê-lo. O abandono do lar se deu porque a casa em que moravam era alugada, sendo que os irmãos ajudavam a pagar o aluguel. Como Eliana não trabalhasse, preferiu sair de casa a arriscar que seus irmãos deixassem o lar, comprometendo

as finanças do pai. Quanto aos conflitos com os irmãos, ressalta que sempre foi feminina e que adora cozinhar (ela é cozinheira); quando limpava a casa, costumava vestir um short e um top e dançar ouvindo música em alto volume. Conta que não queria que os peitos surgissem, já que morava com a família. Sua intenção era remodelar quadril e bumbum, mas os peitos foram os primeiros a dar sinais de mudança. Assim sendo, Eliana não podia tirar a blusa em frente aos parentes. Foi uma das suas irmãs que a viu trocar de roupa e a denunciou ao pai, o qual mandou que Eliana tirasse a blusa à mesa do almoço. Por conta disso, “apanhou” dos irmãos e do pai, que também brigaram com o farmacêutico que lhe vendera os hormônios. Tendo em vista tais aspectos, avalia:

Eu passei trabalho. A Eduarda não, porque ela não tem irmão. Meus irmãos não aceitam (...). Eles queriam que eu fosse igual a eles. Meus irmãos eram vagabundos, e eu já era mais delicada, ficava dentro de casa (ELIANA).

Pareceu-me que o fato de ser caçula fortaleceu a reação dos irmãos, que a vistoriavam e a revistavam antes de sair de casa, inclusive. O irmão mais velho, que se casou e saiu de casa, jamais se incomodou com a transformação, apenas os dois que moravam em casa.

Aí saí de casa por causa deles. Eu sempre gostei de ser livre. Até hoje. Eu gosto de fazer o que dá. Se quiser sair, sai... Meus irmãos, não. Queriam que eu ficasse lá trancada, com eles. Eles não queriam que eu saísse. Ai, que ver se eu fosse dançar com essa travesti – eles ficavam loucos –, a Evelyn (ELIANA).

Foi a esposa de um dos irmãos quem possibilitou que Eliana o visitasse. Contou que eles deveriam aceitá-la tal como ela é, pois seu sonho sempre fora ser travesti: ter cabelos compridos, cuidar de si tal como pressupõe o universo feminino.

A partir do exposto, portanto, torna-se possível indicar que, de um modo geral, é com o núcleo de mulheres da família que

as travestis se identificam. Há um recorrente distanciamento em relação ao mundo dos homens no âmbito familiar. As mulheres da família passam a ser o amparo, o apoio e a identificação dessas travestis, que buscam legitimação no universo feminino, ainda que nominalmente sejam reforçadas, na família, como pertencentes ao grupo masculino.

3. Relação com as gerações posteriores: “eu ajudei a criar”

Alice, Beatriz e Eliana participaram da criação de sobrinhos e de sobrinhas – vale pontuar as observações trazidas pelo Relatório Técnico Narrativo Final (2005) do projeto “Direito à Homoparentalidade”, segundo o qual são recorrentes, entre travestis e transexuais com intenção de adotar crianças, as narrativas sobre as experiências na criação de crianças da família ou da vizinhança como meio de legitimar a “capacidade parental materna” (ZAMBRANO et alii, 2005, p. 19).

De modo geral, foi-lhes dada a função de cuidado das crianças como que num sistema de divisão das responsabilidades de vigilância e educação sobre os rebentos. Desenha-se uma articulação familiar que se estrutura em torno dos cuidados com a criança. Desse modo, a presença de uma criança extrapola os limites da dita “família mínima” e cria uma rede social mais ampla, de maneira que a família extensa é acionada para os cuidados da mesma.

Alice fala mais a respeito de sua relação atual com as gerações seguintes à dela. Quanto às sobrinhas, Alice possui, de acordo com seus relatos, uma cumplicidade típica do universo social feminino – do ponto de vista de seus códigos culturais. É a Alice que as garotas pedem dicas, contam sobre namoros ou outros envolvimento amorosos, recorrem quando o assunto é embelezamento e maquiagem. Os sobrinhos homens, porém, mostram-se mais reservados diante dela, representado-se, assim,

uma clivagem entre o universo masculino, de que fazem parte, e o meio feminino, a que Alice legitimamente, pelas relações sociais e familiares, pertence.

As minhas sobrinhas, no caso quando eu botei meus peitos, elas pediram pra ver meu peito. Elas me tratam como se eu fosse uma mulher. A verdade é essa! Elas não têm vergonha de me contar nada, assim, né...Se elas ficaram ou transaram com um menino, elas me contam. É bem assim...uma relação entre mulher e mulher, mesmo. Agora, com os meninos, já tem, né, mais um pouco de...ai, assim, aquele respeito que eles têm com a tia, eles têm o mesmo respeito comigo; têm mais cuidado em falar algumas coisas. É bem...é como eu falei pra ti: eles me tratam pelo nome de homem, né, mas a visão que eles têm, eles têm uma visão como se eu fosse tia deles. Eles têm o respeito igual... (ALICE).

Percebe-se, pelo discurso de Alice, a primazia da identidade de gênero feminina no relacionamento com os sobrinhos e com as sobrinhas, ainda que, na nomeação, prevaleça o gênero masculino. A linguagem assume, assim, uma força que atravessa o que se vê.

Alice também avalia a forma de tratamento que os homens da família costumam dispensar aos meninos, proibindo-lhes certas brincadeiras e incentivando-os a outras, de maneira a segregar, de modo sexista, os universos feminino e masculino na infância.

(...) que eu brincava muito com as minhas irmãs, tinha aquela coisa assim: “ai, menino não brinca disso, menino tem que brincar com menino, tens que brincar com teus irmãos, não tens que brincar com as tuas irmãs”. Sempre essa pressão, né, que até tem hoje em dia. Às vezes, eu vejo... tem um sobrinho meu que pega a boneca pra brincar, daí o pai diz “ai, larga isso daí, seu maricão”, né? Daí eu falo: “maricão vai ser se vocês começarem a repreender ele, aí, sim, ele vai ser um maricão; agora, tem que deixar... se ele quiser brincar com uma boneca, tem que deixar ele brincar”. Não é que ele é uma menina brincando com uma boneca, assim como a menina brincando com um carrinho. Que, assim, eu tenho uma sobrinha minha (...) que, quando era pequena, todo mundo chamava ela de sapatão, entendeu, porque, se ela pegasse uma boneca, ela destruía uma boneca sozinha, ela gostava de carrinho. E é uma baita de uma moça, superfeminina, casada, né? Isso é coisa de

criança, a criança não tem o sexo definido ainda; quando ela é criança, ela gosta de brincar de carrinho, gosta de brincar de boneca. Principalmente tem que deixar a criança brincar, ela quer brincar, tem que deixar a criança brincar, né? Não ficar “menina tem que brincar de boneca, menino tem que brincar assim” (ALICE).

Segundo o discurso de Alice, conferir uma identidade aos sujeitos implica prescrever-lhes um “script sexual” (BOZON, 2004). Do ponto de vista dela, caracterizar a sexualidade das crianças com base nas brincadeiras – de meninos ou de meninas – que elas acionam ocasiona que aquela identidade seja incorporada. Afinal, as representações e os discursos sobre os sujeitos, assim como sobre os espaços (WAGLEY, 1988), acaba por construí-los.

Eliana, filh@ mais nov@, também prestou auxílio no cuidado dos filhos de irmãs e irmãos. Segundo ela, hoje mantém laços fortes de amizade com as sobrinhas, sobretudo. Também salienta que uma de suas sobrinhas levou-lhe as melhores fotos. Conta, orgulhosa, que esta não tem vergonha dela e que conta a todos que “o tio é *travesti*”. Por conta disso, uma das professoras pediu que Eliana fosse ao colégio.

Já pensou, menina? Ai, eu não vou. Eu tenho vergonha. Ela levou as minhas fotos e mostrou pra todo mundo do colégio. Aí ela falou: “ai, tio, lá no colégio tem cada gatinho que quer te conhecer!” [risos]. É bom, ela não tem preconceito (ELIANA).

Beatriz, filh@ mais velh@, é quem possui sobrinhos e sobrinhas adolescentes e crianças, não adultos. Ela “ajudou a criar” os filhos da irmã do meio, Bianca.

Desde pequenos, quem ajudava era eu. Hoje em dia não, porque daí eles já ‘tão’ grande. Porque o maior cuida, né? Mas, até certa idade, quem cuidou fui eu. Eu cuidava pra minha irmã ir dançar ou pra ir trabalhar...Então, quer dizer que quem cuidou fui eu. E eles me respeitam...mais do que respeitam a vó e a mãe. Pode até ser um pouco de medo, mas eles têm mais respeito por mim do que pelas duas... (BEATRIZ).

Beatriz cumpre, em grande parte, o papel de autoridade. É a ela que as crianças mais prontamente obedecem, mais do que obedecem à mãe ou à avó. Beatriz lhes ensina como se referir às travestis e as repreende diante de qualquer comentário ou referência que possa soar como preconceito. A partir de seu conceito de educação, Beatriz elabora suas críticas à forma como a irmã tem deixado as crianças isentas das responsabilidades implicadas pela economia e pela administração domésticas.

Então, já que ela [a irmã] trabalha, ela devia conseguir impor ordem assim: “olha, um lava a louça, outra faz isso, outra faz aquilo”. Se não quiser, põe de castigo. Castigo não é bater, mas sim o quê? Quando quiser ir a um certo lugar, não deixar ir. Mas minha irmã não faz isso. O que acontece? Eles não fazem nada; quando eles querem uma certa coisa, ela vai e dá...então ela cria mal, entendesse? E comigo é uma...porque a minha irmã, quem criou também fui eu...A minha mãe ia trabalhar e dizia “ô, hoje eu vou fazer isso, tu vai fazer aquilo”. Se não fizesse, “o pau quebrava”. E ela [irmã] tem que passar o mesmo fundamento que minha mãe passou pra mim e passar pros filhos (BEATRIZ).

As críticas, entretanto, esbarram no limite da paternidade/maternidade sobre as crianças. Há, sob seu ponto de vista, códigos e limitações a serem observados de acordo com a idade das crianças. No entanto, há também limites autoimpostos em sua interferência na criação dos sobrinhos, uma vez que “os filhos não são seus”, cabendo apenas à “mãe” o direito de emitir as proibições finais. Tal fato explicita uma diferença entre a relação das travestis do contexto estudado com os sobrinhos e a relação dos sujeitos que se articulam na criação das crianças em circulação nos grupos populares estudados por Claudia Fonseca (2002) na medida em que Beatriz não assume plenamente o papel de “tutora oficial” das crianças, mas atua na criação das mesmas como uma espécie de coadjuvante, como que em um segundo plano.

Olha só a cabeça da minha irmã: se ela [uma das sobrinhas] passar de ano, ela deixa botar um negócio desse aqui [apontando para

o piercing na sobrancelha] no olho dela. Eu acho um absurdo, com a idade que ela tem, botar um negócio desse, né? Mas vai fazer o quê? Eu não vou falar nada, não é minha filha... (BEATRIZ).

Beatriz tem mais um casal de sobrinhos, com os quais ela tem menos contato, uma vez que moram em outra localidade da região. Essa não participação na criação deles implica diferenciações na forma como ela se vê tutora diante deles. Até mesmo o estranhamento das crianças em relação a sua identidade só aparece entre as que não foram criadas por ela.

E eu tenho outros dois sobrinhos, mas com eles eu não convivo, eles moram em outro lugar. Mas, quando vão lá...ainda no começo a menina se assustava comigo, porque ela era pequenininha, e era bem loira, com aqueles "brincão", com aquela maquiagem, aí ela olhava pra minha cara e chorava, chorava...e hoje em dia eu vou lá, ela me abraça e me beija. Mas é assim, ó, eu gosto mas não é aquele amor que eu tenho por esses três, porque esses três eu criei...eu gosto dos meus sobrinhos mas não tenho tanta "apegação" que eu tenho por esses três. E esses três eu tenho assim... Deus me livre se acontece qualquer coisa com eles (BEATRIZ).

Sendo que Eliana e Eduarda vivem no mesmo terreno em que moram Beatriz e as crianças, elas também participam de atividades que envolvem as meninas, como passear pela praça ou ir à praia.

Questionadas sobre a possibilidade de adoção, Alice e Beatriz afirmam não terem a intenção de ter filhos. Para ambas, uma criança implica demasiada responsabilidade; no caso de Alice, implica também a privação de uma forma de liberdade a que ela dá grande valor. Beatriz usa os sobrinhos de quem cuidou como parâmetro e conclui que há não só dificuldades financeiras para se criar um filho, mas também óbices em relação ao compartilhamento e ao exercício do cuidado.

Eu acho que é muita responsabilidade, entendeu? E eu cuidei de três...Uma coisa é cuidar, depois tu fica livre. Mas, se tu pega uma criança, já é outra coisa, é uma responsabilidade tua. E tu não vai

querer uma criança pra chegar e largar com a minha mãe porque eu tenho que trabalhar. E, depois, eu acho que, pra cuidar de uma criança, tem que ter uma boa situação financeira (...). Não adianta pegar uma criança e não ter condições de manter uma criança. Então, eu prefiro cuidar dos meus bichinhos...é...eu cuido de um cachorro e uma gata; eu trato como se fossem os meus filhos, o que já é uma responsabilidade. Porque, olha, eu saio de manhã pra trabalhar, eu chego em casa às três...quer dizer, eu tô aqui mas tô com a cabeça lá. Então, imagina, um animal já é uma responsabilidade, imagina uma criança, um ser humano (BEATRIZ).

Entre todos os membros da família de Beatriz residentes naquele terreno, os animais de estimação são referidos por seus nomes individualizantes – nomes estes que geralmente provêm de personagens de telenovelas – e mesmo tratados por terminologias de parentesco. A eles são atribuídos sentimentos, referências e comportamentos humanos, sendo que o discurso sobre eles e sobre as relações entre eles soa como metáfora das relações sociais (MOTTA, 2002) presentes naquele agrupamento. Até mesmo os espaços por onde eles circulam – sob permissão ou não de entrar nas casas – apontam para o sistema de relações familiares¹.

Beatriz dispõe de uma concepção naturalizada e essencializada da travestilidade e da homossexualidade. É através dessa concepção que ela defende a impossibilidade de que pequenos criados por homossexuais ou por travestis sejam “influenciados” pelas identidades dos pais. Além disso, é sob o discurso do “mal menor” que Beatriz defende a homoparentalidade e a parentalidade por travestis.

Não sou contra quem adote [referindo-se a homossexuais e a travestis], porque eu acho que mais vale uma criança ser adotada do que ficar na rua passando fome. Mas a sociedade recrimina o homossexual porque acha que aquela criança vai seguir “mau exemplo”, vai virar homossexual, e não vai. Porque o homossexualismo nasce, ele vem junto, e não tem essa de que, se ele for criado por um homossexual, ele vai ser...Ele não vai ser! É tanto

1 O tema não será desenvolvido aqui, mas possivelmente em outra oportunidade.

que eu tenho um sobrinho como prova lá em casa: ele é bem até homem demais. E a gente já capta se a criança é homossexual desde pequenininha, porque já tem uma coisa mais afeminada. É... tem uma diferença. Depende...a mãe que só tem um filho homem e duas mulheres, tudo bem, até não vai achar tanta diferença porque tem duas mulheres. Mas, quando tem muito homem, dá. Então, não tem essa de achar que vai influenciar, porque não vai. A criação não vai influenciar nada disso... (BEATRIZ).

Ao acionar o discurso do “mal menor” – dizendo ser preferível a adoção por homossexuais e/ou por travestis a permitir que uma criança viva nas ruas –, Beatriz remete à ideia tratada por Tarnovski (2004) – e levantada por um dos sujeitos de sua pesquisa – de que aos indivíduos homossexuais caberia tomar conta das crianças abandonadas por heterossexuais.

Já Alice também visualiza as impossibilidades de adoção pela ótica da mudança de rotina e privação do espaço de que dispõe hoje.

Eu acho que, pra criar um filho, tens que pensar bem, porque é uma coisa que tu vai ficar preso pro resto da tua vida, né? E eu gosto de sair, eu viajo muito, entendeu? Lógico que, se eu quisesse uma criança, se eu adotasse, a minha família ia dar total apoio...Quando eu viajasse, eu acho que eles cuidariam e tudo. Mas eu acho que é muito...é um compromisso muito grande. Tem que pensar muito antes de adotar uma criança... (ALICE).

A segurança de que teria o apoio dos familiares indica uma lógica em que as crianças acionam a família extensa em torno de sua educação e de seus cuidados, transpondo os limites da dita “família nuclear”. Tal lógica é impulsionada pela reciprocidade nas relações familiares e pela “circulação” das crianças, que, no caso, não circulam de tutela em tutela, mas têm sua educação compartilhada por membros da família extensa – ou seja, se Alice e sua mãe ajudam a criar os filhos de Amélia, certamente a mãe também a ajudaria com seu filho, assim como Amélia retribuiria o “favor”.

Alice ainda reconhece um ônus social mais elevado sobre

o desempenho das travestis e de homossexuais no cuidado com as crianças. Assim, ela levanta uma questão bastante importante: a vigilância constante que se faz sobre os sujeitos que, de alguma forma, negam a norma social. Há uma culpabilização em virtude de qualquer ato “falho”, ainda que ele não esteja restrito ao controle dos sujeitos. Há um contrato social tácito que falsamente aceita a diferença mas que a vigia com o propósito de puni-la a qualquer momento.

E acho que a gente tem uma responsabilidade maior do que um casal hetero. A nossa responsabilidade é maior, porque a gente tem que fazer de tudo para essa criança sair no máximo perfeita, como a sociedade acha que é, porque qualquer defeito que essa criança venha a ter – e eu acho que não é defeito, né, mas não sei bem qual é a palavra (...) – mas eu acho que eu ficaria com culpa no caso de ele...vai que é um menino mas, quando ele crescer, ele fosse um usuário de drogas, um viciado em drogas: eu ia achar que foi por causa de ele saber que era tratado por um casal homossexual (...). Então, a gente sempre acha que tem uma parcela de culpa, mesmo não sendo, entendeu isso? E a pressão da sociedade que ia fazer com que a gente aceitasse essa culpa também (ALICE).

Nas primeiras entrevistas, Alice contou que seu parceiro, Adriano, tinha o sonho de ter um filho. A reação de Alice ao desejo do companheiro era tentar fazê-lo desistir da ideia. Ela via tal manifestação mais como o sentimento de uma cobrança social pela reprodução (TARNOVSKI, 2004) do que como um real projeto de Adriano.

Ele pensa...é a vontade que ele tem...Mas também tem a questão da cultura; depende um pouco da cultura, aquela coisa assim “ai, eu sou um homem, todo homem casa, tem filho”, entendeu? Aquela coisa assim que a sociedade prega isso, né? Então ele vai “ai, daqui a uns dias eu morro e não deixei ninguém, não tive filho, não tive nada”. Sabe aquela questão assim? (ALICE).

Flávio Luiz Tarnovski (2004) identifica, na paternidade, um novo posicionamento social e moral que o casamento gay não foi

– ou ainda não é – capaz de promover. Ela possibilita uma atualização do sujeito na trama de parentesco, na medida em que o insere no circuito da dádiva ao oferecer a seus pais um neto ou uma neta que o imperativo social lhes negou no momento em que se vincularam afetivamente a indivíduos do mesmo sexo.

Comparando-se os casos de Alice e Beatriz, irmãs das mães e/ou dos pais das crianças que servem de referência – e, portanto, tias/tios das garotas e dos garotos –, observa-se que, enquanto Alice desempenha o papel de uma tia, um papel tradicionalmente atribuído ao feminino – permissiva, amiga, doce –, Beatriz assume a postura de um tio, de um conjunto de atributos relacionados ao masculino – autoridade, controle, respeito, proibitividade, limite. Se houver um alargamento do contexto estudado, chega-se à família representada pelos pais e mães e pelos irmãos e irmãs das sujeitas. Na economia familiar da distribuição dos papéis feminino e masculino, Alice tem a possibilidade de assumir um locus de parentesco do âmbito da feminilidade (compatível com sua identidade de gênero, com a forma como se vê pessoal e socialmente) ou da masculinidade (descompassado de sua autopercepção) na medida em que há tios e pais que cumprem as “funções masculinas” no grupo familiar. Beatriz, por sua vez, apresenta um modelo familiar diferenciado: a mãe é viúva; além disso, ela revela ter duas irmãs, sendo que os filhos de uma delas – Bianca, a que mora no mesmo terreno – não dispõem de uma “figura paterna”; desse modo, na ausência de tios e pais que assumam as “funções masculinas”, uma negociação implícita de papéis situou Beatriz no locus parental da masculinidade.

4. Filho de sangue e filho de coração: parentalidade de travestis

Cecília e Daniela são as travestis do universo pesquisado que possuem filiações diretas: a primeira por laços biológicos, e a

segunda por laços adotivos.

Cecília, que, como já relatado, costuma colocar-se como irmão para o filho – este criado pelos pais adotivos da travesti –, mostra-se desconfortável com o título de pai.

E o fato de eu dizer pra ele que eu não sou o pai, eu sou o irmão, porque minha mãe cria ele, meu pai...ele chama meu pai e minha mãe de pai e mãe, não chama eles (...) de vô e vô (CECÍLIA).

Foi no final da adolescência que Cecília se viu com tal responsabilidade. Na época autoidentificada como *gay*, acabou por envolver-se com sua amiga em uma noite de “aventura” e sem compromissos². Foi desse envolvimento que nasceu Carlos. O menino ficou com Cecília e com os pais adotivos dela, a quem o garoto tem como pais também. Carlos conhece a mãe, que vive na cidade. Porém eles possuem pouco contato.

Eu não sabia direito o que eu queria ainda, né? Mas depois acabei descobrindo (...). A minha mãe cria ele, e eu moro junto com a minha mãe. Cuido dele, eu dou as coisas que ele precisa, eu brigo com ele, eu deixo ele de castigo (...) (CECÍLIA).

Orgulhosa do bom desempenho do menino na escola, Cecília mostra seu receio com relação ao futuro e à sexualidade do garoto.

Tenho um medo tremendo de ele ser um homossexual. Tenho medo, assim...horrendo de ele ser um homossexual. Morro de medo mesmo. Espero que ele não seja. Espero mesmo que não. Porque eu não queria que ele passasse pelas coisas que eu passei...que não é fácil, né? Eu não queria; eu não queria que ele

² Conforme avaleiei em meu Relatório Final de Atividades PIBIC/CNPq referente ao período 2004.2/2005.1, a narrativa que historiciza a filiação biológica por homossexuais masculinos e travestis é recorrentemente tratada pelo cinema como uma noite impensada de aventura com uma mulher, podendo esta ser amiga ou uma pessoa conhecida recentemente (“Mariscos e Mexilhões”; “A Gaiola das Loucas”; “Sobrou pra Você”). A história de Cecília não foge a tal modelo.

fosse. Não sei se é um egoísmo meu, se eu quero só pra mim [risos], como se fosse uma coisa assim tão boa. Mas eu não queria que ele fosse; eu não queria, assim. Ou, se ele, mesmo contra a minha vontade, for um homossexual, que seja só um homossexual, assim...uma pessoa "normal", né? (CECÍLIA).

O relato acima lembra o discurso dos sujeitos da pesquisa de Flávio Luiz Tarnovski (2004). Os tutores homossexuais entrevistados pelo pesquisador revelaram o desejo de que seus filhos fossem heterossexuais, a fim de que não sofressem a discriminação pela qual passaram. Importante, ainda, é perceber que a “preferência”, por parte de Cecília, de que Carlos seja homossexual de aparência masculina a que seja travesti segue a contramão de um comentário de Alice sobre o sentimento de estranhamento ao ver “dois homens se beijando” – aqui, como me chamou a atenção Miriam Grossi durante uma conversa de orientação, parece ser admissível somente a afetividade representada por um masculino e um feminino, ainda que se trate, biologicamente de dois homens.

Cecília guarda seus receios em relação à cultura psicanalítica com que teve contato, que parte de pressupostos deterministas descolados da realidade que ela vivencia.

Porque ele...sempre foi rebelde...daí a minha mãe tem aquele conceito...eu não sei se tu pensa dessa forma, eu acho que não...“A criança rebelde!” – é uma criança! Ele é rebelde? Ele é! Ele foi a um psicólogo. Daí eu não sei; eu tenho meio um trauma (...). Um dia eu li um relatório, daí no relatório tava: “o pai se prostitui para ganhar a vida”. Então, eu achei pesado...Daí, o que essa psicóloga vai falar pra ele? Então, eles têm, assim, a minha mãe e a professora...tudo é “vai pro psicólogo”. Eu não acho assim (...). Mas psicólogo diz: “ai, mas o filho não foi criado pelo pai e pela mãe dele”. Mas eu também não fui. Meu tio e minha tia me criaram, e eu tenho ótimas referências: de criação, de educação (CECÍLIA).

A perspectiva burguesa de sociedade e de família da qual partem certos discursos psicologizados patologiza as diferenças, os modelos diversos do padrão ocidental moderno. Dessa forma, produz-se um discurso que culpabiliza tais “desvios” por compor-

tamentos destoantes dos também padronizados e esperados. Os “problemas”, longe de pré-existirem aos consultórios, são produzidos no interior dele, na medida em que se rotulam os indivíduos com uma marca que se integrará, a partir de então, à sua construção como sujeitos. Em outras palavras, pode-se perceber que Carlos se torna um “menino problemático” à proporção que elementos de sua vida são negativizados e culpabilizados pelas conclusões do psicólogo.

Quanto aos impasses e aos limites do discurso psicológico, psicanalítico e/ou psiquiátrico, Alice também pontua sua perspectiva.

Porque essa questão do menino da Cecília, até uma vez eu tava conversando com ela, porque ele tava um pouco revoltado, não sei o quê... toda criança tem uma fase que fica revoltada. É normal, é ser humano. E a família, a mãe da Cecília quis empurrar ele pro psicólogo... até queriam dar remédio pro guri. Eu disse: “Cecília, é loucura fazer isso”. Eu sou totalmente contra psicólogo, entendeu? (ALICE).

Alice se opõe ao modelo behaviorista da Psicologia e critica as tentativas de se encontrarem padronizações e categorias fechadas que deem conta de explicar as emoções e os sentimentos humanos particulares. Sua angústia em relação ao enquadramento dos sujeitos em modelos externos se assemelha aos questionamentos de Cecília em relação à culpabilização do seu modelo de família pelo comportamento da criança.

É isso que eu não aceito. É essa questão que eu não aceito. Eu tenho o meu jeito de ser, tu tens o teu. “Se a pessoa tá com a perna do jeito que eu tô aqui, é porque já é um sintoma. Se a pessoa cruza, é porque é isso, é isso, é aquilo”. É que nem o signo, entendeu? Porque “pra quem é de Sagitário vai acontecer isso”, então todo mundo que é de Sagitário vai acontecer aquilo naquele dia. É essa questão que eu não... Porque a gente é diferente, cada ser humano é um ser humano, né? Nós não somos cópias. Nós não somos dessas bonecas que fazem agora que uma boneca fala “mamãe”, todo mundo vai falar “mamãe”. Se eu mexo no meu cabelo, se eu roo unha... todo mundo vai ter que roer unha quando tá

nervosa? Não é essa a questão. Cada pessoa é uma pessoa. Nós não somos padrão (ALICE).

Daniela, por fim, adotou Diego “à brasileira” (FONSECA, 2002). A mãe de Diego, uma profissional do sexo que trabalhava na casa de Daniela, resolveu abandoná-lo no hospital para adoção assim que o menino nasceu. Daniela, que a ajudara até então, ofereceu-se para cuidar do garoto.

Na época em que eu adotei ele, eu tinha um salão de cabeleireiro. Aí, a mãe dele, ela trabalhava comigo. Na verdade, ela não trabalhava comigo no salão; ela trabalhava na minha casa, ela cuidava da minha casa... Aí, eu levei ela pra maternidade, tudo. E ela ia deixar ele no hospital para adoção. Ela não ia trazer pra casa. Aí eu falei assim pra ela: “não, vamos levar ele pra casa; pode ter certeza que fralda e leite pra ele não vai faltar” – eu disse isso pra ela (DANIELA).

Quando a mãe do menino anunciou que iria embora e que não trabalharia mais com Daniela, esta propôs que ambas registrassem a criança em cartório, de modo que Daniela oferecesse um nome à criança colocando-se legalmente como pai dela. Daniela sempre o ensinou, entretanto, a chamá-la pelo nome ou pelo apelido – suponha-se, no caso, o apelido fictício “Dani”. Segundo ela, que chama o menino pelo apelido ou por filho, educá-lo a referir-se a ela por nome e não por terminologia de parentesco visa a não “confundi-lo” futuramente com sua identidade travesti e a não esconder do menino, em circunstância alguma, o fato de que ele é adotado. Daniela narra um episódio em que a mãe de Diego fez uma visita: quando a travesti a apresentou ao menino como sendo sua mãe, ele negou; e mesmo a mãe pediu que Daniela não revelasse o fato à criança, que não o fizesse acreditar. Aparecera na casa de Daniela pedindo-lhe dinheiro “para comprar pão”. Daniela se recusou, alegando que o dinheiro serviria para a compra de drogas.

Daniela já possuía o desejo de ter filhos, o que a levava

a adotar, também “à brasileira”, uma menina em seus primeiros dias de vida – isso no ano de 1997. Entretanto, a mãe e a avó da menina voltaram atrás na decisão de deixá-la com Daniela e a pegaram de volta no décimo terceiro dia. Segundo ela, a mãe era dependente química e trocou a criança por drogas, através de negócios com uma traficante da cidade. Indignada com o tratamento dispensado à garotinha, Daniela afirma:

E eu acho assim, ó... Meu deus, eu tiro da minha boca pra dar pra ele, sabe? Se necessário for, fico eu, mas ele não. É...tanto que tu vê...eu acabei com o salão...eu trabalhava, entendesse? Trabalho que você sabe, que eu acabei saindo [referindo-se às ruas]. É...saí tudo por causa dele. Porque lá era uma coisa que tinha que dedicar tempo, né? E eu não tinha esse tempo. Esse tempo eu tinha pra ele, só. Então, tive que sair. O meu salão, eu fechei devido a ficar 74 dias num hospital [com o menino] internado...não tinha como manter as portas abertas pagando aluguel. Fechado as portas, o aluguel eu tinha que pagar. Então, eu acabei fechando (DANIELA).

Ao relatar o drama enfrentado em função dos problemas de saúde do menino, Daniela aciona um mecanismo recorrente de legitimação e de afirmação da experiência e da eficácia da maternidade, o qual consiste em uma reconstrução heroica da superação de fatos dramáticos em que a dor do filho repercute em aflição, resistência e amor da mãe. Dessa forma, a *heroína-mãe*, ao compartilhar o sofrimento do filho permanecendo ao seu lado, “naturaliza” e fortalece sua imagem maternal e a incomensurabilidade de seu *amor*.

Além disso, ao abandonar a rua para dedicar-se a Diego, Daniela demonstrou certa incompatibilidade entre a função parental (maternidade/paternidade) e a sexualidade, a prostituição. Flávio Luiz Tarnovski (2004) atenta para o fato de que, entre homens gays, a assunção da paternidade indica salvação, retirada dos sujeitos do mundo da “promiscuidade”, num processo de se limpeza dos hábitos dos sujeitos (TARNOVSKI, 2004, p. 107).

Não só a sexualidade exercida nas ruas mas também for-

mas mais privadas de envolvimento afetivos e/ou eróticos foram, social e institucionalmente, proibidas e/ou limitadas a Daniela. Enquanto Diego ainda estava internado no hospital devido a graves problemas de saúde, o Conselho Tutelar da cidade tentou tirar-lhe a criança sob o argumento de que ela vivia com outro homem na casa, na presença do menino. A razão apresentada pelo órgão para que a criança fosse tomada de Daniela foi a possibilidade de que a travesti vivesse um relacionamento afetivo que conferiria um status e uma classificação à sua sexualidade. Como pontua Tarnovski (2004, p. 113),

O peso da negatividade que recai sobre a atividade sexual ho-
moerótica não se manifesta apenas no discurso, mas também
em rearranjos domésticos (...). Ou seja, dormindo numa cama de
solteiro, no mesmo quarto que o filho, Antônio “incorpora” o lugar
de pai, a cama dessexualizada sendo signo de uma nova condição:
a atividade sexual e a manutenção do relacionamento com o par-
ceiro são submetidas às demandas atribuídas ao filho, condição
que é assumida como necessária ao desempenho da paternidade.

Diego nos tomava boa parte da atenção durante as visitas: brincava, perguntava coisas, mostrava coisas. Quando me perguntou para que servia o gravador, mostrei-lhe a função gravando e reproduzindo sua voz. Para tanto, Daniela lhe pediu que falasse alguma coisa; recomendou que dissesse quem ele era – a resposta foi “*o Diego, o nego preto da Daniela*”. Curioso como, de um lado, usa-se a referência da cor da pele, geralmente apropriada por mecanismos de discriminação, como uma especificidade do ser por quem se guarda afeto; a afetividade é expressa por meio de uma nomenclatura criada com base em uma característica sua que, sob determinadas circunstâncias, seria alvo de preconceito – e o próprio termo usado como forma de carinho seria interpretado como racismo. De outro lado, essa ideia de uma especificidade pertencente a alguém, ao ser que ama, revela os laços que vinculavam essas pessoas e, ao que me parece, o pacto de reciprocidade que os associa – pacto esse fundado no investimento de Daniela

na criação do menino e na lealdade do garoto para com ela, na posição social que ele lhe confere sendo *seu*.

Tal marcador racial aparece também na família representada aqui por Beatriz. Beto, o sobrinho que não vive no terreno, é chamado pelos membros da família de “*Negão*”.

No caso de Cecília e de Daniela, esboça-se, mais do que uma negociação de papéis e de identidades de gênero, uma negociação de posições na estrutura de parentesco, conferindo-se uma inteligibilidade social e cultural à filiação. Ambas parecem delinear um deslizamento que tange a uma ambivalência das identidades de gênero e parental dessas pessoas, na medida em que elas transitam entre os polos masculino e feminino e entre posições diferenciadas na estrutura de parentesco – pai/irmão, pai/tia, pai/mãe. Nesse sentido, percebe-se que a ambiguidade das travestis observada por Hélio Silva (1993) no que diz respeito ao corpo e à identidade pode ser aplicada à identidade parental com relação às crianças.

Essas categorias de parentesco também são rearranjadas – assim como as redes são ampliadas – por meio da criação de laços com pessoas não consanguíneas e não oficialmente aparentadas. Com a presença de uma babá, o garoto passou a chamá-la mãe ao ouvir seus filhos se dirigirem a ela e a chamar *vó* a avó das crianças, uma senhora que passava os dias a embalá-lo na cadeira de balanço.

Aí, essa senhora, ela morreu esse tempo atrás, né? Daí a gente perguntava pra ele: “onde tá a vovó?”. Ai ele: “papai do Céu” [a criança responde à pergunta]... (DANIELA).

Ao afirmarem a nomeação à senhora falecida – avó –, os adultos criam uma rede de parentesco mais ampla, que, inicialmente, é desenhada pela própria criança, a qual, desse modo, assume papel de sujeito na elaboração da estrutura de parentesco. Além disso, cose-se uma rede de amparo real/material e

virtual/espiritual/referencial mais consistente, na medida em que o menino passa a dispor de mais mães e de mais avós, concretas e imediatas ou mesmo de referência pela memória. Esse alargamento quantitativo e qualitativo do parentesco diz respeito a uma dinâmica familiar experienciada pela própria Daniela, que dispõe de uma mãe biológica e de uma mãe adotiva.

5. Paixões a viver e paixões a esquecer: amor, conjugalidade e namoro

As narrativas sobre amor e afeto também apontam para formas de organização social e relações familiares das sujeitas. Como define Alice,

A partir do momento em que duas pessoas moram juntas, não importa o sexo delas, pra mim já é constituído uma família. Diferente do que a sociedade pensa, né? A sociedade pensa que família é composta de homem, mulher... um casal, e tem que ter os seus filhos... Mas pra mim não importa o sexo; dois homens, duas mulheres, pra mim já é composta uma família (ALICE).

Duas das travestis entrevistadas vivem maritalmente com seus companheiros: Alice e Beatriz. Alice vive há quatorze anos com Adriano. Conheceu-o quando este trabalhava vendendo cachorro-quente – Alice era uma de suas clientes na época, pois parava para fazer lanche no caminho da escola.

E dali a gente começou um... foi uma coisa rápida, assim, entendeu? Aquela coisa “amor à primeira vista”! Tanto da minha parte quanto da parte dele, eu acho, né? Porque logo em seguida a gente começou a se encontrar, assim, né? E, pra mim, isso já é uma família. Eu e ele, né? A gente vivendo junto... quatorze anos. Mais do que muito hétero que tem por aí, que às vezes casam e não dura um ou dois meses (ALICE).

Antes de Adriano, Alice tivera um outro parceiro, com o qual viveu por três anos. Na época, ela tinha seus vinte e um anos,

enquanto o rapaz – hoje casado com uma mulher e pai de três filhos – tinha dezesseis. Ela conta que acabou por sustentá-lo, pois o fez sair do emprego para tê-lo sempre a seu lado. Atualmente, entretanto, ela defende que o lugar dos homens é no trabalho, não dentro de casa.

Ah, é, homem tem que trabalhar. Dentro de casa, não tem como. Eu, com essa questão do trabalho, esses dias tava falando... quando eu me assumi travesti mesmo, descobri minha identidade de gênero, eu tive o meu primeiro companheiro, ele trabalhava quando eu comecei com ele; e eu tirei ele do serviço. Até por aquela questão, né? Eu acho que foi muito tempo presa, de não poder... quando eu tive o meu primeiro companheiro, "ai, fica comigo o dia todo". Sabe aquela coisa de querer uma pessoa do teu lado? Mas hoje em dia não! Não quero nada nem ninguém o dia todo do meu lado. Vai trabalhar e... [risos]. Vai trabalhar no teu canto, eu trabalho no meu, vamos descansar à noite, dormir e deu [risos] (ALICE).

Sem notar, Alice se refere ao companheiro pelo termo *marido*, expressão que ela mesma estranha. O cenário conjugal é permeado por confiança, ciúme, tolerância, discussões, ameaças de abandono, retornos previstos e seguros, ressurgimento do sentimento de paixão – algo não difícil de encontrar entre casais formados por homem e mulher ou entre casais homoafetivos. As características que Alice atribui a seu parceiro são semelhantes às aquelas com que Beatriz apresenta o seu: “chucro” (termo usado por Alice) e “tímido” (termo apropriado por Beatriz) designam sua aparente/suposta reserva e sua apatia diante de situações sociais. Também a bebida apareceu no discurso de Alice sobre o marido, porém em menor instância: ele bebe demais no Carnaval, enquanto o ex-parceiro de Daniela e o companheiro de Beatriz apresentam, segundo elas, problemas com o uso abusivo do álcool.

Maria Dulce Gaspar (1985) trabalha com representações sobre mulheres profissionais do sexo e clientes que procuram seus serviços em Copacabana. Para tanto, apreende a visão dos clientes a respeito das prostitutas e a visão que estas têm sobre si mesmas e sobre os clientes. As garotas de programa acionam o

que a autora chama “divisão simbólica do eu e cuidados corporais” (GASPAR, 1985, p. 112).

As garotas que fazem programa constroem uma maneira particular de se relacionar com o próprio corpo, estabelecendo limites e barreiras simbólicas em relação a cada programa e aos clientes em geral (idem, ibidem).

Dessa forma, como demonstra Gaspar (1985), as garotas de programa criam uma lógica de preservação de partes do corpo através de evitações, de modo que constroem “uma dimensão do *self* (GOFFMAN, 1975a) resguardada, que não interage na relação com o cliente e portanto não se contamina” (GASPAR, 1985 p. 116).

No caso de Alice, a categoria acionada para diferenciar as relações com o marido das relações com os clientes é o *amor*. O beijo é uma das ações que se evitam diante do cliente, sendo que muitas vezes ele pode, sim, acontecer. Assim como o prazer, o beijo com o cliente é passível de acontecer, ainda que, de modo geral, o ato sexual e o beijo representem uma espécie de “encenação”, comparada ao trabalho de uma atriz.

É que (...), com o companheiro da gente, a gente faz amor, e com os clientes a gente faz sexo, entendeu? Assim... beijar, eu não gosto de beijar... o meu companheiro, eu adoro, né? Cliente, eu não gosto. É lógico que acontece. Se eu disser que não, que eu nunca beijei cliente, eu vou estar sendo totalmente mentirosa. Acontece. Mas é um beijo profissional. É aquela coisa bem da atriz, mesmo. É bem isso, mesmo. A nossa profissão é bem isso. A gente faz sexo pelo dinheiro, pela profissão. É a profissão da gente. Não é pelo prazer que a gente faz. O prazer, eu... lógico que acontece. Se tu sair com um cliente, totalmente gostosão, totalmente o teu tipo, tu vai sentir prazer na hora, tu sente, né? É mais... é uma coisa diferente com o teu companheiro, sabe? Com o teu companheiro é muito mais tesão, muito mais... né? (ALICE).

Tal como para Alice o beijo desponta como uma evitação a assegurar o caráter diferenciado de sua relação com o compan-

heiro, Gaspar (1985, p. 114) afirma que, entre as profissionais do sexo pesquisadas por ela,

É constante a preocupação no sentido de não colocar a boca em contato com o corpo do cliente, o que expressa uma divisão simbólica do corpo, como se nele pretendesse “marcar a oposição de valores e os violentos contrastes da moralidade”, como escreve Hertz (1980: 124). Na realidade, o corpo da garota não é completamente “promíscuo”, segundo as representações generalizadas sobre prostitutas; há nele partes “sagradas” que devem necessariamente ser preservadas.

O contrato marital entre Alice e Adriano, portanto, não se dá pela exclusividade sexual, mas pela especificidade afetiva que diferencia qualitativamente as relações com o parceiro das relações com os clientes. Sobre a não exclusividade sexual, Danda Prado (1985, p. 16) afirma:

As formas de relacionamento sexual diverso da fidelidade tradicional constituem uma aventura difícil, pois as relações afetivas entre os indivíduos se intensificam, e, em nossa cultura, fomos condicionados a um agudo senso de propriedade em relação aos nossos parceiros sexuais.

Tal dificuldade reside, porém, no olhar externo que pausa sobre a relação entre as travestis e seus parceiros, não necessariamente entre os membros do casal.

Beatriz reconhece que, apesar dos graves problemas de Bernardo – seu companheiro – com a bebida (ele já foi internado e atualmente está sob medicação), ele se trata de um bom parceiro. Sempre que consegue um “bico”, um trabalho, oferece maior parte do dinheiro obtido a Beatriz. Entretanto, no dia de uma das entrevistadas, fazia pouco tempo que uma cena de violência conjugal se desenrolara. Enciumado em virtude das fotos de homens nus que Beatriz coleciona no computador, o casal discutiu, e Bernardo acabou por chutá-la. Beatriz, no entanto, não o culpa: pelo contrário, vê culpa de sua parte no evento. Assim sendo, Beatriz desempenha o

papel da mulher que apanha, performativizando (BUTLER, 2003) sua feminilidade. E, tipicamente, sente-se culpada pelos atos violentos do companheiro (GREGORI, 1993; SOARES, 1999).

Mas, assim, ó, eu não o culpo. Primeiro porque ele “tava” bêbado, segundo porque ele tá bêbado e não pode misturar os dois [re-médio e bebida], e terceiro porque eu sou linguaruda, né? Se ele chegasse em casa, eu tivesse ficado quieta, fechasse a boca, não teria apanhado, mas, como eu sou bocuda, aí apanhei (BEATRIZ).

Beatriz afirma perdoar ao parceiro. Para ela, valem os doze anos durante os quais têm estado juntos. Embora reconheça que “*ali não é nem amor, mas é convivência*”, confessa que, habituada aos costumes dele, não teria coragem de trocá-lo por outra pessoa e visualiza-os juntos: “*eu imagino que nós vamos morrer velhinhos. Um vai cuidar do outro*”. Dependente da rua para as finanças, salienta: “*eu sempre falo; se não quer que eu trabalhe na rua, então vai ter que me sustentar! Eu não gosto que homem me sustente*”.

Cecília e Daniela possuem “*rolos*”, uma espécie de namorado com quem não apresentam relacionamento fixo mas com quem têm um envolvimento amoroso; um par não fixo e não oficial, que envolve algum tipo de afetividade e que permanece em suas vidas por vários anos.

O rapaz com quem Cecília tem esse tipo de relacionamento tem cerca de vinte e dois anos, sendo que desde os quatorze tem um envolvimento com ela.

Eu tenho um rolo, companheiro não. Ele tem a vida dele. Tem uma namorada, ele tem um filho, mas ele não vive junto (...). A gente fica, assim, esporadicamente. A gente não sai junto, a gente não... a gente fica na minha casa. A gente aluga filme, a gente assiste, a gente passa o final de semana (...). É bem legal, assim, mas sair, dançar, alguma coisa, não, até porque onde eu gosto ele não gosta (...). Eu não sei se ele teria coragem de assumir, né, porque não é um relacionamento assumido pra todo mundo. Muitas pessoas sabem, mas não é uma coisa assumida. Sabem mas não... Sabem e não sabem, né? (CECÍLIA).

Sua paixão, entretanto, é um rapaz que foi seu namorado por um tempo e que vive em uma cidade da Região Metropolitana de Florianópolis.

Apaixonada mesmo, eu sou por um cara lá de Biguaçu. A gente namorou, assim, namoro sério mesmo... assim, de sair e tudo assim. Eu acho que ele foi minha grande paixão e vai ser sempre a grande paixão (CECÍLIA)

Importa sublinhar as histórias de afeto, amor e paixão em que as travestis se envolvem. A ideia de amor romântico desvinculada do ideal de pureza e espera que o acompanham pode trazer relativizações e ressignificações para a noção de “promiscuidade”.

Daniela conta sobre seu *affair* italiano, um rapaz de cerca de trinta e um anos que lhe oferece suporte financeiro cada vez que ela necessita. Daniela o conheceu “*na noite*”, em uma de suas viagens à Itália.

Aí eu tenho um namoradinho lá, sabe? Assim... namoradinho! Uma pessoa que, sempre que eu tô na pior, eu ligo e ele me manda um trocadinho, mas ó, desde 2001 que a gente não se vê mais. Mas sempre que eu preciso, “ai, manda um dinheirinho pra mim”. Dias depois, o dinheiro tá na conta, sabe? Então ele mandou passagem, eu peguei e fui (...). Eu porque não quero mesmo, porque senão poderia estar lá com ele hoje, vivendo lá. E ele queria assumir o neném, tudo... queria que eu fosse trabalhar com ele, tal... eu não gosto de lá, não adianta (DANIELA).

Enquanto Eduarda diz nunca ter tido um namorado – apenas uma grande paixão sobre a qual ela preferiu não falar –, Eliana teve vários namorados e chegou a morar junto, porém nenhum de seus relacionamentos deu certo porque, segundo ela, “*só arranjava coisa ruim*”. Olhando seus álbuns de fotografia, encontramos fotos bastante antigas de quando Eliana, apesar de se vestir com trajes femininos, ainda não tinha peitos nem muitos traços femininos. Ela acha “*horríveis*” tais fotos, envergonha-se. Disse-me que

as fotos foram tiradas na época em que era casada e que fora o parceiro o fotógrafo. Fala, a todo tempo, *“que horrível, que coisa feia... e gay, eu era gay! Não tinha nem peito. Ai, hoje eu penso: meu deus, que vergonha!”*. Em uma das fotos, posa à frente de um garoto muito jovem, magro, de feições adolescentes, com óculos escuros e camisa meio aberta – *“aqui é meu marido”*. Na época, ela tinha cerca de vinte anos, e o parceiro dezessete ou dezoito anos. Note-se que, invariavelmente, as travestis estudadas se relacionam com homens mais jovens. Em outra foto, Eliana aparece de biquíni: *“nessa época, eu não tinha nem peito, eu botava duas meias... só que as meias molhavam”* [risos].

6. “Amadrinhamento” entre as travestis

Marcos Benedetti (2000) avalia, entre as travestis de Porto Alegre/RS, que o abandono do lar é um dos elementos constitutivos do processo de transformação, seja porque elas partem em busca de outras possibilidades, seja porque são expulsas de casa. É desse modo que elas se socializam com outras travestis nos locais que costumam frequentar e aprendem a corporalidade e as vestes desse universo. Esse momento pode implicar, inclusive, um novo nome e um batismo realizado por uma travesti mais velha. Esta, a *madrinha*, assume a tutela no processo de construção, enquanto a *filha* lhe deve respeito e consideração incondicionais. Segundo ele, esses laços representam a atualização da maternidade, algo tipicamente feminino.

Segundo Larissa Pelúcio (2005), os termos mãe e madrinha podem conter o mesmo sentido, com a ressalva de que “amadrinhar” implica o ensino de estratégias sobre como ser travesti, ao passo que “mãe” diz respeito àquela que inicia a novata.

Entre as travestis de Florianópolis, também há casos de amadrinhamento que as iniciam e que as vinculam entre si. Entretanto, nem as ocorrências nem as opiniões sobre o sistema são

homogêneas.

Alice reconhece a existência de uma travesti que inicie outra na atividade da prostituição, dando-lhe conselhos e acompanhando seu processo de transformação e de socialização “nas ruas”. Entretanto, para ela, os termos madrinha e mãe representam categorias de prestígio e de poder entre elas, podendo, muitas vezes, conduzir à ideia de *cafetinagem*. Portanto, Alice considera que teve uma grande amiga com quem se identificou e que lhe ensinou “*muitas coisas da vida*”.

Beatriz também considera não ter tido madrinha, mas uma travesti – já falecida – que lhe prestou conselhos quando se iniciou na rua. Há, porém, uma travesti cuja permanência “na rua” foi assegurada por Beatriz, motivo pelo qual elas se chamam de madrinha e afilhada.

Mas eu tenho assim, ó, não que seja uma afilhada mas que eu posso dizer como afilhada, mas no caso assim, ó, que eu lutei pra que ela ficasse na rua, né? Porque na época não deixavam ela ficar e hoje ela fica, né (...)? Então ela me chama de madrinha e eu chamo ela de afilhada. Não porque eu botei ela na rua ou eu vesti ela, não. O babado é que ela queria ficar na rua e não deixavam ela ficar (...). Então, quer dizer, ela me considera madrinha por isso (...), porque a minha afilhada, eu tenho uma afilhada tão feia que mandaram pra Paulo Lopes. Mas era tão feia, tão feia, parecia o curupira. Ela era uma senhora de 60 anos (BEATRIZ).

Para Cecília, a figura da madrinha ou da mãe não é tão comum quanto o era antigamente, quando a ela cabia levar a travesti à “rua” e garantir sua estada lá. Hodiernamente, porém, a madrinha/mãe consiste naquela pessoa que oferece incentivo, seja por meio do empréstimo de roupas, seja pela feitura da maquiagem, etc.

Hoje é mais isso, assim, o negócio da mãe, que fala “ai, ela é minha mãe” ou “ela é minha filha”, né, pra dizer “não, se ela tá assim, fui eu que incentivei”. Ou o negócio de madrinha é pôr o nome, também pode ser. Mais ou menos isso, assim. No meu ver, antigamente eles falavam muito de madrinha e mãe nesse negócio

de levar pra rua, de... pra trabalhar (CECÍLIA).

Cecília conta que algumas travestis lhe sugeriram nomes que construíram seu nome atual; mas, apesar disso, não considera ter tido madrinha: *“mas madrinha não, fui com as minhas próprias pernas”*³.

Daniela considera *“madrinha de nome”* a travesti que lhe deu o nome inspirada pela telenovela – é no campo da onomástica e da assunção de uma nova identidade social a partir do nome que Daniela julga ter sido batizada pela amiga travesti. Segundo ela, mais relevante é a *“madrinha de avenida”* – no caso dela, sua madrinha deixou de trabalhar na rua e, atualmente, oferece aulas de cabeleireiro.

Considerada mesmo é a madrinha de avenida. Essa que levou, que te garantiu na rua, porque tem que ter uma madrinha forte, porque senão você não desce pra trabalhar na noite, entendeu? (DANIELA).

Eduarda e Eliana, que trabalharam fora do Estado, também possuem madrinhas. A madrinha de Eduarda, uma travesti com quem ela chegou a morar, foi a responsável por levá-la para a “rua”. Porém, antes de citar sua *“madrinha de avenida”*, Eduarda mostrou-me uma foto de Emanuela, uma travesti de São Paulo que lhe ofereceu auxílio.

Essa bicha aqui é de São Paulo, ó. Foi a bicha que mais me ajudou. Emanuela. Ela é um amor de pessoa, Fernanda. Quando ela chega, todo mundo fala: “essa bicha é nojenta”. Porque ela é toda fina, toda chique. Mas ela é um amor (DANIELA).

Eliana deu início à sua transformação aos dezoito anos,

3 Assim como ser madrinha é sinal de prestígio na medida em que ela construiu/incentivou a beleza de uma travesti, dizer ter conseguido sozinha parece ser igualmente lisonjeiro.

quando ela começou a tomar hormônios, a sair para dançar e a entrar em contato com outras travestis. Um importante marco em seu processo foi o contato com uma travesti chamada Evelyn, que Eliana conheceu através de um amigo. Eliana a viu dançando e admirou sua beleza; perguntou sobre os procedimentos para a aquisição das feições do corpo e foi instruída a tomar hormônios. Foi Evelyn quem lhe deu o nome. Por conta disso, Eliana aponta Evelyn como sua madrinha e diz que a chamava por essa mesma terminologia, madrinha. Questionada sobre ser ou não madrinha de alguma travesti, Eliana responde: “*de várias; Gabriela, Graziela... fui eu que levei elas pra rua*”.

7. Memórias e trajetórias: as fotografias

Miriam Moreira Leite (2001), em “Retratos de Família”, levanta procedimentos e limitações metodológicos do trabalho com documentação fotográfica, na medida em que “inúmeras [fotografias] se restringem a aparências. Não informam sobre pensamentos ou sentimentos mais complexos dos retratados, no momento da tomada” (LEITE, 2001, p. 46). Nesta pesquisa, entretanto, em lugar de se deduzir iconograficamente os retratos, as fotografias serviram como um ponto de partida para se falar das relações familiares e da construção dos sujeitos. Beatriz, Eduarda e Eliana apoiaram-se nas fotos para descrever as relações familiares e de amizade.

Em sua casa, Beatriz me mostrou seus álbuns de fotos. Há três álbuns pequenos, todos iguais e com capa da *Barbie*, em que ela guarda fotos de seus bichos de estimação. No primeiro, há apenas fotos de Bia, a cadelinha por quem ela tem imenso “*xodó*”, deitada em um travesseiro sobre a cama ou pela sala. No segundo álbum, Beatriz organiza fotos de Bia com os gatos, em que Bia divide a cama com os filhotes ou dorme e brinca junto com eles. O terceiro álbum contém fotos dos patos e dos filhotes. Beatriz

dispensa grande cuidado: cola adesivos de corações, estrelas ou de personagens de desenho animado junto às fotos, valorizando os personagens que nela aparecem. No meio de um dos álbuns, havia um recorte de jornal em que aparecia uma foto sua com uma legenda na qual seu nome se grafava de modo equivocado.

Por fim, Beatriz guarda um álbum grande com fotos suas, de suas amigas e de seus parentes. Ao longo do álbum, os personagens começam a se repetir, demonstrando sua presença duradoura na vida de Beatriz: P., a travesti cobradora de ônibus (há uma foto dela antes da transformação); D. e M., que residem atualmente na Itália; um casal de homens gays com seu filho; Cecília, com cabelos loiros; a tia de Bernardo que o criou e por quem Beatriz tem imensa “paixão” (sempre aparece abraçada a ela). A temporalidade das fotos revela transformações no corpo mas principalmente nos cabelos de Beatriz: corpo sob efeito de hormônios, colocação da prótese de silicone no peito, lentes de contato azuis ou olhos castanhos naturais, cabelos curtos ou compridos, com ou sem franja, loiros ou escuros. Beatriz conta que houve uma época em que, se decidisse mudar os cabelos, o fazia logo e que parou com tal hábito com receio de prejudicá-los. Bernardo aparece em muitas fotos, desde longa data, o que se confirma pelas transformações que o tempo lhe causou. Há fotos de eventos dos quais ela participou; há também fotos em que ela se veste de Madonna, revelando sua paixão pela cantora. Muitas das fotos foram tiradas em festas realizadas em sua casa, a maioria delas de ano novo, reunindo várias travestis. Ao mostrar uma foto sua antes da transformação, Beatriz aponta “*esta é quando eu era gay*”. No álbum também havia recortes de uma reportagem realizada com Beatriz. Todas as fotos são bem guardadas, sob zelo e capricho: recortadas com tesouras em zigue-zague, coladas cuidadosamente em papéis brancos armazenados em uma pasta de arquivos com plásticos.

Dona Betina, em uma das visitas, começou a procurar in-

cansavelmente a foto de Beatriz quando menino; achou a foto que Beatriz pôs na carteira de identidade (TRANSFORMADA) e uma enquanto ela era um menino – pôs, lado a lado, a foto de Beatriz antes da transformação e sua foto, para mostrar a incrível semelhança.

Eduarda e Eliana também mostram seus álbuns de fotografias e, desse modo, explicam e reconstróem a história e a estrutura familiar. Eliana mostra principalmente a sobrinha Emília, que aparece com o casal de filhos pequenos. Eliana me contou que Emília não quer que eles a chamem por tio, por isso as crianças a chamam tia. Através das fotos, elas também contam suas histórias. Eduarda indica as travestis que a ajudaram, os fatos que lhe soam curiosos na família (como o caso da menina é um ano mais velha do que a própria sobrinha), a trajetória de beleza na família (a prima que era modelo e que hoje possui duas filhas lindas). Eliana, por sua vez, mostra uma antiga foto sua como “menino” e diz: *“aqui já tinha carinha de menina, né? (...). As perninhas bem delicadas [risos], a pose!”*.

Muitas das fotos recordam momentos de carnavais. Em outras delas, Eliana posa nua, nunca revelando o pênis, mas invariavelmente valorizando as intervenções hormonais ou cirúrgicas que lhe garantiram traços corporais tipicamente femininos: o bumbum e os seios.

No álbum de Eduarda, há fotos de outras travestis, sobretudo daquelas que viveram com ela em São Paulo. Há, ainda, uma foto de Eduarda abraçada à “cafetina” – esta apresenta, curiosamente, feições masculinizadas.

P., D., F. e Beatriz são recorrentes entre suas fotos. Noiva, soldada, marinheira, colegial, prisioneira, pinturas corporais são as fantasias mais acionadas por elas nos carnavais, segundo as fotos. Eliana revela ter o interesse em comprar uma fantasia de bombeira – repare-se a inversão de gênero que elas promovem ao fazerem uso de fantasias sobre profissões ou figuras tipicamente

masculinas e, em geral, representativas da beleza dos homens “*homens*” (bombeiro, soldado, marinheiro, prisioneiro).

As relações entre as travestis e as situações semelhantes de preconceito e exclusão pelas quais passam criam redes de solidariedade e alianças não só entre as travestis como também entre seus familiares. Olhando-se os álbuns de Eduarda, Eliana e Beatriz, muitas fotografias retratam momentos de encontro de personagens presentes nas vidas das travestis. Além de fotografias recorrentes em que aparecem determinadas amigas, há aquelas em que aparecem, por exemplo, a irmã e a tia (mãe de criação) de Bernardo, o que indica que, sendo residentes daquele território, estabelecem conexões na rede de parentesco, compondo uma comunidade de solidariedade ou uma extensão da família. Em algumas fotos, a tia do marido de Beatriz aparece junto a Eliana e à mãe de Eduarda; em outras, a mãe de Eduarda posa ao lado da irmã e da sobrinha de Eliana. As pessoas ligadas aos sujeitos daquela trama familiar se associam, ampliando a rede de parentesco. A irmã de outra travesti posa ao lado delas em alguma outra festa promovida na casa de alguma delas. Irmãs, mães, tias aparecem juntas nas fotos, representando os laços estabelecidos entre as travestis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, consoante o exposto ao longo de todo o trabalho escrito, procurou descrever e interpretar (GEERTZ, 1978) e/ou analisar as relações de parentesco e de parentalidades vivenciadas por travestis de camadas populares e residentes na cidade de Florianópolis/SC, considerando-se o contexto contemporâneo.

O foco dos estudos consistiu nas relações e nas terminologias de parentesco, assim como nas relações de cuidado e/ou de filiação entre travestis e crianças. Sendo as travestis a corporificação da ambiguidade de gênero (SILVA, 1993), coube à pesquisa identificar os lugares que as travestis ocupam na trama familiar segundo a distribuição de papéis por gênero.

Os dados coletados por meio de entrevistas e de observação permitem que se chegue a alguns caminhos e a algumas problematizações – nunca a *conclusões*. O primeiro desses apontamentos consiste na duplicidade de gênero que as travestis desempenham quando se tomam as nomeações, terminologias de parentesco e as atribuições que lhes cabem na economia familiar. De modo geral, é o lugar masculino que lhes cabe entre os pais, os irmãos e os sobrinhos em termos de nomeação – é pelos nomes masculinos e pelas terminologias masculinas que elas são denominadas entre os familiares, ainda que haja situações sociais em que, sendo tratadas publicamente por membros da família, estes as chamem pelo feminino, numa negociação implícita e/ou explícita. Entretanto, é do universo feminino que participam – é com as irmãs que elaboram festas, é com as sobrinhas que conversam abertamente. Ainda que seu lugar seja feminino, o mesmo só é legitimado pela nomeação masculina.

O segundo tópico levantado por meio da pesquisa foi a segregação entre universos público e privado quanto à possibilidade de tratamento no feminino ou no masculino. Entre os familiares ou os vizinhos próximos, que as *“conheceram assim”*, há uma permissão implícita à desinência de gênero masculina na medida em que essas referências são usadas *“com respeito”*. Entre

os desconhecidos ou os que as conheceram após a assunção da identidade feminina, faz-se politicamente obrigatória a nomeação feminina, visto que o tratamento masculino, neste caso, implica uma forma de violência.

O terceiro ponto a ser discutido é que, nos casos das duas travestis que possuem filhos, as terminologias com que suas posições são definidas em relação às crianças não são fixas, mas passíveis de renegociações. Daniela, legalmente pai de Diego, não se autodenomina pai, levando-se em conta sua representação corporal diante da criança. Já Cecília, *pai* biológico de um garoto, coloca-se, no que tange a terminologias de parentesco e a representações sobre a localização na trama familiar, como *irmão* do menino.

As identidades segundo o gênero e a sexualidade constituem um quarto elemento de abordagem. Há diferenciações de discursos, sobretudo quando se tomam o movimento e as sujeitas, ambos em seus discursos. Entre as travestis, a autoidentificação como homossexuais é existente em alguns casos, ao passo que, segundo o movimento, as travestis estão suscetíveis às mesmas classificações que os não travestis – heterossexuais, homossexuais e bissexuais.

Por fim, os nomes femininos são, muitas vezes, apropriados ou sugeridos a partir de figuras públicas, sobretudo em se tratando de personagens de telenovelas ou de outros programas de TV. Em uma das conversas, Beatriz contou sobre as possibilidades, em discussão no movimento, de reconhecimento legal da nomeação feminina. Uma das alternativas seria a modificação do nome masculino de registro por seu correspondente feminino – assim sendo, caso uma travesti tivesse o nome “*Fernando*”, a mudança oficial seria para “*Fernanda*”. Foi esse o desejo manifesto por Cecília, que, ao contar sobre a origem de seu nome e sobrenome de travesti, confessou o sonho de usar seu nome de batismo com a simples modificação do feminino no prenome. Outra proposta

consistiria no acréscimo do nome feminino ao nome de registro; no caso, tomando-se uma versão masculina de meu nome – Fernando Cardozo – como uma travesti cujo nome incorporado após a transformação fosse Sílvia, o novo nome seria: Fernando Cardozo Sílvia. O argumento para tal reivindicação é a incorporação legítima do apelido “Lula” ao nome do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

De certa forma, essa masculinidade legal é, em algumas situações, burlada pelas travestis e pelos sujeitos que com elas convivem. Beatriz o faz elegendo uma foto transformada para a segunda via de sua carteira de identidade. Alice, por sua vez, narra o momento em que sua professora, na hora da prova, perguntou-lhe se ela preferiria ser chamada por outro nome que não aquele oficial apontado na folha de avaliação.

Além disso, toda a discussão das páginas anteriores sobre travestis tecida a partir do parentesco conduz a novos questionamentos do ponto de vista teórico, os quais, por sua vez, podem causar impactos no movimento e no processo de afirmação de identidades das travestis. O mais significativo deles diz respeito ao par natureza/cultura acionado para categorizar sexo e gênero e à possibilidade de sua inversão.

Segundo a ideia de que o sexo precederia o gênero, de modo que este seria construído com base na representação daquele, a feminilidade seria atributo apreendido pelas anatomicamente fêmeas – que se *tornariam* mulheres –, e a masculinidade seria apreendida pelos biologicamente machos – *formando-se os homens*. A partir de tal naturalização do sexo e atrelamento do gênero a ele, seriam plausíveis as considerações de Maria Cecília Patrício (2002), para quem as travestis não seriam femininas nem masculinas.

[...] quando mostra que as personagens travestis configuram para si uma identidade de gênero que não é masculino, nem é feminino, mas que circula entre os dois e formam uma nova forma de ser segundo o universo do travestismo, que escolho chamar de mobi-

Duas implicações há na afirmação segundo a qual as travestis não são nem masculinas nem femininas. De um lado, ela abala todo o movimento de feminilização empreendido pelas travestis na construção de seu corpo, na reelaboração simbólica de suas atitudes, na renovação de seu guarda-roupa. As travestis se feminilizam, são femininas, caracterizam-se femininamente, adotam nomes femininos, reivindicam o tratamento no feminino, esperam poder usar o banheiro feminino em locais públicos e até mesmo algumas delas reivindicam participação no movimento feminista; são, para muitos, a exacerbação da feminilidade. Dizer que não são femininas é negar-lhes um status pelo qual elas elaboram esforços diários, o que se figura altamente despolitizante. De outro lado, ao se caracterizarem as travestis por uma possibilidade de trânsito entre masculino e feminino, corre-se o risco de cristalizar os lugares de gênero, negar a ideia de performatividade e colar identidade de gênero e sexualidade. Afirmar que a característica das travestis é esse terceiro lugar, esse não lugar entre masculino e feminino ou esse deslocamento de um polo a outro é proibir que homens e mulheres possam fazer o mesmo, é naturalizar a feminilidade na mulher e a masculinidade no homem, de modo que as travestis, não sendo uma coisa ou outra, não podem ser qualificadas como femininas ou masculinas. Importa pensar que homens e mulheres, tanto quanto travestis, estão transitando entre masculino e feminino; o trânsito não é exclusividade das travestis. Pensar em trânsito como exclusividade das travestis é naturalizar o gênero e criar uma categoria estanque para abrigar cada um dos personagens da vida social.

A partir de tais problematizações, torna-se viável analisar a fala de uma das sujeitas desta pesquisa, Alice:

Porque, assim, a travesti, pra mim, é como se fosse o terceiro sexo, entendeu? Mulher, homem e travesti. Assim como tem mul-

her... tem mulher hétero, tem mulher lésbica, mulher bi, tem a travesti também. Tem a travesti que é hétero, tem a travesti que é bi, e tem a travesti que é lésbica também, entendeu? Então, tem todas essas questões (ALICE).

O discurso de Alice abre espaço para reflexões quanto à existência de dois gêneros¹ (masculino e feminino) fluidos e intercambiáveis e de não apenas dois, mas de mais sexos. Dessa forma, poderia haver, entre as categorias sexo e gênero, uma inversão relativa à precedência de uma em relação à outra. Portanto, sob tal perspectiva, não seria o sexo a determinar o gênero, mas o gênero falaria sobre o sexo. A construção social do sujeito, sua ação a partir de sua subjetividade e o discurso engendrado ou generificado que tem sobre si é que poderia construir seu sexo. A ideia de um sexo construído culturalmente se explicita também quando Alice diz, referindo-se às brincadeiras de meninas e de meninos, que “*criança ainda não tem o sexo definido*”.

Judith Butler (2003) avalia as teorias de Monique Wittig, constatando que, para ela, “a categoria de sexo não é nem invariável nem natural, mas sim um uso especificamente político da categoria natureza, o qual serve aos propósitos da sexualidade reprodutora” (BUTLER, 2003, p. 164). Assim sendo, o sexo “é uma interpretação política e cultural do corpo” (idem, p. 165). Segundo Butler (2003), para Wittig a categoria política – supostamente “natural” – sexo acaba por obnubilizar uma série de descontinuidades, abrigando-as sob mesma categoria, e a linguagem possui o poder de instituir o real: “conceitos, categorias e abstrações (...) podem praticar uma violência material contra os corpos que eles afirmam organizar e interpretar” (idem, p. 168). Assim sendo, o próprio sexo seria, para Wittig, um discurso de caráter político com a finalidade

1 Como já discutido na nota 7, ainda que eu concorde com a Prof.^a Sônia Maluf sobre a importância de se pensar em gêneros como múltiplos, a visão de mundo e as categorizações de ordenação dos sentidos se mostram, entre as sujeitas da pesquisa, segundo o modelo masculino/feminino.

de classificar os sujeitos com vistas à heterossexualidade compulsória, de modo que mesmo a ideia de natureza seria uma construção ideológica de respaldo a tal mecanismo.

Wittig vê a natureza não como uma materialidade resistente, um meio, superfície ou objeto; trata-se de uma “ideia” gerada e sustentada em nome do controle social (...). Como as linguagens leigas e científicas que difundem a ideia de “natureza”, e assim produzem a concepção naturalizada dos corpos sexuais distintos, a própria linguagem de Wittig cria uma desfiguração e redesenho alternativos do corpo (...). Para Wittig, o desafio político consiste em tomar a linguagem como meio de representação e produção, tratá-la como um instrumento que constrói invariavelmente o campo dos corpos e que deve ser usado para desconstruí-lo e reconstruí-lo, fora das categorias opressivas do sexo (BUTLER, 2003, p. 180-181).

Evidentemente, tais ideias merecem um maior aprofundamento por parte de teóricos com base em discursos de travestis e em observações a respeito de sua localização nas práticas sociais, sobretudo a partir das relações de parentesco. Além disso, essas formulações precisam ser avaliadas com o cuidado de não se incorrer no precário reducionismo cultural, em oposição ao danoso reducionismo biológico. De qualquer forma, aponta-se, aqui, para a possibilidade de se desnaturalizar o sexo, da mesma forma como o gênero tem sido desnaturalizado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Heloísa Buarque de. *Telenovela, Consumo e Gênero: “muitas mais coisas”*. Bauru: EDUSC, 2003. 374p.
- ANTONIO, Carlos Alexandre. *Pais Homossexuais?* Texto apresentado nas Jornadas “Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade”, em novembro de 2005.
- AQUINO, Luis Octávio Rodrigues. Discurso lésbico e construções de gênero. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, ano 1, nº 1, 1995 (pp. 79-94).
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 2 ed. 370p.
- BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Dissertação de Mestrado – PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: abril de 2000. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ondina Fachel Leal.
- BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004 172p.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.
- _____. “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- CARDOZO, Fernanda. *Gênero e Parentesco no Brasil: famílias e parentalidades gays lésbicas e travestis na mídia e em Florianópolis/SC*. 2005. 33f. Relatório Final de Atividades PIBIC/CNPq (2004.2/2005.1). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Orientadora: Prof.^a Miriam Pillar Grossi.
- COULTHARD, Malcom. *Linguagem e Sexo*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. “Uma nova visão da Antropologia”. In: *Malinowski*. São Paulo: Ática, 1986.
- FIGUEIRA, Sérvulo. “O moderno e o arcaico na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social”. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org). *Uma Nova Família?* Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 1986 (p. 11-37).

FLORENTINO, Cristina de Oliveira. *“Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher...”*: etnografia sobre travestis em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/PPGAS/UFSC. Florianópolis: 1998. Orientador: Prof.º Dr.º Hélio R. S. Silva.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 2002. 2 ed.

_____. *Família, Fofoca e Honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FRAGO, Antonio Vinao; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade*: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 151p.

FRY, Peter. *Para inglês ver*: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985. 125p

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa*: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 135p.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 323p.

GONÇALVES, Marco Antonio. *O significado do nome*: cosmologia e nominação entre os Pirahã. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993. 170p.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas*: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: APOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. Coleção Antropologia em Primeira Mão – PPGAS/UFSC, 1998.

_____. “Na busca do ‘outro’ encontra-se a ‘si mesmo’”. In: GROSSI, Miriam Pillar (org). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992. 70p.

_____. “Trabalho de campo: território de fronteiras de gênero”. In: FONSECA, Claudia. *Fronteiras da cultura*: horizontes e territó-

rios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993. 231p.

_____. “Famílias homossexuais: novas famílias? Algumas reflexões sobre a parentalidade gay e lésbica no Brasil e na França”. In: RIAL, Carmen S. M. & TONELLI, Maria Juracy F. *Genealogias do Silêncio: feminismo e gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004 (p. 85-93).

_____. “Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, 2003.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2001.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 9 ed. 102p.

HEILBORN, Maria Luíza. *Dois é Par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HÉRITIER, Françoise. “Família”. In: *Enciclopédia Einaudi – Parentesco*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, vol. 20.

_____. “A coxa de Júpiter”. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: 2000, vol. 8, nº 1.

JAYME, Juliana Gonzaga. *Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Kofes.

LAGO, Mara Coelho de Souza. *Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneario*. 1983. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. 3.ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001. 189p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A família”. In: SHAPIRO, Harry (org). *Homem, Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1972 (p. 309-333).

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. “Velhos e jovens no Rio de Janeiro: processo de construção da realidade”. In: Gilberto Velho;

Karina Kuschnir. (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, 2003, v. 1, (pp.156-173).

LOURO, Guacira Lopes. “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação”. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, n.º 2, ano 2001 (p. 541-553).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 17, n.º 49, 2002 (p. 11-29).

MALUF, Sônia Weidner. “Gênero, poder feminino e narrativas de bruxaria”. In: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Entre a Virtude e o Pecado*. São Paulo: Ed. Rosa dos Tempos/FCC, 1992 (pp. 191-212).

_____. “Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem”. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: vol.10, n.º. 1, ano 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Tema, método e objetivo desta pesquisa”. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção “Os Pensadores”), 1978.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo; EDU/EDUSP, 1974.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. *Sobre Deveres e Prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães*. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis: 2004. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Pillar Grossi.

MELLO, Luiz. *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 232p.

MOTTA, Flávia de Mattos. *Gênero e Reciprocidade: uma Ilha no sul do Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2002. Orientadora: Guita Grin Debert.

OLIVEIRA, Marcelo José. *O Lugar do Travesti em Desterro*. Dissertação de Mestrado – PPGAS/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: dezembro, 1997. Orientador: Prof. Dr. Hélio R. S. Silva.

OLIVEIRA, Marcelo José. *Jogo de Cintura: uma etnografia sobre travestis em Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis: novembro, 1994. Orientador: Hélio R. S. Silva.

ORTNER, Sherry. “Está a Mulher para o Homem assim como a natureza para a cultura?”. In: Michelle Rosaldo & Louise Lamphere (org). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979 (pp 95-120).

PATRÍCIO, Maria Cecília. *Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande*. Dissertação de Mestrado – PPGA/UFPE. Recife: 2002. Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott.

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. In: MICELLI, Sérgio (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, v. 1, ed. Sumaré/ANPOCS/CAPEES.

PELÚCIO, Larissa. “No salto: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem”. In: BONETTI, Alinne & FLECHTER, Soraya (org). *Entre Saias Justas e Jogos de Cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente (no prelo)*.

_____. “Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: PPGAS/Unicamp, nº 25, 2005 (pp. 217-248).

_____. “Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem”. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: 2006 (no prelo).

PERES, Wiliam Siqueira. *Relações Sociais e de Gêneros entre Travestis de Londrina: construindo identidades cidadãs*. Comunicação – II Seminário Internacional “Educação intercultural, Gênero e Movimentos Sociais – Identidades, diferenças e mediações”, 2003.

PERES, Wiliam Siqueira. *Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Tese de Doutorado – PPG em Saúde Coletiva/Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2005. Orientador: Dr. Richard Parker.

PERES, William Siqueira. “Travestis brasileiras: construindo iden-

tidades cidadãs”. In: GROSSI, Miriam Pillar et alii. *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005 (pp. 53-68).

PRADO, Danda. *O que e família*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

RIVERS, W. H. R. “O método genealógico na pesquisa antropológica”. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.). *A Antropologia de Rivers*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991 (1910) – (pp. 51-71).

SCOTT, Joan W. *A cidadã Paradoxal – As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In: VÍCTORA, Ceres et alii. *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 21-32).

_____. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/ Editora da Unesp, 1998. 220 pp.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. “Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos”. In: VÍCTORA, Ceres et alii. *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 33-44).

RAMOS, Alcida Rita. “A difícil questão do consentimento informado”. In: VÍCTORA, Ceres et alii. *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 91-96).

RIAL, Carmen Silvia; FONSECA, Claudia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na lagoa da Conceição*. Porto Alegre, 1988. 372f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Prefácio”. In: VÍCTORA, Ceres et alii. *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 9-12).

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n.º 16, 1990.

SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

SOARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. *“Pais Assumidos”*: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – PPGAS/UFSC. Florianópolis: 2004. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Miriam Pillar Grossi (Cadernos NIGS).

TAQUES, Fernando José. *O Movimento GLBT em Florianópolis: o caso das ONGs*. Trabalho de Conclusão de Curso/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2005. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia H. H. Lüchmann.

UZIEL, Anna Paula. “Homoparentalidade e parentesco: ecos de uma conjugação”; “Adoção e homoparentalidade: ecos de quem tem voz” e “Família e homoparentalidade” (artigos produzidos com base na tese de doutoramento intitulada “Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas”, UNICAMP, 2002).

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *O Vão da Beleza: travestilidade e devir minoritário*. Tese de Doutorado – PPG em Sociologia/ Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: junho de 2005. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Júlia Miranda.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência* : uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 144p

_____. “Observando o familiar”. In: *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981 (pp. 123-132).

_____. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 2 ed. 137p.

_____. *Subjetividade e sociedade*: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 3 ed. 112p.

VÍCTORA, Ceres; KNAUTH, Daniela Riva & HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Pesquisa Qualitativa em Saúde*: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*: estudo do homem nos trópicos. 3a ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo:

EDUSP, 1988. 316p.

WOORTMANN, Klass. “Fuga a três vozes”. In: *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

ZAMBRANO, Elizabeth F. et alii. *Projeto Direito à Homoparentalidade/Programa de apoio a projetos em sexualidade e saúde reprodutiva* – Relatório Técnico Narrativo Final. Porto Alegre: 2005.

<http://www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/ribeirao.php3>

<http://www.suldailha.com.br/localidades/ribeirao/index.htm>

<http://www.ca.ufsc.br/sapeca/ribeirao.htm>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeir%C3%A3o_da_Ilha

PROJETOS COLETIVOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE DO NIGS (2000 - 2010)

Apoio ao Desenvolvimento do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades: pesquisa e publicações (2009/2010). Financiamento: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo (2010/2012). Financiamento: CNPq (PQ).

Papo Sério: Oficinas de Gênero, Sexualidade e Prevenção nas Escolas (2007- 2010) – Projeto Institucional de Extensão. Financiamento: PRPE-UFSC e PROEXT (2009 e 2011).

Antropologias Contemporâneas: transmissão, formação e constituição de campos científicos (2007/2010). Financiamento: CNPq (Bolsas PQ e Iniciação Científica).

Parentalidades, Amor e Conjugalidades na Contemporaneidade – Um estudo comparativo nas cinco regiões do Brasil (2007/2009). Edital Humanas CNPq.

Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidade em Escolas de Ensino Público de Santa Catarina (2007/2009) – Financiamento: Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais e Ministério da Saúde.

Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina (2007/2008) – em parceria com o Núcleo de Estudo de Modos de Subjetivação e Movimentos Contem-

porâneos (NUR). Financiamento: CE-BRAP/PROSARE.

Dictionnaire des Femmes Créatrices (2008/2009), projeto desenvolvido em parceria com Barbara Glowcwski (Laboratoire d'Anthropologie Sociale – EHES). Financiamento: Editions des Femmes, França.

Parceria Civil, Conjugalidades e Homoparentalidade no Brasil (2005/2007), com co-coordenação de Anna Paula Uziel (UERJ) e Luiz Mello (UFG). Financiamento: Edital Universal CNPq.

Contracepção e Planejamento Reprodutivo na Percepção das Usuárias do Sistema Único de Saúde (2005/2006), projeto coordenado pela ONG SOS Corpo. Financiamento: Ministério da Saúde.

Mapeamento Nacional de Pesquisas e Publicações sobre Violências contra Mulheres (2003/2005). Financiamento: Fundação FORD.

Projeto Rizoma Educação, Movimentos Sociais e Gênero (2000/2003). Projeto desenvolvido em parceria com os núcleos MOVER (Educação UFSC), NPMS (Sociologia Política UFSC) e FURB. Financiamento: Plano Sul de Pesquisa e Pós-graduação CAPES.

PROJETOS INDIVIDUAIS DE PESQUISA

Pesquisas em andamento em 2010

Ana Paula G. Boscatti. Bolsista de extensão. Início: 2010.

- Camila Bianca dos Reis. Políticas Públicas de Saúde e a violência doméstica contra as mulheres através da percepção das Agentes Comunitárias de Saúde Ingleses/Florianópolis. Graduação em Ciências Sociais. Início: 2009.
- Claudia Nichnig. Processos de conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo na Previdência. DICH/UFSC. Início: 2009.
- Claudio Leite Leandro. SexxxChurch - diversidade sexual em igrejas evangélicas pós-modernas. Mestrado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Eduardo Frigério. Divisão sexual do trabalho a partir da PNAD/IBGE: um panorama da assimetria entre homens e mulheres em diálogo com as diferentes perspectivas de análise. Graduação em Ciências Sociais.
- Emília Juliana Ferreira. Um grande júri: análise do processamento penal do aborto. Mestrado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Fernanda Moraes Azeredo. Senhoras e Senhores, um estudo sobre gênero, corpo, envelhecimento e socialização. Mestrado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Francine Pereira Rebelo. Quem sai da terra natal?: uma análise de gênero dos imigrantes brasileiros em Londres. Graduação em Ciências Sociais.
- Fatima Weiss de Jesus. A Cruz e o Arco-íris: articulações entre gênero, sexualidade e vivência religiosa a partir de uma "Igreja Inclusiva" no Brasil. Doutorado PPGAS/UFSC. Início: 2007.
- Felipe Bruno Fernandes. Gênero e Diversidade na Escola: análise das políticas de combate à homofobia do Ministério da Educação. DICH/UFSC. Início: 2007.
- Gabriela Figueiredo. Oficinas Papo Sério. Início: 2010.
- Giovanna Lícia R. Triñanes. PIBIC/CNPq. Início: 2010.
- Heloísa Regina Souza. A reinvenção do parto domiciliar no Brasil. Doutorado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Isadora Vier Machado. Judicialização das violências psicológicas contra mulheres. DICH/UFSC. Início: 2010.
- Maria Laura Gómez. PIBIC/CNPq. Início: 2010.
- Paula Pinhal de Carlos. "Sou para casar" ou "pego, mas não me apego"?: um estudo sobre amor e jovens. DICH/UFSC. Início: 2007.
- Patricia Rosalba Salva dor Moura Costa. Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homofobia e justiça. DICH/UFSC. Início: 2009.
- Raruilquer Oliveira. Masculinidades. IC/CSO/UFSC. Início: 2009.
- Rayani Mariano. Oficinas Papo Sério. Início: 2009.
- Rosa Blanca Cedilho. Mulheres artistas viajantes. DICH/UFSC. Início: 2008.
- Simone Nunes Ávila. Produção da masculinidade na transexperiência masculina. DICH/UFSC. Início: 2010.
- Vinicius Kauê Ferreira. Ensino de Antro-

pologia e Gênero. PIBIC/CSO/UFSC. Início: 2008.

Tânia Welter. Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina. Pós-doutorado. Bolsa CNPq. Período: 2010/2011.

Pesquisas Finalizadas

Pós-doutorado

Carla Giovanna Cabral. O avesso da tecnologia: um olhar antropológico sobre a vida de Helena Amélia Oehler Stemmer. Bolsa Pós-doutorado CNPq. Período: 2008/2009.

Tese de doutorado – PPGAS e DICH

Rozeli Maria Porto. Aborto Legal e o Cultivo ao Segredo: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal. PPGAS/UFSC. Setembro de 2009.

Rosa Maria Rodrigues Oliveira. "Isto é contra a natureza?". Decisões e Discursos sobre conjugalidades homoeróticas em Tribunais Brasileiros. DICH/UFSC. Abril de 2009.

Marcelo José Oliveira. Entre amigos: Antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis. PPGAS/UFSC. Março de 2008.

Leandro Castro Oltramari. Representações sociais da Aids: relações conjugais e confiança. DICH/UFSC. Fevereiro

de 2007.

Tito Sena. Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas. DICH/UFSC. Agosto de 2007.

Olga Zigelli Garcia. Sexualidades Femininas e Prazer Sexual: uma abordagem de gênero. DICH/UFSC. Novembro de 2007.

Eduardo Steindorf Saraiva. Conjugando amor e desejo: sobre experiências masculinas do assumir-se homossexual. DICH/UFSC. Dezembro de 2007.

Adriano Nuernberg. Gênero e psicologia social no contexto da produção científica brasileira nas décadas de 80 e 90. DICH/UFSC. Março de 2005.

Myriam Aldana Vargas. Sexualidade e reprodução : da natureza aos direitos: a incidência da Igreja Católica na tramitação do Projeto de Lei 20/91 - aborto legal e Projeto de Lei 1151/95 - união civil. DICH/UFSC. Setembro de 2005.

Carmen Suzana Tornquist. Parto e Poder: análise do movimento pela humanização do parto no Brasil. PPGAS/UFSC. Agosto de 2004.

Miriam Adelman. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociedade contemporânea. DICH/UFSC. Março de 2004.

Marlene Tamanini. Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas à Luz da Bioética e das Teorias de Gênero: casos e médicos no sul do Brasil. DICH/

UFSC. Março de 2003.

Dissertações de Mestrado em Antropologia Social – PPGAS/UFSC

Anelise Fróes da Silva. Mulheres em Movimento (s): etnografia de grupos lésbicos no interior do movimento feminista em Porto Alegre/RS. Mestrado PPGAS/UFSC. 2010.

Dina Mazariegos. Intelectuais Feministas Mayas da Guatemala. 2010.

Fernanda Cardozo. Das Dimensões da Coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil. 2009.

Martina Ahlert. Mulheres do Monte Verde: etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero. 2008.

Flávio Luiz Tarnowski. Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002.

Juliana Cavilha Mendes. História de quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa. 2002.

Rozeli Maria Porto. Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages-SC. 2002.

Bernadette Grossi dos Santos. O reino da impura sorte: garimpeiros e garimpeiras em Datas - MG. 2001.

Alinne de Lima Bonetti. Entre Feministas e Mulheristas: uma etnografia sobre

promotoras legais populares e novas configurações da participação política feminina em Porto Alegre. 2000.

Ari José Sartori. Homem e as Políticas de Empoderamento das Mulheres: a emergência do gênero entre sindicalistas de esquerda. 1999.

Euthália de Freitas Xavier. Fragmentos de um Discurso Interdito: sobre a voz do homem no conflito conjugal. 1998.

Ana Maria Fonseca de Oliveira Batista. O telefone sem fio, a sobrinha do presidente e as duas polegadas a mais: concepções de beleza no concurso de miss universo. 1997.

Claudia Lago. Burocráticos e Românticos: pontos para uma etnografia do campo jornalístico paulistano. 1995.

Glaucia de Oliveira Assis. Estar Aqui, Estar Lá... Uma Cartografia da Vida Entre Dois Lugares. 1995.

João Batista Martins. Marolas Antropológicas: identidade em mudanças na Praia do Santinho. 1995.

Elisete Schwade. A luta não faz parte da vida ... é a vida: o projeto político-religioso de um assentamento no oeste catarinense. 1993.

Roseli Buffon. Encontrando o homem sensível? Reconstrução da imagem masculina em um grupo de camadas médias intelectualizadas. 1992.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais – UFSC

Nayara Uber Piloni. Uma análise das

- trajetórias afetivo-sexuais de indivíduos que se autoclassificam como “bissexuais” na cidade de Florianópolis. 2010.
- Sara Raquel Nacif Baião. Os mortos de São Tomaz: ritos funerários em um bairro rural ao sul de Santa Catarina. 2010.
- Gicele Sucupira Fernandes. Será que as meninas não gostam da matemática ou a matemática não gosta das meninas? Uma etnografia das Olimpíadas de Matemática em Florianópolis. 2008.
- Joana Pagliosa Corona. As meninas do centro: família, sociabilidade e subjetivação entre mulheres prostitutas de rua em Florianópolis. 2007.
- Maria Luiza Bettiol Carneiro. Um toque de bola em pés femininos: um estudo sobre o futebol feminino em Florianópolis. 2007.
- Silvia dos Santos Fernandes. As Mulheres encarceradas no Presídio Feminino de Florianópolis -SC: o cotidiano e os desejos. 2006.
- Fernanda Cardozo. Parentesco e Parentalidades de Travestis em Florianópolis/SC. 2006.
- Clarice Krieger. Trajetória de uma mulher no poder: Marta Suplicy. 2003.
- Camila Pinheiro Medeiros. Sobre deveres e prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães. 2003.
- Silvana Maria Bitencourt. Jovens Feministas: um estudo sobre jovens mulheres feministas. 2001.
- Dalva Marisa Ribas Brum. Os filhos da contracultura. 1999.
- Eliane D'ávila. Homoerotismo no cinema: uma análise das representações afetivas entre iguais. 1996.
- Ângela Célia Sacchi. Mapeando o conceito de gênero nos anos 90 nos encontros da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). 1994.
- Marineide Silva. Honra, fuga e casamento: um estudo de caso em Ponta das Canas. 1992.
- Silvana Rassi Bruder. Poder e proteção na delegacia da mulher em Florianópolis. 1992.
- Karine Antunes Pereira. Entre homens: um estudo sobre a construção de masculinidades num bar de Itacorubi. 1992.
- Maria Aparecida Fachini. Começa como eu comecei: estudo sobre a construção de um nome na profissão de cabeleireira. 1992.
- Ana Cristina Barreto Floriani. Novo estilo de vida religiosa: como viver a fraternidade esperança. 1991.
- Rosana Maria Badalotti. Os papéis de gênero na festa do Divino Espírito Santo no Ribeirão da Ilha. 1990.

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

